



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (IFCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Adriana Mattos Clen Macedo

As corografias e a cultura histórica oitocentista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Sociedade e Cultura. Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães.

Rio de Janeiro, março de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. As corografias e a cultura histórica oitocentista. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

128f.

Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, Programa de Pós-graduação em História Social, 2007.

Orientador: Dr. Manoel Luís Lima Salgado Guimarães.

1. Corografia – História – século XIX. 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Historiografia brasileira 3. Segundo Reinado.

I- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

II- Título.

As corografias e a cultura histórica oitocentista

Adriana Mattos Clen Macedo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Sociedade e Cultura.

Aprovada por:

Dr. Manoel Luís Lima Salgado Guimarães (Orientador).

Dr. Sérgio Nunes (Dep. Geografia –UFF).

Dr. José Augusto Pádua (IFCS/UFRJ)

Dra. Norma Cortes (IFCS/UFRJ – Suplente)

Rio de Janeiro, 2007.

Para Lucia

AGRADECIMENTOS

Esses dois últimos anos me fizeram perceber quantas pessoas devo agradecer, principalmente pelas demonstrações de amizade e segurança. Pelos desvios e continuidades, pelo carinho e presença. Esta dissertação é sobretudo dedicada à minha família e aos amigos, por serem tudo aquilo que compreendo como minha existência.

É importante agradecer ao meu orientador Manoel Salgado Guimarães pela convivência de quase 6 anos principalmente, pelo aprendizado e pela inspiração que realiza em sua escrita e seu ofício.

Agradeço também aos professores Sérgio Nunes, pela amizade e interesse em minha pesquisa e José Augusto Pádua, por ter aceito todos os convites de participação acadêmica em minha formação.

Ao grupo de História e Território por me apresentarem seus trabalhos e por terem me acolhido em suas reuniões no Museu de Astronomia.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado durante esses 24 meses.

Ao meu pai, que antes desconfiado de minhas escolhas, é agora um cúmplice da minha trajetória. Minha irmã, que pelos questionamentos acerca da profissão, me fez refletir que por mais difícil que seja a carreira, é ela que me constitui como sou hoje.

Meus amigos são um capítulo à parte. Cada uma dessas páginas reflete seu apoio. Ana Paula Caldeira, principalmente, por ter se tornado uma grande amiga. Marcus Vinicius Kelli pelo companheirismo e atenção nos momentos mais inquietos. Às melhores amigas da HPdeC. Essa dissertação é resultado de nossa convivência, de tudo aquilo que me ofereceram e por terem me aceito sem quaisquer restrições. Ana Paula da Silva Martins, Isis Pimentel de Castro, Patrícia Nascimento, Bárbara Canedo, Grasiela Fragoso, Jordana Ribeiro e Lívia.

Agradeço também aos amigos que ingressaram comigo no mestrado e que sempre me foram presentes. Às professoras Norma Cortes e Andrea Daher. Para Maria da Glória e Rodrigo Turim. Para Sandra da Secretaria do PPGHIS, que atendeu a todos os meus pedidos desesperados. E ainda, Ursula Thomé e Rodrigo Romaguera.

Por último, agradeço à minha mãe por ter insistido em me tornar advogada e por ter me criado como uma pessoa teimosa e insistente. Isso me permitiu contrariá-la mais uma vez!

RESUMO

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

As corografias produzidas no século XIX foram uma das formas de se representar o território brasileiro através de suas relações com a história. Membros de uma elite imperial preocupados em construir uma história nacional fundada sob os pressupostos de uma origem para Império, encontraram nas corografias um possibilidade de afirmação do regime monárquico através dos quadros e descrições da natureza, podendo através desse modelo de escrita, garantir a ordem política e administrativa no governo de D. Pedro II.

Palavras-Chaves: Corografia – Historiografia brasileira - Século XIX

ABSTRACT

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **Chorographies and 19th century historical culture**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

During the 19th century, a historical culture filled all kinds of productions like: collections, maps, peintures or books. The chorographies are one of these forms of representing the past and impressing a way to understand time and space. Written by most of the members from IHGB (Brazilian Institute of History and Geography), this works presents a particular type of knowledge, that combines a physical description with a historical narrative. This thesis argues about the relations between a brazilian historiography developed during the kingdom of D. Pedro II and a form of representing the empire by collecting and organizing the elements of nature and the facts of history.

Key-words: Chorographies – Brazil – 19th Century

SUMÁRIO

Introdução.....	p.9
Capítulo 1 – As corografias e suas relações com a historiografia brasileira oitocentista.....	16
1.1. Ordem do tempo e escrita da história.....	16
1.2. Memória, tipologia e escrita corográfica.....	26
1.3. A resignificação das tradições.....	
Capítulo 2 - A escrita da região nas corografias oitocentistas.....	51
2.1. A idéia de região.....	51
2.2. A escrita do tempo e do espaço.....	75
Capítulo 3 – A produção corográfica e o Estado Imperial.....	p.82
3.1. A legitimidade do Império através das corografias.....	p.82
3.2. O IHGB e a produção geográfica.....	p.92
Conclusão.....	p.116
Anexos.....	p.119
Bibliografia.....	p.119

“Se o tempo é um processo mental, como podem milhares de homens, ou dois homens diferentes, compartilhá-lo? (BORGES, Jorge Luis. História da Eternidade. RJ: Ed. Globo, 2001. p.16).

Introdução

No século XIX, a história constituiu-se como um saber por excelência sobre o passado. Passado este concebido como linear, no qual os homens pensavam sobre a sua experiência temporal através da ligação passado, presente e futuro. Foi através da perspectiva de um passado que dotava de sentido a experiência humana através do tempo e que definia a origem e o sentido dos acontecimentos, que a escrita da história foi configurada. Construída como forma paradigmática de conhecimento, uma cultura histórica parecia envolver cada aspecto da vida social, política e intelectual no Oitocentos. Assim, a emergência da disciplina histórica parecia dar conta de todas as dimensões da vida humana seja através da arte, da escrita, das coleções, dos objetos, da cartografia. Com a formação de uma consciência histórica e através de um modelo integrado de representação sobre o passado, é possível perceber como o nascimento da disciplina buscou utilizar várias tradições (seja a clássica, a antiquária, a iluminista ou a moderna), resignificando-as segundo interesses e disputas políticas, acadêmicas, institucionais e sociais.

No que respeita à historiografia brasileira do século XIX, inúmeros materiais foram produzidos como forma de compreender a ação ou a experiência humanas no tempo. Instituições criadas principalmente no Segundo Reinado, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Arquivo Público (atual Arquivo Nacional), a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e o Colégio D. Pedro II, entendidos como lugares de produção, divulgação ou ainda de ensino da história, fundados e freqüentados por uma elite ilustrada, que buscava forjar a sua própria identidade e a identidade de uma nação, permitem compreender como foi concebida a escrita de uma história que procurava inserir o Brasil nos quadros do mundo “civilizado”, europeu. E ainda, que pudesse através de um projeto e esforços pragmáticos, que incluía a pesquisa e a reflexão dos documentos, legitimar a

permanência de um império na América, cuidando para que uma trajetória bem-sucedida de civilização pudesse ser reconhecida.

A quantidade de documentos e outras formas de registro do passado produzidos no século XIX, demonstram o esforço e o incentivo de literatos, estadistas, políticos, engenheiros, eclesiásticos, militares, magistrados e até estrangeiros, na formação de uma visão centralizada sobre o Brasil, onde a elite pudesse, ao mesmo tempo, reconhecer-se e ser reconhecida como branca e *ilustrada* em um regime escravista e agrário. Foram produzidos compêndios, relatos de viagens, biografias, memórias, programas, ensaios, cartas gerais, corografias, mapas, levantamentos estatísticos, relatórios, como projetos para a criação de um modelo de escrita que afirmasse a continuidade de um regime imperial agora estabelecido no Brasil. Nesse sentido, as corografias desdobraram-se, nessa dissertação, como possibilidade de construção de uma escrita da história e da produção de uma cultura nacionais.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, na então capital da corte, a cidade do Rio Janeiro, realizou pesquisas em torno da construção do país como Nação, conforme o próprio nome do Instituto sugere, através da história e da geografia nacionais, concentrando seus trabalhos na “coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica”¹. Entre as mesmas preocupações de realização da construção da história nacional apresentava-se como necessário, conhecer o espaço físico brasileiro através do estabelecimento de limites, de fronteiras, da descrição física e política do território e das paisagens naturais. Representar a nação contava com o esforço do IHGB na solidificação desse projeto e também com o de outros Institutos Históricos criados ao longo do tempo em diversas províncias, de forma que

¹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988. n.1. p.8

se “canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre diferentes regiões do Brasil”².

As publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do ano de sua fundação até meados do século XIX compreendiam assuntos de história, geografia, biografias, necrológios, cartografias, relatos de viagens, quadros e informações estatísticas. Os textos históricos produzidos nesse período apresentavam uma grande quantidade de artigos do período colonial e sobre a independência³, permitindo observar a preocupação do Instituto com a fundação de uma “origem” para a história nacional através de “marcos iniciais” como o descobrimento do Novo Mundo e a independência em relação a Portugal. Os textos geográficos eram apresentados com intuítos claramente políticos, referindo-se a “questões territoriais e de demarcação de limites, ganhando assim uma função claramente pragmática dentro do contexto específico da época, em que vários litígios desse tipo estavam em andamento”⁴. A botânica e a geologia também faziam parte dessa busca por conhecimento e descrição física da natureza do Brasil. A etnografia apresentou-se como tema polêmico, pois a partir de seus estudos se definiria o lugar do indígena na história nacional. As biografias permitiriam conhecer os personagens que se tornaram exemplos cívicos e morais, que ao mesmo tempo escreveram e participaram da História do Brasil, forjando um passado glorioso para o ideal de nação.

Além das publicações da Revista do IHGB, muitas obras escritas por seus sócios concentravam-se nos assuntos acima relacionados. Seja ocupando funções específicas na administração do Instituto ou apenas como sócios correspondentes, nomes como os de Januário da Cunha Barbosa, von Martius, von Spix, Conrado Jacob de Niemeyer, Henrique de Beaurepaire-Rohan, Tristão de Alencar Araripe, Joaquim Manoel de Macedo, Raimundo José da Cunha Matos, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, Antonio Ladislau Monteiro Baena, Pedro de Alcântara Bellegarde, Francisco Adolfo de Varnhagen, Saint-Hilaire e outros, escreveram textos, organizaram programas, realizaram explorações científicas, delimitando assim os temas que deveriam estar presentes na constituição do conhecimento histórico e do espaço nacional.

As narrativas presentes nas corografias produzidas no século XIX, buscam na História o papel de significar temporalmente a espacialidade conferindo um caráter simbólico, político e pedagógico à idéia de construção da Nação. Neste sentido, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma das instituições centrais de produção desse conhecimento e das formas pelas quais estas narrativas eram concebidas, seja através

²Idem, idem.

³SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Guardiões da História Oficial”. In: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴Idem. p.110

de uma filosofia pragmática iluminista, que pretendia identificar uma origem e definir um sentido para a humanidade, por meio de leis universais, que explicasse o presente e construísse uma possibilidade de futuro; seja através da adoção de modelos da Antigüidade, onde os autores representariam a imagem de oradores e homens políticos capazes, pelas suas virtudes e exemplos morais, de escrever a história também como exemplo, ou seja, como *mestra da vida*.

As corografias oitocentistas constituem-se como narrativas históricas, como memórias, como ensaios, cartas gerais, compêndios, relatos, programas, pois definem pontos e elementos, criam questões acerca da natureza e do território, constituem métodos, enfoques, ou seja, constroem também o projeto de escrita da história nacional. Essas múltiplas formas de representação corográfica podem indicar uma função documental, de registro do passado e também do presente na configuração tanto do espaço quanto do tempo. É possível ainda observar que essas distintas formas de escrita corográfica indicavam várias possibilidades de representação destinadas a diferentes usos e atribuições, nas quais os autores buscavam destacar ou delinear os elementos, objetos e acontecimentos mais notáveis que apresentavam uma certa topografia do Brasil.

Produzir uma corografia demandava esforços pessoais e coletivos de exploração, de classificação e de investigação, onde a coleta dos dados e elementos era realizada ou ainda verificada pela presença do homem de letras ou do cientista, que realizava as funções de viajante, de naturalista, de desenhista, sobretudo de um atento observador que poderia conferir legitimidade à documentação através de sua presença e da observação dos lugares e arquivos pelos quais recolhia e avaliava suas informações. Essa concepção moderna, rankeana, de escrever a história a partir de uma documentação, encontrava-se difundida nos moldes concebidos pelo IHGB, assim como a concepção antiga de história, de Cícero, de *mestra da vida*.

Os documentos dos quais nos ocuparemos referem-se sobretudo, às descrições dos espaços físicos e políticos brasileiros, aos modelos de concepção e organização das corografias e de suas relações com a construção da história nacional, concebendo neste sentido o esforço político e administrativo dos sócios do IHGB em construir uma visão homogênea de escrita dessa história do Brasil no seio das próprias elites. Textos como a *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837) de Raimundo José da Cunha Matos, o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* (1839) de Antonio Ladislau Monteiro Baena, e o *Ensaio Corográfico do Império do Brasil* (1854) dos senhores Alexandre José de Mello Moraes e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva inscrevem-se nas preocupações características da cultura histórica oitocentista. Além disso, a seleção das

mesmas foi realizada como tentativa de compreender os discursos produzidos pelos próprios sócios do IHGB a partir de seu lugar social⁵, considerando ainda a historicidade desses textos.

As distintas formas de concepção e de escrita das corografias dão-nos a dimensão da dificuldade de conceituá-la. Porém, em todas, podemos trabalhar a idéia de (re)conhecimento do espaço brasileiro, que em grande parte delas, considerava a narrativa dos acontecimentos históricos como parte de uma explicação sobre a ocupação do território e da afirmação do Império como instrumento de centralização e civilização do país.

No século XIX, os historiadores mostravam como necessário lembrar e enaltecer o passado como forma tanto de consagrar quanto de manter uma distância em relação ao presente. Os fatos do presente, no Oitocentos, eram registrados mas, somente no futuro sua história poderia ser escrita. É a partir do regime de historicidade moderno, que os homens de letras constituem a história como um saber ou campo específico, com um peculiar meio de investigação que produz sentido e significado para os tempos pretéritos. De acordo com François Hartog⁶, com o advento do regime moderno de historicidade, a exemplaridade, como tal, desaparece para dar lugar ao que não se repete. O passado é, visto como ultrapassado. Se ainda existe uma lição da história, ela vem do futuro e não mais de um tempo que passou⁷. No entanto, no IHGB, é interessante perceber que esse lugar de produção historiográfica, conjugava tanto as noções de história mestra da vida como a de história como progresso.

A proposta principal desse trabalho é refletir sobre a historiografia, como parte de uma cultura histórica que supõe inúmeros dispositivos coletivos de construção da escrita no século XIX. Através da historiografia, é possível interrogar-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de se transformar o passado em objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu

⁵“É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”. (p.67). CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária, 2000.

⁶ HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

⁷Idem.

próprio esforço de construção identitária. Nosso objetivo é compreender as corografias produzidas no Brasil, principalmente na primeira metade do Oitocentos, por sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como a História passa a garantir, nesse momento, o papel hegemônico de inquirir sobre o passado, ela é tida como fonte por excelência da reflexão tanto dos costumes, das ações humanas e da natureza. As corografias combinam todos estes aspectos, porque relacionam o passado da colonização e da civilização brasileiras às características físicas de um lugar. Os temas da história nacional estão inscritos nas páginas tanto da Revista do IHGB quanto nas produções de seus sócios, legitimados pela proteção do imperador D. Pedro II.

No primeiro capítulo, procuraremos demonstrar as relações entre as corografias, a produção historiográfica e a cultura histórica no Brasil oitocentista. No processo de disciplinarização e profissionalização da história, buscaremos perceber como as corografias contribuíram para forjar uma escrita que privilegiava as ações, os lugares e a natureza, constituindo um conjunto de informações sobre a trajetória do país até a sua consolidação como Império. Discutimos as formas de escrita que eram apresentadas nessas obras como: o ensaio, o compêndio e a memória, pois em seus arranjos reconhecemos que existiam diversas formas de construção de um texto que supunha objetividade através da experiência e da linguagem utilizada pelos seus autores. Concluímos com a discussão sobre a reescrita das tradições presentes nas corografias sobretudo, sobre como seus autores compreenderam as descrições dos elementos da natureza e dos fatos históricos através de heranças tão distintas, como a clássica, a antiquária, e a iluminista.

O segundo capítulo tratará mais especificamente da construção da idéia de província ou região na narrativa corográfica, abordando as interrogações de geógrafos e historiadores contemporâneos. Consideraremos as relações físicas e temporais, nos remetendo aos estudos clássicos de Ptolomeu, Varenius e Heródoto e observando, em que medida esse textos faziam

parte de uma tradição de escrita corográfica já no século XIX. Discutiremos os conceitos de região e paisagem para perceber como o cenário era configurado e reproduzido nos livros dos autores do IHGB e ainda, analisaremos como as práticas de filósofos e naturalistas setecentistas contribuíram para a organização do conhecimento corográfico no Brasil. O registro e a experiência desses autores era a condição que tornava essas obras possíveis de entendimento e que imprimiam inteligibilidade a esses estudos.

O último capítulo procurará conferir como o discurso corográfico reproduzia o papel e a ação do Estado Imperial para garantir a permanência e consolidação do regime monárquico no Brasil. Analisaremos as relações entre texto e a política administrativa empreendida pela Coroa, como forma de garantir a segurança da base territorial. Perceberemos inclusive, a importância das produções geográficas do IHGB no que se refere tanto a constituição desse lugar de produção quanto a necessidade que elas adquirem para seus sócios no empreendimento político desses membros nas províncias do Império.

A leitura das obras de Alexandre José de Mello Moraes, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, Raimundo José da Cunha Matos e Antonio Ladislau Monteiro Baena foram combinadas também com a leitura de textos que procuravam definir o melhor plano de escrita da história, já que ambas estavam ligadas à temática de configuração do passado como campo de conhecimento do Império. Isso significa que o exercício ou a atividade do historiador, no século XIX, deveria enquadrar os diferentes elementos acerca da nação desde suas origens até as suas possibilidades de desenvolvimento. Nas corografias, dentre outras produções do Oitocentos, a idéia de progresso estava presente na identificação dos atrasos na indústria, no comércio, na cultura e na política e nas possibilidades de superação desses problemas em direção aos desenvolvimentos do país. Essa tarefa caberia aos homens ilustrados do Império, pois estes deveriam corrigir os erros do passado em favor das realizações do futuro.

Capítulo I: As corografias e suas relações com a historiografia brasileira oitocentista

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e vilas as mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus inumeráveis portos. Esta tarefa ... tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império ... para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil⁸

Ordem do tempo e escrita da história

As palavras do secretário-geral e fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro eloqüentemente identificam e convocam os ilustrados homens do Império a escrever a história nacional. Uma história já definida como geral e filosófica e descrita a partir da natureza, da fundação das cidades e da exaltação de seus filhos pródigos. Esse modelo proposto nos estatutos da instituição e seguido pelos sócios nas diversas províncias constituiu tanto o projeto de uma escrita da história e da geografia brasileiras quanto um outro, o da afirmação e legitimação do regime monárquico nos trópicos. Aspectos políticos e textuais assim combinados apontavam o sentido da História, escrita a partir da coleta e pesquisa de documentos, que identificada com as tradições clássica, antiquária e iluminista, tornavam-na forma paradigmática de conhecimento para os contemporâneos do século XIX.

A possibilidade de se constituir o corpo da história geral e filosófica do império, era tarefa de um conjunto de homens esclarecidos, que por meio de seus esforços de pesquisa poderiam amalgamar os diferentes elementos da natureza e da história. É exatamente a partir dessa possibilidade, que as corografias podem ser inseridas como uma das preocupações em

⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso no ato de estatuir-se o IHGB”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1: 9-17, 1839. p.10

descrever e organizar um passado nacional. A história geral ou “história absoluta” é contaminada por uma filosofia da história, que a pensa como espaço de ação e tomada de consciência. Era essa filosofia que imprimia a ordem do tempo teleológico, articulando uma série de eventos. Em uma história filosófica, as definições de uma escrita da história ou da natureza poderiam ser objetos de um conhecimento sistemático, ordenado, capaz de desvendar uma dispersão de fenômenos observados à unidade de um sistema e sua racionalidade. Para o conhecimento do todo era, então, necessário um trabalho de coleta para reconhecer as partes como integrantes de um conjunto que seria a história nacional ou mesmo, a própria idéia de um Império. Assim, nas diversas províncias brasileiras esses homens deveriam apontar o que seria notável de ser descrito como parte da civilização nacional. Eles seriam responsáveis por coletar, julgar e organizar todo o repertório de conhecimentos sobre a nação, selecionando as partes que comporiam seu corpo, assim como eles eram os membros, ou seja, os meios possíveis para essa realização.

As corografias escritas pelos sócios do IHGB eram parte das preocupações em tornar o conhecimento acerca do passado e da natureza, objetivo e racional. Os autores coletavam nos arquivos espalhados pelas províncias informações e documentos, verificando a autenticidade dos mesmos. A ida aos arquivos não era a única forma de coleta de dados. Esses homens visitam as províncias, anotavam costumes, procedimentos agrícolas, estabelecimentos fabris e de ensino; verificam as estatísticas populacionais, eclesiásticas, judiciárias, financeiras, administrativas, civis e militares; resumiam em quadros a demografia, a cultura e as atividades econômicas; informavam as receitas, despesas e o comércio exterior dessas províncias. Todos esses elementos eram organizados pelos autores tanto como conhecimento quanto atividade que exerciam pelos postos políticos e administrativos que ocupavam. A forma como esses elementos eram dispostos na narrativa seguiam uma ordem cronológica ou melhor, eles eram ordenados a partir da chegada dos portugueses à América. Esse arranjo,

observado nas corografias, estava relacionado a uma concepção de tempo progressista, marcado pela Filosofia da História.

Uma nova ordem do tempo, linear, ligava passado, presente e futuro em um sentido de progresso. Seria segundo essa ordem, que o tempo passaria a ser pensado, sobretudo a partir da idéia de uma história no singular-plural. Essa noção está relacionada à constituição de um coletivo-singular que reúne um grupo de histórias “especiais” ou particulares sob um conceito comum, ou seja, o próprio conceito moderno de história onde há, ao mesmo tempo, uma contaminação de um complexo de eventos (que na historiografia alemã é determinado pelo termo *Geschichte*) com um conhecimento, uma narrativa e uma ciência (determinado aqui por outro termo, a *Historie*). Reinhart Koselleck⁹, analisou o conceito de história, em primeiro lugar, pela relação entre passado e futuro a partir da modernidade, quando a concepção de tempo é acelerada e o futuro deixa de ser determinado segundo uma perspectiva da história sagrada. Posteriormente, o autor afirma que o advento da história “em si” permitiu que o homem pudesse adotar uma postura reflexiva, na qual a compreensão do mundo era dada pela combinação das histórias particulares em uma história geral ou universal e por último, ele procura relacionar como os conceitos se transformam mediante as relações entre experiência e expectativa, ou seja, estas entendidas como indicadores de mudança e transformação da consciência histórica. Nessa formulação da história como um singular-plural, podemos compreender como a idéia de uma história, a partir do final do século XVIII, tornou possível a instrumentalização do tempo, organizando o passado como forma de conhecimento, pois através das questões do presente, os homens produziam os significados dos diversos aspectos da vida social, cultural e política.

Podemos compreender que ainda no século XIX, no Brasil, as premissas das histórias particulares conviviam com a construção de uma história coletiva, pois as

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: para uma semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Ver especialmente o seguinte texto do autor: “Le concept d’histoire”. In: *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard: Seuil, 1997.

preocupações com as coisas realizadas [*res gestae*], com os fatos [*pragmata*] e as vidas [*vitae*]¹⁰ eram partes de uma experiência temporal que conjugava simultaneamente distintas estruturas temporais. Na obra *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*¹¹, Raimundo José da Cunha Matos parece estar preocupado em relacionar as experiências das coisas realizadas, ou seja, as ações e os desenvolvimentos da província na agricultura, pecuária, extração e comércio de metais preciosos e diamantes, da construção de estradas e pontes, da navegação, saúde, educação pública e etc, com as experiências temporais, através da narrativa dos fatos históricos mais importantes da trajetória do Brasil. Quanto aos fatos, são nas narrativas dos acontecimentos da província, com a fundação de suas vilas e comarcas que o autor imprime a organização de seu texto pois o sentido dado aos desenvolvimentos e a ação de personagens ilustres, que aparecem ao final do primeiro volume, com a tarefa de terem descoberto esmeraldas e terem promovido os iniciais impulsos da civilização, tem em sua organização cronológica e processual, a realização da idéia de história como singular-plural.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é possível observar como os sócios relacionavam as noções de acontecimentos em uma cadeia linear, como prova e atestado da existência de um verdadeiro passado nacional. Além dos acontecimentos políticos, as narrativas representavam também as marcas naturais, compondo um quadro desta história nacional, definindo para a geografia um papel igualmente importante para a escrita da história. No mesmo discurso, apresentado na epígrafe deste capítulo, Januário da Cunha Barbosa encarrega a si e aos outros consócios, a doutrina de “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos(...)”¹². Para efetuar essa memorização dos eventos e dos lugares da pátria, as corografias refletem o esforço de

¹⁰ KOSELLECK (2006), op. cit, p. 121

¹¹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. BH: Imprensa Oficial, 1979. 2v.

¹² BARBOSA, J. da C. op. cit., p.10

catalogação e inscrição dos elementos naturais e humanos no quadro da civilização brasileira. Essa proposta refletiu-se em inúmeros trabalhos dos membros da instituição como por exemplo, nos textos que tratavam da temática da escrita da história¹³ que, em sua maioria, abordavam a construção da história brasileira através de sua relação com a natureza.

As corografias marcam a presentificação do tempo através da fixação dos lugares, dos acontecimentos, dos povos, costumes, rios, portos, animais, plantas e etc. O passado passa a conter o presente pela permanência e lembrança das características da recente nação, buscando refazer o percurso que se estende da colonização à independência. As notícias recolhidas em cada uma das províncias acabam por constituir obras volumosas que descrevem no tocante às suas cidades, vilas e arraiais, a latitude, o terreno, as ruas, casas, paróquias, em estado decadente ou já inexistente e também aquelas que floresciam naquele momento.

As corografias, assim como as demais produções historiográficas do Oitocentos, podem ser compreendidas como parte de uma cultura histórica¹⁴, que concebia o passado como possibilidade de representação da vida humana. É possível observar que o discurso ou a escrita da história desenvolveu-se a partir de um sentido ou de uma sensibilidade histórica, constituindo-a também como prática cultural. O exame dessas práticas contribui para pensar as condições de produção dos agentes que as fundam, assim como, a discussão dos conceitos

¹³BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso no ato de estatuir-se o IHGB”. RIHGB: 1: 9-17, 1839; PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. “Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil”. RIHGB: 3, p. 149-57, 1841; MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. RIHGB: 6: 381-403, 1844; “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a História do Brasil”. RIHGB (Atas): 9: p.279-287, 1847; BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. “Estudo acerca da Organização da História Física e Política do Brasil”. RJ: Typographia Nacional, 1877; WALLENSTEIN, Henrique Julio. “Memória sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil”. RIHGB: 45(64): p.159-160, 1882; ABREU, João Capistrano de. “História do Brasil”. *Gazeta Litteraria* - Ano II – Nov. p.377-380, 1884; ARARIPE, Tristão de Alencar – “Indicações sobre a História Nacional”. RIHGB: 57: 90, p.259-290,1894; 58(91): 343(errata),411. (Todos os textos podem ser encontrados no Arquivo do IHGB).

¹⁴ A relação entre cultura história e a emergência de um campo disciplinar sobre o passado pode ser consultada nas seguintes obras: BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne, 1995; GUIMARÃES, Manoel Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição e uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 9-24.

e formas discursivas que organizam esses textos. Para Stephen Bann¹⁵ validar operações históricas dependia tanto da relação entre fatores científicos como ficcionais, permitindo formações culturais e criando novas regras intertextuais de escrita. O autor preocupado em relacionar a emergência da história com outras formas de representação sobre o passado, procurou demonstrar que um ramo de atividades e práticas culturais estava ligado tanto ao desenvolvimento dessa cultura histórica quanto ao desejo de constituí-la como disciplina. No livro, *As invenções da história*¹⁶, o autor analisa o discurso da história a partir dos métodos ou instrumentos que este conhecimento se utilizou para construir suas formas de representação. Para ele, a invenção de consideráveis recursos estilísticos criou um novo idioma histórico. “Mas a sua própria inventividade é que o novo idioma partilhou, em seu contexto histórico, com outras formas de representação, como o romance histórico, a pintura histórica e o museu histórico”¹⁷.

Nessa visão, o que define a idéia de cultura histórica seria a presença, ao mesmo tempo, de historiadores, pintores, poetas, romancistas, colecionadores e também do público em experimentar uma certa excitação com relação a uma nova e concreta visão do passado, ligada ou garantida por novos princípios cognitivos¹⁸. Na medida em que Stephen Bann aponta para a valorização ou um culto do passado que, de acordo com diferentes aspectos sociais, políticos ou culturais teriam possibilitado a emergência ou mesmo a condição de uma nova disciplina e também de um novo modelo de vida, Nietzsche, em seu tempo, criticava essa postura diante do passado e questionava a utilidade dessa história para a vida. Nessa cultura histórica, ele defendia que era preciso evitar sua sobrevalorização, seu abuso, pois ela deveria servir para a vida e para a ação.

¹⁵ Cf. BANN, Stephen. *The Clothing of Clio. A Study of the Representation of History in Nineteenth-Century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

¹⁶ _____. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. SP: Unesp, 1994.

¹⁷ Idem. p.15

¹⁸ BANN, Stephen. *The Clothing of Clio. A Study of the Representation of History in Nineteenth-Century Britain and France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. ORR, Linda. [Review Author]. *History and Theory*, v.24, n.3, oct.1985. pp. 307-325

Se esta consideração é intempestiva, é porque eu considero como um mal, como uma deficiência, como uma carência, uma coisa que o tempo presente glorifica, a sua cultura histórica; é porque creio que todos nós sofremos de uma febre histórica decoradora e que pelo deveríamos reconhecer que padecemos dessa doença¹⁹.

Essa crítica de Nietzsche, ao contrário de afirmar a história como capaz de garantir a felicidade do homem, ressaltava a questão do fardo do passado. Esse fardo impediria exatamente o esquecimento e a eterna lembrança impossibilitaria o homem de viver em seu tempo, pois haveria simplesmente “...um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico que prejudica o ser vivo e que acaba por destruí-lo, quer se trate de um homem, de uma nação ou de uma civilização”²⁰. Nesse sentido, o filósofo afirmava a necessidade de se impor limites e definir graus de passado na vida do homem e de uma nação.

Esses homens históricos acreditam que o sentido da existência, no decorrer de seu *processo*, virá cada vez mais à luz; eles só olham para trás para, na consideração do processo até agora, entenderem o presente e aprenderem a desejar com mais veemência o futuro²¹.

No final do século XVIII e início do século XIX, essa cultura histórica emergia ainda não como um postulado para a constituição de um campo de conhecimento ou de profissionais, mas ela aumentava um sem número de produções e representações sobre o passado, tornando cada vez mais interessados e exigentes estudiosos e público quanto aos desenvolvimentos e desdobramentos do passado no presente. Isso contribuía para a formação

¹⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Editorial Presença, s/d. p.102

²⁰ Idem. p.108

²¹ Ibidem. p. 112

de uma consciência histórica que através de um conjunto de preocupações desses homens, tornaram o passado acessível como representação das questões formuladas acerca do presente.

Para definir um sentido original de passado, estudiosos, políticos, acadêmicos, instituições, nações, disputavam através da significação pretérita uma forma de constituírem suas identidades, seus objetos, suas memórias e trajetórias. Assim, esse esforço de constituição do passado em História estava atrelado à vida social, que elaborava seus usos segundo interesses políticos, econômicos, sociais ou culturais, o que concedia à história e aos homens que tivessem domínio sobre ela, a capacidade de decisão e direção de rumos da nação e civilização.

A experiência da Revolução Francesa separou o passado do presente. O mundo anterior parecia irremediavelmente remoto, assinalando a necessidade de uma vitória da civilização, personificada pela idéia de um Estado nacional forte e homogêneo. Para garantir ou ainda, para justificar um empreendimento dessa ordem, um vasto levantamento e pesquisa de dados e informações deveriam ser realizados para que o conhecimento científico (agora também pensado em termos históricos) imprimisse o sentido de progresso e decifrasse a natureza e os eventos através da observação e reflexão.

No Brasil, a cultura científica estava atrelada à cultura histórica, pois o passado era o responsável por ordenar os elementos que garantissem os processos civilizatórios. Isso significa dizer que as produções que versavam sobre temas como botânica, fitogeografia, cosmografia e estatística, só para citar alguns exemplos, estavam relacionadas às formulações do passado como campo de conhecimento. As ações políticas decorriam do tempo produzido pelo homem, que através da fixação da escrita, motivava e criava procedimentos para o agir no mundo. Era o tempo capaz de conjugar uma série de eventos num decurso cronológico, que qualificava com argumentos de uma elite imperial, a legitimidade histórica de suas decisões. As interpretações realizadas sobre a natureza e o passado introduziam e definiam os

critérios e representações da história e sobretudo, nas corografias, apontavam para uma perspectiva específica no arranjo entre natureza e temporalidade.

A elaboração da experiência temporal nas corografias não obedece criteriosamente a uma única forma de se conceber o passado. Explicamos mais acima, que a obra de Cunha Matos compreende uma variedade de concepções sobre o tempo e a história. No IHGB é possível perceber como num mesmo lugar de produção historiográfica, casavam-se as noções de história mestra da vida e da história como progresso, pelo menos na primeira metade do Oitocentos. Nessa agremiação, a escrita da história era razão de debate e concurso entre seus membros. Cada sócio poderia inscrever uma proposta para pensar o melhor plano de se escrever a história do Brasil, como foi o caso do concurso de 1840²² O projeto historiográfico da Instituição tinha por caráter um pragmatismo associado à Ilustração assim como, um caráter político que articulava as interpretações do passado à idéia de história nacional que pudesse atuar forjar o passado colonial como condição para o desenvolvimento do Império brasileiro.

A unidade de um todo tão heterogêneo como o Brasil seria conformado em uma escrita que teria na sua utilidade para o presente e o futuro, a possibilidade de execução do projeto de centralização em andamento. A contribuição das corografias era a de reunir um cabedal de elementos tão distintos em cada província de acordo com o projeto político em afirmação e com a tentativa de se impor uma ordem de tempo que configurasse a ascensão do Império. A linearidade das obras corográficas está disposta cronologicamente e neste sentido, pretendia formalizar o ideal de progresso. No *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*²³, os autores Alexandre José de Mello Moraes e Ignácio de Accioli Cerqueira e Silva iniciam a narrativa com a chegada de Colombo à América, passando pela descoberta do Brasil por

²² O concurso foi vencido pelo naturalista bávaro Karl Friedrich Phillip von Martius com o artigo intitulado: "Como de deve escrever a história do Brasil". RIHGB:6(24), pp.381-403, 1845.

²³ MORAES, Alexandre José de Mello. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*. RJ: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1854.

Pedro Álvares Cabral à fundação das capitâneas, do governo-geral e a colonização. Importa-nos destacar que a escolha pela narrativa histórica com destaque às ações dos portugueses não é mero acaso. Ela antecede as descrições geográficas, impondo à história o sentido explicativo dos eventos e da natureza. Caberia então ao historiador, a tarefa de conjugar diferentes aspectos físicos e elaborar o quadro da nação como palco das ações humanas. A natureza parece, por vezes, imparcial. Ela é o lugar dos desenvolvimentos da vida e das ações, é o testemunho ocular da história que acompanha e acumula ao longo do tempo, todas as realizações humanas.

É importante considerar que as estruturas formais do tempo da natureza e do tempo da história são distintas, pois a cronologia não concorda necessariamente com as transformações físicas, sejam elas climáticas ou geológicas. Dessa forma, como os historiadores do século XIX combinaram essa duas durações temporais? Especificamente nas corografias, a natureza parece regida pelos desenvolvimentos da história, é ela que encaminha a mudança das paisagens, dos cenários naturais e que modifica e estabelece os limites e as fronteiras. Em contrapartida, o tempo poderia também ter sido submetido a uma naturalização para que pudesse ser instrumentalizado e se tornado a principal fonte de reflexão do historiador. Provisões e ordenações antecedem as descrições sobre o clima físico no Pará na obra de Monteiro Baena. O não cumprimento de alvarás e diretórios seriam responsáveis pelo atraso e “marcha retrógrada da população das vilas e aldeias (...)”²⁴ e a diferença da produção de frutos não seria climática, “mas sim diferença de tempo”²⁵. Para esse autor, era indispensável demarcar os principais acontecimentos da província em uma ordem cronológica, pois esta era a condição que permitia que esses dois tipos temporais pudessem figurar numa mesma narrativa. É através da leitura de Koselleck com a formulação das

²⁴ BAENA, op. cit., p.29

²⁵ Idem

expressões “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” que podemos nos interrogar sobre as experiências da história.

François Hartog²⁶ procurou compreender como essas duas expressões estavam relacionadas à concepção de um regime de historicidade, propondo refletir sobre como uma sociedade trata seu passado e como procede para com ele, ou seja, buscando entender como era pensada ou realizada a experiência do homem com o tempo e principalmente, como esse mesmo passado acabou se constituindo como instrumento taxionômico da história. No século XIX, a noção de progresso orientava o tempo, o que permitiu a naturalização, alongamento e a possibilidade de tratar de questões cada vez mais distantes do presente, podendo ainda dialogar com um futuro. Para Koselleck, o tempo histórico deve ser pensado a partir das relações entre passado, presente e futuro e segundo as tensões entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, que nos tempos modernos era marcado pela abertura do futuro, por intermédio do progresso e caracterizado pela aceleração do tempo.

A exemplo das corografias oitocentistas, a relação entre as categorias de experiência e expectativa está entrelaçada com a noção de uma história concebida como progressista. O espaço de experiência na definição de Koselleck significa o “passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados [e no qual], a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”²⁷. Assim, para os autores das corografias, somente seria possível conceber esse modelo de escrita, incorporando a experiência de outras personagens à memória de uma província ou de uma nação que queriam construir. São os vestígios, as vivências e recordações, conduzidos por perguntas e também por desejos e inquietudes que, transformados em fontes, deram o testemunho da história, na

²⁶ HARTOG, François. Regimes d’historicité: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

²⁷ KOSELLECK (2006), op. cit., pp.309-310

qual o historiador pode se movimentar entre o passado, o presente e o futuro. A expectativa é concebida então como o que “se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não”²⁸

Como Reinhart Koselleck sugere "o que importa é mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro"²⁹.

Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos do tempo anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável - embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem -, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. Cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado³⁰.

A expectativa é ilustrada nas corografias como a possibilidade de inserção do país entre as nações civilizadas. O horizonte é, em alguma medida, a garantia de continuidade do regime monárquico, mas não necessariamente essa experiência poderia ser contemplada, pois mesmo que um desejo ou um prognóstico do futuro fossem possíveis, existe um limite imposto pela própria experimentação. A necessidade da experiência é realizada pela organização dos vestígios que Cunha Matos, Monteiro Baena, Cerqueira e Silva e Mello Moraes recolhem tanto dos seus registros pessoais quanto da compulsão pelos arquivos. A vontade de caracterizar o que há de mais notável na natureza e nas ações humanas e também a necessidade de salvar a memória da pátria do esquecimento, pois são esses elementos e recordações que permitem criar uma escrita que conjuga os tempos pretéritos, o presente e o futuro. Esses homens letrados do século XIX acreditavam que as experiências pudessem se

²⁸ KOSELLECK (2006), op. cit., p.310

²⁹ Idem. p.311

³⁰ Ibidem, idem.

repetir no futuro, na medida em que a maior compreensão, reflexão e controle sobre o passado, garantiam também a possibilidade de um futuro previsível.

O controle e a compreensão sobre os eventos humanos e as características da natureza como forma de garantir certas continuidades políticas são uma das tópicas presentes no conhecimento corográfico do período. Para Paul Veyne o objetivo da tópica "é de permitir inventar, quer dizer de (re)encontrar todas as considerações que são necessárias num caso particular; ela não permite descobrir o novo, mas sim mobilizar um saber cumulativo, não passar ao lado da melhor solução, ou da boa pergunta, nada omitir"³¹. Ou seja, o autor sugere que para pensar a tópica dos objetos é necessária uma tipologia dos mesmos, como um questionário ideal capaz de organizar sistematicamente todo o repertório destinado a facilitar a invenção dos 'lugares comuns' ou dos *topoi*.

Memória, tipologia e escrita corográfica

As corografias do século XIX foram, em sua maioria, escritas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cunha Matos, Monteiro Baena, Cequeira e Silva e Mello Moraes produziram obras que se destinavam ao conhecimento sobre a natureza e território. Esses autores escreveram narrativas de viagens e ensaios sobre os caracteres regionais, mesmo que não tivessem formação geográfica. A tópica das corografias era organizar e refletir sobre o espaço físico e os acontecimentos, na tentativa de garantir a continuidade do regime monárquico no país. A preocupação em distribuir os elementos segundo uma ordem administrativa, determinada pela divisão natural, civil e também eclesiástica, juntamente com a narrativas das conquistas e desenvolvimentos dos portugueses no Brasil, estava presente na maioria das obras desse gênero.

³¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1983. p. 261. n.5

A lógica discursiva desses textos pretendia associar um conjunto de elementos temporais e espaciais para cumprir uma mesma função, presente em grande parte das produções oitocentistas, que seria realizar um inventário das produções naturais ao lado das descrições dos acontecimentos mais notáveis ou gloriosos da nação. A princípio, as corografias estavam destinadas ao meio acadêmico, provocando debates entre os membros das agremiações. Por vezes, cada ponto das obras era discutido pelos próprios sócios do IHGB, que produziam juízos e réplicas das obras avaliadas. O conhecimento produzido circulava, então, pelos sócios de diferentes províncias, onde cada um teria a tarefa de difundir as propostas e os trabalhos da instituição. As corografias foram escritas pelos sócios que habitavam ou viajavam para diferentes províncias do país, coletando e configurando o conhecimento dessa parcela do território. Os juízos, memórias e artigos publicados na Revista do IHGB refletiam que apesar desse conhecimento ter sido realizado em lugares fora da Corte, era ali que se conjugavam as discussões e decisões sobre a importância dessas obras. Era o lugar, da sede da corte, o Rio de Janeiro, que contemplava a legalidade das informações e reflexões que o historiador realizava como parte de seu ofício.

O objeto do estudo corográfico apresenta a configuração de um cenário em desenvolvimento, representando geralmente as posições e localizações no espaço. Seus elementos são descritos de forma detalhada de tudo o que é visível sobre o solo. Relevo, traçado dos rios, curso das águas, florestas, lugares habitados, estradas, ruínas são alguns dos componentes dessa análise topográfica que sintetiza objetos diferentes em uma narrativa comum. Esse conjunto de sinais ou marcas presentes no espaço é enquadrado para se fixarem com exatidão e facilidade em uma escala regional. Ao realizar essa descrição, os historiadores do século XIX satisfaziam a demanda por esclarecimento dos acontecimentos do passado, lançando luz sobre o presente para antever os sinais do futuro. Era necessário ver e fazer ver, escrevendo aquilo que verdadeiramente se passou, operando para tornar evidentes aos seus

leitores, os resultados de suas investigações e ainda, conferindo visibilidade e inteligibilidade ao passado.

As corografias oitocentistas têm um caráter documental, pois elas transitam pela fronteira do visível e invisível, já que sua escrita constrói a visibilidade do lugar e do tempo, considerando o primeiro como a materialidade dos elementos naturais ainda em disposição na paisagem e também, incluindo o vestígio das informações que se encontravam nos arquivos do Império. O invisível é considerado aqui, como a elaboração do discurso que procura representar a realidade, identificando e localizando os objetos desaparecidos de uma região e inserindo-os na mesma paisagem dos elementos presentes. A reconstituição cuidadosa dos lugares era condição para o seu reconhecimento, por isso cada uma das partes desse todo deveria estar em concordância com o cenário, permitindo assim, a caracterização da província.

A relação entre notabilidade e evidência é um recurso que aparece constantemente nas corografias. “O presente opúsculo, extraído do que mais digno de atenção se há escrito acerca do Brasil, (...) nele compendiamos tudo quanto achamos digno de atenção ou de nota, remetendo ao silêncio aquilo que não nos parece credor de merecimento por qualquer motivo”³². Nessa citação, podemos observar que a lembrança dos fatos deve remeter a algo memorável. O que deveria ser considerado memorável para configurar nas páginas das corografias?

Além das descrições físicas e naturais, registros administrativos como por exemplo, os custos das Intendências da Marinha, Armazéns, Arsenais e Hospitais Militares, Correios, Comércio e etc, são partes importantes que figuram principalmente, nas obras de Cunha Matos e Monteiro Baena. No *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*, os autores priorizaram as descrições das marcas naturais e a enumeração dos lugares e estabelecimentos mais importantes das províncias de todo o Império. Isso demonstra que o registro da memória

³² MORAES, Alexandre José de Mello. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. op. cit., p.1

é diferente para cada autor. Por tratarem de províncias em particular, as obras de Cunha Matos e Baena são minuciosas, mas podemos notar que em nenhuma delas, a questão dos escravos merece consideração e reflexão. Os costumes indígenas ainda são dignos de notas mesmo que, eles não estejam configurados como parte dos costumes dos habitantes brancos da região. Na Corografia de Minas Gerais os usos e costumes dos índios são apresentados no oitavo capítulo intitulado: “Populações marginalizadas”, juntamente com os escravos e logo após de “Saúde, educação e diversões”. Raimundo José da Cunha Matos informa que os escravos, até o momento, não haviam recebido atenção do povo mineiro. Ele expõe o caráter físico e moral desses escravos e como estes eram abandonados e maltratados. Isso não significa uma preocupação do autor em relação à condição da escravidão pois, o problema não era da ordem moral. A condição miserável desses escravos é citada apenas como sinal da necessidade de se empregar uma educação religiosa e de se promover a união matrimonial.

A sorte dos escravos só pode melhorar por meio de uma polícia mui severa, ou quando os senhores chegarem a conhecer que seus escravos devem ser reputados mais como companheiros do que como máquinas animadas dos trabalhos. A vida do escravo está fora das notas de seus senhores³³.

A proposta do autor era policiar, no sentido de civilizar os negros para o trabalho na lavoura e no convívio com os brancos. Em relação aos índios, Cunha Matos trata de uma “escravidão disfarçada”, onde os diretores, inspetores, capelães e párocos missionários da Igreja catequizavam e instruíam os índios, obrigando-os ao serviço nos matos durante o dia e à noite, fatigavam-nos “para lhes ensinarem orações e mistérios mui superiores à sua compreensão”³⁴. A exposição sobre os indígenas, incluía também os seus usos e costumes, suas armas, aldeias e recato (como vergonha, pudor), nomadismo e matrimônio, música e

³³ MATOS, R. J. da C. op.cit., p.82

³⁴ Idem. p.83

dança, e por último, resultados da domesticação. Esses tópicos indicam que o autor queria tornar memorável ou pelo menos digno de nota, um panorama da vida e condição desses índios. A ausência desses tópicos sobre os negros pode significar a necessidade de esquecimento das ações de portugueses e brasileiros no tráfico, no uso da força, na supressão dos costumes africanos e etc. Isso não quer dizer que os homens *ilustrados* não observaram os meios de vida e as determinações que essas “populações marginalizadas” estavam submetidas. Notamos que o olhar que descrevia e esquadrihava as paisagens, selecionava os indícios e os vestígios do que se queria representar como imagem do Império.

A visão, como capacidade de observação e testemunho, parece ser aqui o sentido por excelência e também a capacidade do autor em pôr o Império do Brasil sob os olhos do espectador/leitor. Essas possibilidades de visão são discutidas na coletânea de artigos de François Hartog³⁵, que percebe a evidência como uma das condições de possibilidade de escrita para o historiador em diferentes regimes de historicidade da Antiguidade até os dias de hoje. Tornar algo notável nas corografias, permite a visibilidade e a evidência dos objetos, criando um efeito de “presença” nesse discurso. Além da presença, a exatidão é também possibilidade de registro dos fatos, garantindo veracidade e cientificidade a essas obras. No século XIX, quando políticos e literatos formulavam um conjunto dos questionamentos sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil, as corografias aparecem como parte da reflexão sobre o tempo e o espaço.

Ainda em relação à seleção dos elementos e a configuração de uma memória era digno de lembrar as ações humanas, a capacidade de transformação do espaço em favor do futuro, da posteridade. A corografia carregava em si a idéia de presentificação pois, mesmo que seus autores tivessem suas obras inacabadas, os seus objetos eram fixados numa ordem temporal, gerando uma inscrição dos tempos pretéritos em um mesmo espaço. O olhar tinha a

³⁵ HARTOG, François. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Science Sociales, 2005.

primazia nessa escrita, retirando do que se viu, a configuração de um saber. Esse olhar não era, contudo, acrítico. O historiador devia ponderar os testemunhos e estabelecer os fatos com maior exatidão corrigindo, com isso, os termos e julgando as imprecisões dos autores consultados preenchendo, inclusive, as “lacunas” deixadas nas investigações anteriores de estrangeiros e brasileiros.

A ligação entre olhar e escrita nas corografias pode ser compreendida pela idéia de autópsia. Esse modelo e medida de referência baseia-se no reconhecimento dos elementos segundo um mesmo princípio, o da visão. Essa percepção tucideana da história estabelece o olho como princípio de cientificidade ao passo em que Heródoto combina a visão à experiência de ouvir. A confiança no olhar e, agora também, na capacidade de crítica é condição para se fundar o conhecimento corográfico, porque o narrador “faz ver” e “faz saber” a verdade, tornando-a relação entre observação, leitura e escrita em algo objetivo e “onipresente”³⁶. Essa marca de enunciação que é a autópsia, implica a presença do narrador no relato que este escreve. Porém, a descrição e a reprodução do local, têm muitas vezes nas corografias, a exigência de que o autor não apareça, pois os fatos precisariam “falar por si mesmos”. Nesse momento, “a história, com efeito, institucionaliza-se, objetiva-se, naturaliza-se também (evoca-se ‘o curso das coisas’) e os documentos falam”³⁷.

A experiência dos sócios do IHGB era partilhada pela necessidade de preservação da memória. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-os em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas”³⁸. Essa

³⁶ Idem. p.82

³⁷ Ibidem. p.140

³⁸ LE GOFF, Jacques. "História/Memória". In: ROMANO, Ruggiero (dir). Enciclopédia Einaudi. V.1 - Memória - História. Lisboa:Imprensa Nacional/Casada Moeda, 1984. p.11.

narrativa que enseja atribuir uma ordem e uma localização desses elementos no tempo e no espaço é parte de uma leitura organizada pela memória, que nos homens "faz intervir não só na ordenação de vestígios, mas também na releitura desse vestígios (...)"³⁹. As corografias podem ser pensadas como dicionários ou enciclopédias, porque se assemelham a uma literatura técnica característica do século XVIII, sendo uma reunião de termos explicativos que articulados pela memória, tornam-se pequenos manuais quase alfabéticos, contendo uma parte animada da memória total. Incentivados pelos sentimentos e espírito comemorativo do século XIX, esses autores mais que uma ordem racional, acabam criando arquivos e instituições, como os museus e bibliotecas, organizando registros e documentos dessa memória coletiva e nacional. Os objetos e acontecimentos, quando historicizados, são tornados algo comum, presente ou constituinte de uma grande parte das pessoas. Assim, a coleção das características nacionais presentes nas obras dos autores que trabalhamos era uma forma de constituí-las como *monumento*, garantindo a vitória sobre a mortalidade e o esquecimento, considerando também o êxito da civilização contra a barbárie. É essa memória que liga aquilo que foram os homens, com o que são e como serão⁴⁰. Nesse tipo de escrita, a coleção dos fatos particulares associava narrativa e realidade narrada formulando, através do exame e da indagação, a verdade e o testemunho. A memória passa a ser arquivada nas corografias, sendo ela mesma constituída através das relações entre tempo histórico e espaço geográfico.

Paul Ricoeur trata no seu livro *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*⁴¹ das implicações sobre essas três temáticas na formação de uma epistemologia do conhecimento histórico. Particularmente, no capítulo que o autor discute o espaço habitado, podemos refletir como a memória contribui para a percepção de que o espaço é o lugar onde se inserem os

³⁹ Idem. p.11

⁴⁰ Cf. CATROGA, Fernando. "Ainda será a História Mestra da Vida?". In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, Edição Especial, n.2, p.7-34, 2006.

⁴¹ RICOEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris : Éditions du Seuil, 2000.

protagonistas de uma história narrada, assim como o lugar onde os acontecimentos se desenrolam. O cenário descrito seria então uma experiência viva, já que a memória estaria enquadrada num determinado local. A evocação da lembrança cria uma espacialidade corporal e física através de seu registro eloqüente e preciso. As corografias descrevem o espaço físico das províncias porque seus autores abriram um espaço dedicado à prática e à percepção das características regionais e populacionais. Cada uma das províncias tinha uma memória que precisava ser partilhada para que estas pudessem ser constituídas como parte de uma memória coletiva, que consideraria esses lugares como constituintes de uma tradição histórica que elevasse o status das preocupações sobre o tempo e a sociedade.

(...) c'est à la occasion de ces expériences vives, qu'avait été introduite une première fois la notion de lieu de mémoire, antérieure aux expressions et aux fixations qui ont fait la fortune ultérieure de cette expression⁴².

A princípio, o termo corografia remete à descrição dos espaços habitados. Podemos estender essa definição para a sugestão de que as coisas ou os objetos devem se remeter aos seus lugares para que possam ser encontrados e identificados. O percurso que o autor realiza orienta a determinação dos objetos e a leitura dos lugares. A cronologia emprega também um sentido, um caminho que explora tanto a natureza física quanto as circunstâncias históricas. As personagens mais notáveis merecem também a sua inscrição, sobretudo as autoridades, seja quando tomaram posse, quando realizaram importantes atuações para o desenvolvimento local ou quando foram testemunhas e atores dos eventos mais importantes da história da região. Raimundo José da Cunha Matos narrou as descobertas de diamantes e as ações de seus responsáveis sempre incluindo as notícias, memórias e projetos de lei que estivessem relacionados às preocupações sobre extração, providências fiscais, extravios ou posições

⁴² RICOEUR, op. cit. p.184

internacionais. Bernardo da Fonseca Lobo teria sido o primeiro descobridor dessas pedras, as levando para Portugal e depois Holanda, onde foi feito o reconhecimento do valor dos diamantes. Ele foi depois promovido a capitão-mór vitalício e tabelião. Essa descoberta iniciou todo um aparato fiscal e jurídico para a procura desse “precioso fóssil”. O que importa notar, é como as conseqüências dos atos humanos determinaram os procedimentos para uso da região. A história de um lugar parecia determinada pela ação de seus descobridores, colonizadores ou exploradores. Sem a ocorrência dos destinos humanos, não seria possível atrair a atenção de governantes e países para o desenvolvimento econômico e importância política de certas regiões. Em Minas Gerais, a construção de uma memória local, que se baseava na extração e circulação de pedras preciosas, se tornaria parte das preocupações da Coroa porque era preciso proteger as minas e promover a comercialização dos minérios com os países europeus e a transferência desses bens para Portugal. Esse é um dos capítulos mais importantes da história de Minas Gerais porque se perpetuou a imagem do lugar como centro de mineração e riqueza do Brasil. Podemos pensar aqui, que são os lugares que fazem lembrar os eventos ou seja, a localização dos eventos é dada pela ordem do espaço.

À percepção dos lugares se juntam as partes privilegiadas, como a descrição física e econômica, a declaração dos termos e fundação das vilas e comarcas, a fertilidade das terras, a navegação dos rios, os costumes e as indicações da população. A postura dos autores diante dessas características, acaba por examinar e constituir o ato de habitar essas localidades, aludindo a pontos, superfícies e distâncias inscritas nesses espaços de referência, como por exemplo, na obra de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Alexandre José de Mello Moraes em relação à exposição da província da Paraíba.

A população desta província, que se calcula elevar-se duzentos e dez mil habitantes, fornece à representação nacional dois senadores, e cinco deputados, constando a instrução de um liceu

na capital, freqüentado por 80 alunos, três aulas de latim em toda a província, e trinta e uma escolas primárias⁴³.

As partes mais notáveis desta província são a cidade da capital da Paraíba (...) onde gira o comércio: tem uma casa da Misericórdia, hospital, cinco templos, um dos quais era considerado como igreja do convento dos franciscanos, um dos carmelitas, e outro dos beneditinos, com dois elegantes chafarizes (...)⁴⁴.

Essa descrição incorpora os dados físicos à configuração da província. O espaço percorrido pela narrativa constrói o arranjo de um lugar, ressaltando as condições de vida de seus habitantes. A Paraíba possui suas fundações, monumentos e obras de arquitetura indicando, nesse caso, os seus edifícios mais importantes. Não há, porém, a data das construções desses prédios pois estes são vistos como parte constituinte do espaço. Como eles são elementos do cenário de uma cidade, vila ou comarca, as funções desses lugares descritas pelos seus autores são meramente informativas mas, também é possível considerarmos que essa paisagem acumula seus objetos numa temporalidade e esse parece ser o papel das corografias, o de reunir, organizar, encenar, descrever e criticar qualquer coisa que esteja presente em lugar ou que seja marcado pelos acontecimentos que nele figuraram.

Exemplos de escrita corográfica: ensaios, compêndios, memórias e estudos

O gênero de escrita corográfico é apresentado, no século XIX, de diversas formas. Podem ser memórias, ensaios, estudos, cartas, mapas, relatos, notícias, compêndios configurados como um “estudo clássico de erudição, se constituindo de uma temática de

⁴³ MORAES, Alexandre José de Mello. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*. RJ: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1854. p.69

⁴⁴ Idem p.69-70

‘história da civilização’ referendada a uma ‘história nacional’”⁴⁵. Se o termo Ensaio é empregado e valorizado, é por oposição ao gênero do Tratado (ou ainda de Princípios), acusado de ser muito formal, técnico e pesado.

Toutefois la promesse est souvent tenue, et tout est fait alors pour captiver et garder l’attention du lecteur: cours textes nerveux qui se lisent d’une traite parce qu’ils semblent écrits d’un jet, ne supposant pas de connaissances préalables, s’attachant à ne traiter qu’un seul sujet à la fois où à l’inverse bourrés de digressions curieuses, montages de réflexions et d’anecdotes, pimentés de traites d’esprit, illustrés d’allégories, le tout sur un ton tantôt sérieux et tantôt satirique⁴⁶.

Essa forma do ensaio é apresentada nas corografias de Monteiro Baena e dos autores Cerqueira e Silva e Mello Moraes de forma distinta. Enquanto o primeiro autor discorre sobre a província de forma mais direta, com a apresentação de suas reflexões de maneira mais livre, sem a proposição de seu uso mais pragmático ou pedagógico, criticando procedimentos, técnicas, usos e ações em relação à política e à natureza, os autores seguintes têm por finalidade que o uso de sua obra seja mais imediato, com uma proposta pedagógica destinada aos alunos de diversas instituições escolares imperiais. Essa escrita não sugere a reflexão a partir de textos e documentos históricos, já que não citam referências de autores consultados e não induzem o receptor a uma leitura mais sensível, pois este deve apreender o conteúdo apresentado. A ausência de índices em ambas as obras poderia indicar que o resultado obtido através das observações e da configuração de um conjunto de dados quantificáveis, estaria em segundo plano, pois esses autores não estariam preocupados com a separação das matérias e com a leitura mais imediata de seus textos. Na Corografia da Província de Minas Gerais,

⁴⁵ ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória*. RJ: Universidade Federal do Rio Janeiro, 1998. (Tese de Doutorado). p.121. Cf. (Tabela 3).

⁴⁶ BIZOU, Michaël. “Essai”. In: DELON, Michel. (dir). *Dictionnaire Européen des Lumières*. Paris: PUF, 1997. p. 429

Cunha Mattos constitui um plano metódico que convida a dividir ou subdividir em pontos e classes, tudo aquilo que era objeto do conhecimento corográfico. Essas divisões aparecem nas memórias corográficas citadas, porém, o plano ou a organização realizado pelos seus autores é menos acabado.

Na forma de um ensaio, o autor de uma corografia é aquela figura que se impõe por uma forma de escrita às vezes pedante e sem autoridade. Um ensaísta seria um homem que partilha suas experiências e seus interesses que acredita serem comuns a todos os seus leitores. Seu estilo cria uma unidade de confiança e convivência entre eles. Ele não hesita em colocar a montá seus pensamentos ainda em gestação, em plena atividade, a fim de convidar o leitor a colaborar por simpatia ou por reação, nas atitudes solenes, nos desafios, nas exposições de dúvidas, estados sucessivos e contradições de um mesmo pensamento, que pode conter também provocações, e inconformismos que comprometem a regularidade de informações. “Le style de l’essai trace ainsi en creux la figure d’un lecteur intelligent, ouvert et actif »⁴⁷.

Segundo Michaël Bizou a principal função de um ensaio é agradar para instruir, mas instruir por quê? O que está em jogo é o social. O ensaio reivindica nas letras uma utilidade social porque adquire uma forma laicizada e generalizada sob todos os domínios partilhados por uma sociedade. Um ensaísta é um ator que disputa as possíveis influências sobre um público que toma cada vez mais sua opinião como verdadeira. Assim, esse homem pretende informar, racionalizar, moralizar e politizar cada um de seus leitores.

C’est pourquoi les sujets dont il traite dessinent par leur variété et leur actualité le tableau entier de la société dont il se sent en charge: mécanisme du gouvernement et état des moeurs, ennemis publics et bienfaiteurs de l’humanité, vieux préjugés à dissiper et nouvelles techniques à propager, tout cela fait

⁴⁷ Idem, idem.

l'objet des descriptions, des commentaires, et si besoin de projets de réforme⁴⁸.

Nessa tentativa de compreender a sociedade e o papel que o autor pretende realizar, o ensaio propõe, se não uma teoria coerente, ao menos um imaginário da vida social mais ou menos difusa. Outra característica do ensaio é se propor ao “fazer pensar”. Pelas suas características informais, esse tipo de escrita permite ao autor exprimir suas opiniões. Uma outra acepção do ensaio é pensá-lo como experiência, prova. Bizou cita a obra de John Locke, “Ensaio sobre o entendimento humano”, como uma forma de discurso que associa o modelo ensaísta com a pesquisa empírica. Em grande parte das obras filosóficas setecentistas, os autores de ensaios se reportavam a experiências diversas, reunidas por um senso comum que partia do particular ao geral. Esse interesse pelas pesquisas e experiências particulares organizou o discurso segundo o gênero de um dicionário. A ordem característica desse último gênero ganha em acessibilidade pela divisão das matérias em disposições alfabéticas. O ensaio pretende então permanecer natural e legítimo: sua categoria é de uma associação de idéias, tais quais elas aparecem espontaneamente no espírito ou melhor, segundo um degrau de formalidade desejado pelo ensaísta, com suas próprias regras de coerência lógica. Esses autores empiristas tendem a conjugar a constituição de seus objetos ao mesmo tempo, que investigam o sujeito. Ou seja, a experiência e a pesquisa constituem a organização de sua escrita e de sua ação no mundo.

Nas corografias oitocentistas e mais especificamente nas que trabalhamos, o ensaio remete ao testemunho, a um retrato do mundo como um sistema de objetos que advém de uma consciência intelectual. O exame dos aspectos naturais e pretéritos deve ser completo pela conciliação do fragmento, ou seja, ele “partilha com o ensaio o caráter de inacabamento e de ser uma individualidade e não a expressão de algo anterior. O fragmento é a forma mínima do

⁴⁸ BIZOU, op. cit. p. 429.

ensaio. A prova pode ser levada a cabo pelo próprio leitor”⁴⁹. Na medida em que é praticado ou escrito, o ensaio é tematizado e como é um gênero que permite a presença de contradições, isso corresponderá a sua visada crítica⁵⁰. Podemos considerar a indefinição do estatuto do ensaio pois a pluralidade de sua forma e a dificuldade de sua singularização demonstra que nesse discurso existe a incapacidade de abandonar tanto a fronteira da ciência quanto a da arte.

Daí a errância do ensaio, inclusive de ‘o ensaio moderno’. Embora se tenha libertado do serviço prestado a ‘livros ou poetas’ e, assim, se haja tornado o gênero por excelência da problematização, sua própria riqueza o impede de assumir uma forma. Proteiforme, não é menos informe”⁵¹.

Costa Lima analisa as considerações de George Lukács a respeito do ensaio em sua obra *A alma e as formas* e conclui, utilizando as palavras desse autor, com a seguinte proposição sobre o ensaio: ele “é um tribunal (*Gericht*), mas o essencial, o que determina seu valor não é o veredicto (como é o caso com o sistema), mas o processo de julgar”⁵². É preciso, contudo, considerarmos o caráter de testemunho, de veracidade desses ensaios nas corografias do século XIX. O testemunho é formulado nessas obras pela conjunção de fragmentos e das experiências dos autores, pois este elege os objetos e documentos que pretende justificar. Mesmo que os ensaios se sobressaiam por serem inacabados, existe a preocupação com a transmissão das informações, de seus esquemas e com a sua própria construção. Considerar o ensaio como gênero de escrita nos permite chamar a atenção para as suas espécies⁵³. Nele

⁴⁹ LIMA, Luiz Costa. *Limites da Voz: Montaigne*, Schelegel. RJ: Rocco, 1993. p.88. n.15

⁵⁰ Conferir no terceiro capítulo deste trabalho a discussão sobre o juízo das obras *Corografia Paraense* de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará* de Antonio Ladislau Monteiro Baena, realizado por Joaquim José Machado de Oliveira.

⁵¹ LIMA, L.C.op. cit. p.91

⁵² LUKÁCS, George. *Die Seele und die Formen, Essays*. Berlin: Egon Fleischel & Co., 1991. p.38. *apud* LIMA, L.C. op. cit. p. 91.

⁵³ LIMA, L.C. op. cit. p.93

circulam mais idéias que questões, pois é nele que o autor explicita suas posições e argumentações. Acerca das informações sobre o Pará, Baena coloca: “Tudo o que fica supra-expressado é cerca [sic] da população da Província pode fornecer ao leitor os princípios necessários para formar uma idéia sucinta de qual tem sido o seu andamento (...)”⁵⁴. Essa passagem que o autor nos apresenta indica o seu papel de escritor e a função de sua obra, já que ele informa que seu texto é a síntese daquilo que foi coligido sobre a população, fornecendo os princípios ou os instrumentos para refletir sobre a características da região. Lukács diz que esse gênero já é formado

ou, na melhor das hipóteses, de algo que já tenha existido; é parte de sua existência que ele não destaque coisas novas a partir de um nada vazio, mas se limite a ordenar de uma nova maneira as coisas que em algum momento já foram vivas. E como ele apenas as ordena novamente, sem dar forma a algo novo a partir do que não tem forma, encontra-se vinculado às coisas, tem sempre que dizer a “verdade” sobre elas, encontrar a expressão para a sua essência⁵⁵.

É exatamente nesse ponto que a corografia pode caber em um gênero de escrita como é o ensaio. Ela não pretende descrever coisas e objetos que não estejam vivos ou que não tenham existido; o propósito é ordenar, registrar e classificar as idéias em torno dos aspectos políticos que o autor queria privilegiar com seus esforços de síntese, dando notabilidade aos fragmentos que reuniu de acordo com suas experiências. E os critérios desse procedimento “são a compatibilidade com o texto e com a própria interpretação”⁵⁶, que delineiam seu conteúdo específico e seus conceitos com a pretensão de verdade. Com essa pretensa necessidade de declaração da verdade, os ensaios corográficos no século XIX

⁵⁴ BAENA, op. cit., p.21

⁵⁵ LUKÁCS, op. cit. *apud* ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura I*. SP : Duas Cidades, Editora 34, 2003. nota 2, p. 16

⁵⁶ ADORNO, op. cit., p. 17

atendem às necessidades acadêmicas estabelecidas pela elite imperial pois formulam o papel do Estado no desenvolvimento do progresso do país, apontando e ilustrando a ação dos governantes no desenvolvimento político, econômico e cultural Sua condição sistemática define as possibilidades de conhecimento da natureza e do passado e seu conteúdo histórico é um núcleo temporal que legitima a plenitude dessa verdade. Para Adorno, são as mediações históricas que criam o teor de verdade na composição ensaística, determinando uma “unidade de teoria e experiência que o objeto acolhe. O caráter aberto do ensaio não é vago como o do ânimo e do sentimento, pois ele é delimitado pelo seu conteúdo”⁵⁷. Isso quer dizer que o ensaio não é uma escrita que se define exatamente pela livre expressão do autor, o que o determina são suas questões e conteúdos que o formulam como um gênero associado a diversos tipos de conhecimento.

Outras formas de escrita que caracterizaram as corografias no Oitocentos são os compêndios, as memórias e os estudos. Discutimos acima, a idéia de ensaio na obra de Mello Moraes e Cerqueira e Silva e apontamos para a propriedade que esse trabalho assume como um compêndio. Um compêndio é uma síntese, um resumo sobre um determinado assunto normalmente dedicado ao ensino escolar, por isso o *Ensaio corográfico do Império do Brasil* pretendia dar conta de uma descrição geral do país, pontuando as características mais importantes das províncias para formar a idéia de território brasileiro. Na obra de M. T. Alves Nogueira, do final do século XIX, podemos perceber como um compêndio corográfico ainda permanecia como forma de conhecimento do território e da natureza brasileiras.

Ousamos oferecer ao público brasileiro o presente compêndio que, podendo servir de dicionário geográfico, encerra o quadro histórico e econômico do Brasil desde o descobrimento até nossos dias apresenta a descrição física indicada pelo processo

⁵⁷ Idem. p. 36

genético que no decurso de nosso desenvolvimento político sucessivamente se operou do Atlântico para o oeste.

(...)

Na distribuição do assunto adotamos como balizas cronológicas as transformações hierárquicas com que outrora o governo metropolitano assinalou os vários estádios no crescimento de nossa pátria.

A esta exposição prende-se naturalmente o quadro físico da confrontação horizontal. Ao depois estudamos não só a primitiva população, como também o vasto plano de colonização, que então delineado pelo governo português veio a ser até hoje o fundamento da divisão territorial do Império⁵⁸.

Dedicado ao Conde d'Eu, o livro foi publicado ainda sob o controle do Estado Imperial. Seu autor descreve, assim como nas obras do início do século XIX, a chegada dos portugueses e a colonização do Brasil. O texto é organizado em lições, tal como nas obras de Joaquim Manoel de Macedo, destinadas ao uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II⁵⁹. O livro de Macedo, *Noções de Corografia do Brasil* de 1873, foi encomendado pela Comissão Superior da Exposição Nacional para ser apresentado na Exposição Universal de Viena, como um compêndio “mais adotado à generalidade dos leitores, do que científico [para] divulgarem-se na Europa verdadeiros e precisos conhecimentos do Brasil considerado política, moral, econômica e fisicamente”⁶⁰. Segundo o literato, a proposta da obra é destinada ao leitor em geral, e, mais especificamente, ao ensino e divulgação dos conhecimentos sobre o Brasil. Esse livro pode ser considerado um esforço arquivístico de coleta das obras e matérias escritas por autores de compêndios de geografia, engenheiros, viajantes naturalistas nacionais e estrangeiros, oficiais da marinha e “outros que são distintos cultivadores da história e geografia pátria [que] deram com a mais obsequiosa vontade e enfadonho autor deste livro esclarecimentos e lições de máximo proveito”⁶¹. O autor demonstra a importância da tarefa e obra dos especialistas para o estudo do Brasil e de suas

⁵⁸ NOGUEIRA, M.T. Alves. *Compêndio de Geografia e Corografia do Brasil* (acompanhado de três mapas e um índice alfabético). Leipzig: F.A. Brockhaus, 1889.

⁵⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. *Noções de Corographia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1873; _____. *Lições de Corografia do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio D. Pedro II*. RJ, B.L. Garnier, 1877.

⁶⁰ MACEDO, J.M. de. (1873). “Prólogo”.

⁶¹ Idem.

províncias, principalmente pela insuficiência de informações sobre a parte física de sua obra, como a orografia e a hidrografia.

O compêndio de Macedo é dividido em capítulos, o que indica o arranjo dos temas por seções. Essa divisão sugere a leitura que o autor realizou dos acontecimentos e elementos naturais mais importantes do Brasil. Por ser sistemático, um compêndio é indicado para uma leitura mais sucinta dos termos que lhe são apresentados, não requerendo uma reflexão mais profunda por parte do leitor. Isso não significa que essa forma de escrita implique necessariamente uma superficialidade por aquele que escreveu e pelo outro que leu. A escolha da utilização de um compêndio é dada pelo seu caráter objetivo, que direciona o leitor aos pontos mais notáveis, fazendo-o lembrar e memorizar cada parte da história e da natureza do país que determinou a formação do Império.

Podemos comparar a organização dos textos dos autores acima citados para ilustrar a proposição e a seleção dos critérios e informações que formalizam os compêndios nesse momento. No *Ensaio corográfico* publicado em 1854, não existe uma divisão definida para os temas que os autores tratam. A narrativa é um pouco mais extensa e descritiva, os pontos levantados, mesmo que às vezes mais resumidos, são animados pela utilização de metáforas, principalmente quando transcrevem as marcas naturais das províncias. Existia uma *cor local*⁶², que precisava ser salientada e que tornava o relato mais pitoresco e mais livre das imposições de uma história filosófica. Porém, a obra também pode ser considerada sistemática, pela composição dos seus temas e pela separação de alguns itens como natureza física, clima, montanhas, população, moradores ilustres, produções agrícolas e etc., mesmo que exista uma liberdade de exposição maior em relação às duas seguintes obras.

O compêndio de Alves Nogueira inclui um índice alfabético e em seu prólogo ele destaca a luta dos habitantes do Brasil contra as invasões e o empenho católico dos jesuítas pela conversão indígena porém, nas páginas seguintes são valorizados os aspectos geográficos.

Nossas lições são o resultado de notas que colecionamos para a confecção de um atlas histórico-geográfico do Brasil, não dependendo o aparecimento do mesmo senão do favor com que pelo público acolhido agora apresento este resumo de longos estudos. Não podemos deixar de mencionar que é este o

⁶² Cf. A obra e as sugestões de escrita da história realizada pelo Barão de Barante, que admitia a semelhança entre a narrativa histórica e a poesia, já que ambas falavam à imaginação, ainda que a primeira verse pela verdade positiva dos fatos. BARANTE, Prosper de. "Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477". In: GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Seuil, 2002.

primeiro ensaio de uma completa descrição política do Brasil desde o descobrimento até hoje.

Quanto à parte geográfica, assunto principal de nossos esforços, esperamos merecer do leitor brasileiro o reconhecimento de termos, com plano inteiramente novo, esboçado a descrição estritamente científica do torrão natal⁶³.

Nessas lições, o autor pretendia relacionar a descrição geográfica à divisão política. Podemos observar que esse compêndio procura associar diretamente o território à formação territorial do Império e que para a formulação de uma idéia sobre o Brasil, era necessário aprender as marcas naturais, a constituição administrativa (nesse caso dada pela ação eclesiástica) e a divisão política.

Nas *Noções* de Joaquim Manoel de Macedo, o capítulo dedicado à descrição dos eventos do país, é mais extenso que o da obra acima, porém a dificuldade para o resumo da demasiada extensão do território e da riqueza ilimitada da natureza, indica uma deficiência nas áreas estatísticas e nos estudos geológicos. Na redação desses capítulos, a primeira parte trata do “Brasil em geral” e a segunda trata das “Províncias e município da Corte”. Um esboço histórico do Brasil é configurado como “estudo clássico de erudição, se constituindo de uma temática de “história da civilização” referendada a uma “história nacional”⁶⁴, o que significa dizer que para o estudo da história da civilização moderna, a história do Brasil precisava se adequar à história da Europa.

Segundo Selma Rinaldi de Mattos, os procedimentos metodológicos da escrita de Macedo privilegiavam o sentido geral e a evolução de um povo ou nação e traduziam a história como pedagogia da formação da sociedade, pois o autor preocupava-se com “questões relativas ao ensino da história pátria – temas, períodos, métodos, compêndios”⁶⁵.

ele consagrava uma cronologia, operando uma classificação a partir de um determinado critério: o sentido que imprimia à narrativa. Elegia determinados fatos; condenava outros ao esquecimento. Um duplo movimento, punha em relação diferentes acontecimentos ocorridos num mesmo intervalo de

⁶³ NOGUEIRA, M.T. Alves. op. cit., p.VIII

⁶⁴ ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória*. RJ: Universidade Federal do Rio Janeiro, 1998. (Tese de Doutorado). p. 121.

⁶⁵ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. RJ: Access, 2000. p.72

tempo, reservando um lugar para cada um deles, ao mesmo tempo que punha em relação as décadas ou períodos entre si, numa ordenação que segue em busca de um ponto de chegada já determinado: o apogeu do Império do Brasil⁶⁶.

As memórias e os estudos foram outros gêneros de escrita que os literatos do Oitocentos utilizaram para configurar o conhecimento corográfico. As memórias são textos que remetem à narração da vida ou dos fatos de personagens e autores. Poucos foram os trabalhos que no século XIX relacionaram as corografias com esse modelo narrativo. Analisamos em parágrafos acima as relações entre memória (como ato de recordar, lembrar), escrita da história e a produção de corografias. Pensamos aqui que a forma de escrita de uma memória pode ser definida pela exposição sumária de seu conteúdo, ela é um monumento estilístico que procura valorizar certas ações e acontecimentos, reunindo e nomeando os registros elaborados pela conservação e reminiscências das recordações.

Em um exame da *Corografia ou Memória Estatística e Topográfica do Algarve*, realizada pelo sócio Dr. Thomaz José de Pinto Cerqueira em 1841, é apresentada a trajetória biográfica dos três marechais que escreveram corografias sobre o Algarve: Antônio José da Franca e Horta, Gonçalo Antônio da Fonseca e Sá e do Marechal do Exército Visconde da Laguna Carlos Frederico Lecor. Cerqueira afirma que a obra precisa ser corrigida, pois nela versam erros sobre os fatos da história do Brasil. Isso significa que uma memória poderia ser julgada e retificada. A idéia que se faz de uma memória é que ela é quase algo inteiramente pertinente ao autor, pois ela estaria diretamente ligada às suas experiências. A memória e seu exame sugerem que as informações nela contidas foram verificadas pessoalmente. O uso de relatos de personagens que participaram dos acontecimentos imprimem uma tentativa de atribuir aos textos o caráter de testemunho.

Atribui-lhe a Corografia uma memória sobre a Província de S. Paulo, que diz remetida ao governo do Rio de Janeiro, dando assim a entender que fora escrita naquela província. Não tendo notícia alguma dessa memória, e julgo ser falso o fato, porque consultando a meu sogro o hoje brigadeiro José Joaquim da Rocha, que escreveu na secretaria daquele marechal desde a sua chegada a S. Paulo até o ano de 1810, me asseverou que memória não existe, e que sim há uma escrita pelo antecessor de Horta, Antonio Manoel de Mello, a qual com efeito foi

⁶⁶ Idem. p.74.

remetida ao governo. É muito de presumir que houvesse confusão⁶⁷.

(...)

Suponho serem estes os erros que existem nas três biografias, aliás mui resumidas; e como podem elas dar idéias falsas a quem ler a obra, e são tanto mais perigosas, que esta foi publicada por ordem e com o privilégio da Academia Real das Ciências de Lisboa, corporação bastante autorizada para fazer acreditar em suas palavras: sou de parecer que pela Revista do Instituto se publiquem os erros e retificações apontadas⁶⁸.

As anotações do sócio do Instituto Histórico confirmam o papel que a agremiação se propôs para a investigação, crítica e correção dos documentos que discorrem sobre a história e a geografia do Império brasileiro. Os estudos são estilos de escrita que também se ocupavam dos assuntos abordados pelas corografias. Henrique de Beaurepaire-Rohan organizou os *Estudos acerca da Carta Geográfica e da História Física e Política do Brasil*⁶⁹, por incumbência do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida. Essa obra elabora um quadro dos elementos que devem ser pesquisados e descritos para que o território brasileiro possa ser conhecido. Para o autor,

não é outro o fim da presente memória senão mostrar o caminho que no meu conceito deveremos seguir no intuito de bem representar o Brasil, tanto gráfica como descritivamente. Neste sentido pode a Comissão da Carta Geral do Império prestar valiosos serviços ao país; e ela o

⁶⁷CERQUEIRA, Thomaz José de Pinto. Exame de três artigos da “Corografia ou Memória Estatística e Topográfica do Algarve”. In. : Revista do IHGB, Rio de Janeiro, T.3, 1841. p.360

⁶⁸ Idem. p. 362

⁶⁹ BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Estudos acerca da Organização da Carta Geográfica e da História Física e Política do Brasil*. RJ: Typographia Nacional, 1877.

alcançará sem dúvida se continuar a merecer a confiança com que a tem honrado o Governo Imperial⁷⁰.

Importa-nos observar que essa obra divide-se em três partes: a primeira trata da elaboração da Carta Geográfica, a segunda da História Física e Política do Império e a terceira traça o Plano da Obra para a elaboração e organização de uma corografia do Brasil. Na última parte desse trabalho, é possível compreender como o marechal de campo concebeu o programa para a confecção da Carta, considerando a corografia do Império como sua história física e política⁷¹. Neste programa o autor apresenta como deve ser constituída a Corografia ou a História física e política do Brasil, com a ordem de descrição das províncias, segundo um plano com necessárias restrições, acompanhado de uma Carta Geográfica do Império. Para essa realização o autor afirma ter utilizado quantos autores e colaboradores fossem necessários para o desenvolvimento dos diversos assuntos. Nas províncias, correspondentes foram encarregados de prestar informações que interessassem à Corografia. “Em todas as descrições, até mesmo nas de ordem meramente física, procurarão os colaboradores disfarçar a aridez do assunto por meio de notícias curiosas sobre acidentes e produções naturais, a paisagem, a história local e outras circunstâncias que possam interessar o leitor”⁷².

Um modelo deveria guiar as pessoas encarregadas de cada município, para colher todas as informações desejáveis sobre as circunstâncias topográficas. Esse exame cria os pontos que configuram o objeto corográfico, pois esses homens deveriam colher os dados pré-estabelecidos pela comissão no Rio de Janeiro. Por exemplo, no prólogo da obra deveriam ser utilizados os vocabulários geográficos e os termos científicos assim como, as denominações vulgares em uso no Brasil. As descrições físicas que constam no primeiro capítulo são pontuais pois definem elementos como extensão, limites, constituição geológica, hidrografia, clima, salubridade e etc. A descrição política trata da história, especificando descobertas, invasões, missões, tráfico, constituição e posteriormente, estatística, indústria e lavoura.

Esse levantamento de elementos ou mesmo organização de um repertório indica o pragmatismo da construção da escrita da história física e política do Império do Brasil. Essa memória cumpre com o objetivo de conjugar a escrita da história com os elementos naturais e pictóricos da nação. Ela acompanha os termos científicos para o conhecimento do território (das formações geológicas, das descrições físicas e das produções naturais) e as descrições políticas (História, administração e obras públicas). Nesse tipo de produção, a idéia é

⁷⁰ Idem. p. 1

⁷¹ Consultar principalmente o Programa e Plano da obra.

⁷² BEAUREPAIRE-ROHAN, H de. op. cit.

associar elementos naturais, ainda poucos estudados, com a formação da história nacional, incluindo um mapa como a Carta Geográfica que ilustre a idéia do território. Nesse aspecto a idéia de estudo se iguala a da memória, determinado por um arranjo e organização de uma comissão com interesses em consolidar e esquadrihar o quadro histórico e natural da nação.

Cabe ainda ressaltar que a administração e a disposição sumária dos elementos de uma corografia configura uma espécie de dicionário de termos históricos e geográficos. A Enciclopédia de Diderot e d’Alembert nos auxilia a pensar as corografias como um catálogo, que enumera uma lista de nomes de homens, livros e outras coisas, dispostas segundo uma certa ordem. A origem latina desse termo significa “coleção”⁷³, pois assim como em um catálogo, ela designa “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar do público”.⁷⁴ A corografia pode ser pensada como coleção pois, os seus escritores empenharam-se no trabalho de pesquisa, coleta e organização de diversas marcas da natureza e questões da história nacional. Outra forma, é pensar que essas corografias eram ordenadas como inventários em que predominavam as descrições de objetos que não eram passíveis de manipulação, mas que indicavam o estado da civilização de um lugar, região ou país.

Para Krzysztof Pomian, mesmo que os objetos de uma coleção não tenham necessariamente uma finalidade utilitária, elas possuem um valor de troca que vem justamente do significado de seus artefatos. Na sociedade moderna, os documentos escritos passam a ser colecionados, de acordo com a crítica e a verificação da autenticidade do testemunho. O utilitarismo das obras corográficas do Oitocentos estaria menos relacionado com seu valor econômico que pelo seu caráter em empreender uma reflexão e uma ação sobre o tempo e o espaço. Todos os elementos contidos na organização dessas obras ligam o mundo

⁷³ Cf. DIDEROT, Denis; ALEMBERT, Jean Lerond d’. *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des métiers*. NY : Pergamon, 1969. 5v. Tome I. p.448

⁷⁴ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 53.

visível ao invisível. Ou seja, o visível eram os objetos da natureza, os monumentos, os edifícios e as casas, que ainda estavam presentes. O invisível era tudo aquilo que não existia mais ou que não era tangível, como as matas e prédios destruídos, a exaltação das ações de personagens já falecidos, a própria história do país e de suas capitanias e depois províncias. Assim, os elementos são intermediários entre os espectadores (leitores) e o invisível pois expostos ao olhar, eles permitem a comunicação seja no espaço, seja no tempo (passado, presente e futuro).

Podemos, dessa forma, associar as tarefas realizadas pelos autores das corografias e o papel do colecionador, já que ambos pretendiam reunir (sendo que o segundo reunia materialmente) uma amostra ou um registro do mundo, como uma espécie de lugar privado, que contém o estudo ou a exposição de vários assuntos e conhecimentos acerca do tempo, da natureza ou das realizações humanas. Nas corografias que analisamos, esse acúmulo de objetos é dado pela escrita e concebido a partir de um encadeamento organizado através da linearidade do tempo e ainda, realizado pelo ofício do historiador. Porém, entendemos que para realizar essa escrita, é necessária uma operação historiográfica, como sugere Michel de Certeau, que precisa de alguém que a faça, nesse caso, ele é o próprio historiador⁷⁵, que seria responsável por imprimir um sentido às experiências passadas, dotando-as de sentido. Consideramos, portanto, as corografias produzidas no século XIX como obras historiográficas a partir das quais seus autores organizavam e dispunham os elementos da natureza e os episódios do passado, para escrever a história do Brasil.

⁷⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

A resignificação das tradições

A escrita da História, independente da forma como ela é representada, envolve escolhas, recortes, lembranças e esquecimentos. O passado não possui uma organização *a priori*, é antes dotado de sentido, o que significa dizer que para antiquários e para historiadores modernos, não existia um mesmo passado, já que havia diferentes olhares sobre ele. É a tradição fundada a partir, em primeiro lugar, das perguntas e dos interesses dirigidos às experiências do passado e, em segundo, a partir do que deste passado é escolhido para responder às interrogações propostas, que o historiador constrói uma forma de escrita que procura tornar compreensível a experiência humana⁷⁶ que, podemos pensar e definir a tradição como uma possibilidade que abarca e forma o presente, pois ao passo que ela pode ser inventada pelas questões que se formulam acerca do passado, quando um olhar se volta para trás, ela também força uma construção deliberada sobre esse mesmo passado.

Herdeira da filosofia das Luzes onde o mundo poderia ser conhecido de forma racional, a história pesquisada no IHGB, construiria a sua escrita através do esclarecimento das origens e destinos dos homens no Brasil em suas diversas províncias, na qual os seus sócios viam-se como responsáveis por tal empreendimento. Nesse espírito e ética iluministas um desejo pela liberdade e sua realização no mundo, impulsionou o estudo das ciências, “aliando ... otimismo utópico à mentalidade pragmática das reformas concretas”⁷⁷.

Daí o renascimento científico de meados do século XVIII, principalmente no campo das ciências naturais e mecânicas, a exaltação do sábio e do cientista como o homem prático e de ação: caberia a eles construir a

⁷⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

⁷⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T.278, jan./mar. p.105-170, 1968. p.106

felicidade dos homens, com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e proveito da sociedade⁷⁸.

Esse pragmatismo seria aplicado aos estudos históricos no Setecentos e Oitocentos pelas relações entre intelectuais e sociedade, que poderiam ser conhecidas e transformadas a partir de um conhecimento enciclopédico, que abarcava um vasto conjunto de temas, como as ciências e artes em geral e um conhecimento universal, organizado segundo princípios de uma razão e de uma filosofia que reconhecia as ciências e as letras segundo certos cânones. A história poderia ser medida, assim, pelo grau de sua utilidade, de sua aplicação nas questões naturais, econômicas, políticas e sociais. As corografias podem ser um dos exemplos dessa visão utilitarista da filosofia da Luzes, pois suas descrições e apontamentos serviam ao mesmo tempo para a formação de um conhecimento sobre o Brasil, assim como declarava os principais problemas e questões presentes na sociedade e as maneiras de resolvê-las. O melhor aproveitamento de rios, florestas, matas, agricultura, pesca e produções naturais eram freqüentemente tratados nos textos corográficos e na maioria de outras obras desses períodos⁷⁹.

O estímulo desses estudos vinha ainda do Império português, que financiou viagens filosóficas, como a de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Amazonas e a publicação de memórias, que realizassem um levantamento de produtos desconhecidos e que pudessem ser explorados para comercialização. Nesse sentido, uma cultura científica foi desenvolvida para que esses elementos naturais pudessem ser utilizados e valorizados no mercado internacional. Assim, a história natural ganhava status científico e suas técnicas possibilitavam os estudos de vários temas, de acordo com as especificidades dos lugares visitados e explorados. Ao mesmo

⁷⁸Idem.

⁷⁹José Augusto Pádua trata dessas discussões acerca do aproveitamento dos recursos naturais e das técnicas de extração, produção e desenvolvimento da agricultura e da economia brasileiras em diversos autores desde o final do século XVIII até o fim da escravidão. As corografias são um dos modelos analisados pelo autor para discutir esses temas em debate no período, assim como a tentativa de se pensar em um princípio de crítica ambiental no Brasil. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

tempo, uma cultura escrita que privilegiava as narrativas de viajantes e naturalistas permitiu que as corografias oitocentistas, também ocupassem um lugar nos estudos sobre natureza, território, história e costumes sociais.

No século XIX, de certa forma, essas iniciativas também seriam partilhadas, mas agora além dos objetos naturais, haveria o estudo dos temas da natureza e dos homens a partir de uma reflexão histórica, o que permitiria que as práticas e as técnicas de observação e utilização dos recursos naturais, fossem utilizadas como possibilidade de análise da administração das províncias, de suas divisões civis e eclesiásticas, de sua população. Dessa forma, o conhecimento da região e de suas produções, seria uma ferramenta indispensável para avaliar o desempenho da indústria e da economia garantindo assim, o desenvolvimento da civilização local e nacional. Semelhante às práticas empregadas por naturalistas-viajantes, o historiador teria agora a mesma capacidade de reunir elementos e refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento e bem-estar, dando conta inclusive da formulação de suas observações e anotações em conhecimentos inteligíveis. Por conta disso, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reconheciam os empreendimentos de estrangeiros e patriotas, na descrição minuciosa dos elementos que compunham o quadro nacional. Entre tantos naturalistas, citaremos alguns daqueles que foram utilizados pelos membros desta agremiação brasileira.

As viagens empreendidas no final do século XVIII e início do XIX marcavam as relações entre a Europa e a América. Conhecer o “outro” pelas ações no mundo “poderia forjar novas relações políticas e econômicas entre os dois continentes”⁸⁰. Através das ações, das coletas de informações sobre outras regiões e da organização de exposições e coleções, o mundo europeu tornava visível outras sociedades e culturas. Era preciso definir para o homem europeu, o papel e o lugar desse “Novo Mundo” na história, indicando para isso, o grau de sua

⁸⁰GUIMARÃES, Manoel Salgado. “História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. VII(2), jul./out., p.391-413, 2000. p.392

civilização. É a partir daí que naturalistas como Humboldt no Setecentos e von Martius no Oitocentos, assim como outros, buscariam uma explicação científica e histórica para aquilo que fosse identificado como diferente de suas culturas. Ainda nessa perspectiva, tornava-se importante enquadrar essas nações em uma totalidade, em um sistema, na qual elas teriam seus papéis definidos na ordem integrada do mundo.

As imagens da natureza e dos homens eram concebidas como parte de um sistema classificatório unívoco, permitindo que os naturalistas pudessem dispor “de uma rede de conceitos e de termos capazes de transformar um amontoado de coisas numa realidade ordenada e coerente”⁸¹. Segundo esta metodologia, os naturalistas que visitaram as diferentes regiões do Brasil, procuraram descrever e ordenar a vasta natureza e a presença de diferentes habitantes: o índio, o negro e o branco. Os escritos de Humboldt descreviam as regiões tanto do ponto de vista científico quanto estético, representando a comunhão entre a grandeza da natureza e as revelações da ciência⁸². A viagem de Humboldt pela América hispânica entre os anos de 1799 a 1804 representa um tipo paradigmático para os viajantes seguintes, pela visita que o naturalista, juntamente com Aimé de Bonpland, realizou em lugares ainda desconhecidos.

Marcado pela cultura histórica presente desde o final do século XVIII, von Martius assim como outros viajantes compartilharam esse modelo enciclopédico de descrição e catalogação de animais, plantas, climas, rios, populações, costumes e riquezas naturais. Essa perspectiva também era partilhada pelos homens ilustrados no Brasil. Combinada a essa tradição das Luzes estaria a tradição clássica, com suas referências e cânones para a escrita da história nacional, na qual os exemplos do passado deveriam ser seguidos pelos homens do presente marcando dessa forma, a história como *mestra da vida*, segundo as proposições elaboradas por Cícero. Essa concepção de escrita que associava tanto o saber científico quanto

⁸¹ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. SP: Unesp, 1992. p. 317.

⁸² Cf. RICOTTA, Lúcia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander Von Humboldt*. SP: Mauad, 2003.

os ensinamentos e experiências de personagens ilustres, foi utilizada pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para compor o projeto de escrita e (re)conhecimento da nação, o que pode ser percebido nos vários trabalhos e pesquisas desenvolvidos desde a fundação dessa academia. A partir desse mesmo projeto, podemos reconhecer como esses sócios resignificaram algumas tradições a partir de questões e indagações relativas ao presente.

A idéia de corografia está presente desde a obra *Geographia* de Ptolomeu, na qual caberia à parte corográfica o recolhimento de informações sobre regiões habitadas, enquanto a geografia entendida como “hierarquicamente superior, [seria] responsável por coligir, selecionar e retificar os dados apresentados pela corografia, agrupando matematicamente os dados resultantes a um espaço organizado”⁸³. A obra de Ptolomeu foi resignificada no século XVI e seus estudos geográficos teriam sido esvaziados, “passando a conferir um status científico à corografia que a tornava, doravante, um instrumento prático e útil, para, por exemplo, resolver disputas de território, vendas de propriedade, operações militares, planejamentos estatais e o incremento comercial”⁸⁴. A partir então da metade do século XVIII e durante o século XIX, as corografias se difundiriam cultural e academicamente demonstrando sua importância nos espaços letrados.

As corografias produzidas no Brasil no Oitocentos, em grande parte, tiveram suas imagens ou representações pictóricas[?] esvaziadas e procuraram mais descrever e elaborar um repertório de objetos, acontecimentos, elementos da natureza e de personagens históricos. Nesse momento, as informações coletadas em arquivos pelos seus autores e durante as viagens pelas províncias, tinham um caráter mais objetivo e sistemático, como um conjunto de informações que estivessem disponíveis para qualquer leitor e que ao mesmo tempo

⁸³ PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. RJ: UFRJ/IFCS, 2005. (Tese de doutorado). p.109

⁸⁴ Idem. p. 110

podiam ser divulgadas entre os membros de uma elite dirigente, assim como poderiam ser utilizadas no ensino nas escolas.

No século XIX, a escrita da história foi construída a partir da leitura de textos clássicos como Heródoto, Cícero, Homero, Quintiliano. Os sócios do IHGB formularam principalmente a sua concepção de escrita segundo as formulações de uma história mestra da vida, onde a emulação dos personagens do passado garantiria a lição das ações para o tempo presente. O *topos* dessa história era transformar um fato do passado em símbolo dos tempos decorridos. Os exemplos tornaram-se uma forma dos historiadores compreenderem seus objetos e suas produções como práticas e usos. O ensinamento que subjaz à essa fórmula, indicam que a “compreensão prévia das possibilidades humanas [poderia ser considerada] em um *continuum* de validade geral”⁸⁵. A história conduziria o homem e suas produções a um constante aperfeiçoamento moral e intelectual, pois o passado era instrumento constante de recordações que comprovavam doutrinas políticas, morais, religiosas ou jurídicas.

A expressão de Cícero de que a “história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice (...)”⁸⁶ significa que a tarefa principal atribuída à historiografia é dirigida à prática, a qual o orador (aqui pensado como historiador) exerce sua influência, servindo da história como uma coleção de exemplos. Nas corografias oitocentistas, os autores colecionavam além dos exemplos de personagens ilustres da história do Brasil, um conjunto de acontecimentos do passado, que serviam como indicação da herança gloriosa da nação que se constituía como Estado Imperial. A paisagem descrita apesar de ser uma reunião de elementos e marcas naturais, não era concebida como ensinamento, mas sua opulência era também sinal de elogio do território. As ações passadas e presentes em um cenário considerado majestoso, tornavam ao mesmo tempo o evento e o local em algo exemplar, ideal.

⁸⁵ KOSELLECK (2006), op. cit., p.43

⁸⁶ Cícero, *De Oratore*, II. In: KOSELLECK, op. cit. p.43

A organização dos elementos históricos e naturais, ilustram um esforço colecionista de conceber “o passado útil aos homens do presente a partir de uma pragmática que visa a ação”⁸⁷. A elaboração de uma coleção com um sentido prático foi concebida por volta do século XVIII, em oposição à atividade de antiquários que reuniam objetos e documentos sem qualquer ordem prévia e utilidade específica. Nas corografias e em grande parte da historiografia do Oitocentos podemos perceber a constituição do passado em objeto da filosofia, incorporou a tradição antiquária como parte de uma escrita científica. A pesquisa de objetos e documentos pelos historiadores encontraria nos conhecimentos acerca de monumentos, inscrições e marcas visíveis do passado, importantes elementos para a crítica e verificação da autenticidade de restos e vestígios que progressivamente se transformassem em um conjunto de materiais para a escrita da história⁸⁸. A erudição característica desse conhecimento antiquário foi transformada em novas formas institucionais de produção de conhecimento.

Para a escrita das corografias, os homens letrados do século XIX acreditavam que poderiam examinar objetos materiais de uma maneira positivamente científica ao mesmo tempo em que estavam comprometidos com a utilização de evidências provenientes do passado. Dispostos segundo uma ordem linear, os objetos descritos nas obras corográficas eram parte de um sistema e de uma concepção filosófica do tempo que, imprimia a cada um desses elementos, um lugar específico na ordem do mundo porém, cada um desses objetos era capaz de conter um testemunho sobre a origem ou o lugar que ocupavam, eles atestavam a veracidade das informações e dos relatos de acontecimentos pretéritos.

O exaustivo levantamento realizado por Cunha Matos, Monteiro Baena, Mello Moraes e Cerqueira e Silva em suas obras era parte das preocupações desse antiquários em descrever instituições, religiões, leis, costumes, finanças e etc. Podemos ainda comparar “a

⁸⁷ GUIMARÃES, Manoel Salgado. (2000), op. cit., p.115

⁸⁸ Idem. p. 118

analogia entre os manuais sistemáticos do final da Renascença e a organização sistemática da erudição antiga”⁸⁹ com a mesma organização presente nas corografias oitocentistas. “Pareceria que a atitude mental sistemática dos antiquários antigos teria passado para os tempos modernos”⁹⁰. Outra questão é que o estudo das histórias locais, das cronografias, genealogias dissertações eruditas, obras etnografias eram também méritos das atividades de antiquários e não de historiadores mas, na historiografia brasileira do século XIX, os estudos e o interesse por detalhes minuciosos como são apresentados nas corografias, indicam um patriotismo local quando estas obras tratam das províncias em particular e também geral, quando consideram a história do Império.

É através das narrativas corográficas e das resignificações das tradições clássicas, antiquárias e iluministas, que compreendemos como os homens do século XIX investigavam o passado como forma de assegurar e consolidar a civilização. Compartilhada pela elite intelectual formada na Europa, nos colégios jesuítas ou nas recentes faculdades brasileiras, essas tradições estavam presentes nos textos lidos para as conclusões de seus graus e cursos. Entre os estudantes eles eram debatidos assim como nos quadros das agremiações científicas. Pelos critérios de universidades e instituições européias dos séculos XVII, XVIII e XIX, a elite brasileira forjou a construção do conhecimento nacional, segundo algumas questões específicas sobre o país. Entre autores canonizados da Antigüidade, *hommes de lettres* e historiadores profissionais, algumas tradições permitiram forjar a história do Brasil.

Assim, procuramos compreender as corografias como um modelo de escrita que associa a História do Brasil com a história do território nacional a partir de descrições físicas e naturais, do (re)conhecimento das províncias, do levantamento de quadros estatísticos, das fisionomias vegetais, dos animais, de seus habitantes, da política, da administração, e como esse modelo se relacionava com a construção de um passado e de uma tradição na construção

⁸⁹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 91

⁹⁰ Idem

desse projeto nacional, reonhecendo o esforço da elite ilustrada em constituir a identidade da nação segundo princípios científicos, que traduzissem os diversos elementos da sociedade em um quadro homogêneo do Império. Assim, nas três corografias que viemos trabalhando, procuramos identificar como foi possível a concepção das mesmas durante o século XIX, ou seja como através de diferentes tradições os autores procuraram construir uma forma de conhecimento sobre a civilização brasileira, construindo inclusive a idéia de região, preenchida por marcas naturais e eventos históricos na qual a elite imperial pudesse exercer seu controle político e administrativo.

Capítulo 2 - A escrita da região nas corografias oitocentistas

Habitamos um país ainda pouco conhecido do estrangeiro, e que nós mesmos mal conhecemos. É dever nosso estudá-lo com a dedicação que inspira o patriotismo, e revelar ao mundo seus preciosos dotes. Com a simples e verídica exposição dos fatos destruiremos certos preconceitos nascidos da ignorância, e que a má fé de escritores sem consciência tem propalado em nosso detrimento⁹¹.

A idéia de região

A escrita corográfica, desde a Antiguidade Clássica, sempre esteve associada à idéia de região. "Os geógrafos gregos distinguiam a geografia propriamente dita - cujo objetivo é estabelecer relações gerais entre os fenômenos - e a corografia, que descreve - em particular sob a forma de roteiros - a individualidade duma província, estabelecendo deste modo as linhas divisórias"⁹². A definição de região suscita, a princípio, duas questões: a dimensão de um lugar e seus critérios de divisão. "A palavra pode tanto ser aplicada a uma fração do Estado ou duma nação, como a um agrupamento de Estados ou de nações, próximos pelas suas características econômicas, políticas ou culturais e, geralmente, pela sua situação geográfica"⁹³. Esses critérios porém, podem variar de acordo com projetos políticos e culturais de Estados Nacionais em construção. O aspecto descritivo, no entanto, parece ser uma das suas atribuições em comum. Os escritos de Heródoto, Estrabão e Ptolomeu ofereceram descrições de lugares e pessoas, a partir de um mundo conhecido, habitado, chamado ecúmeno. Essas obras podem ser consideradas como registros de diferentes geografias físicas e humanas, que combinavam uma descrição cartográfica com uma narrativa

⁹¹BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Estudo acerca da Organização da História Física e Política do Brasil*. RJ: Typographia Nacional, 1877. p.2

⁹² RONCAYOLO, "Região". In: RUGGIERO, Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, p. 161. v.8.

⁹³ Idem.

de viagem. "They considered places both as discrete units, in what they termed topographies, and as interconnected systems, in chorographies. Thus the Greeks have been credited with the 'inventing' regional geography"⁹⁴.

A *Geographia* de Claudius Ptolomeu estabeleceu alguns critérios para a definição dos termos geografia, cartografia e corografia⁹⁵. A geografia seria uma ciência que descreveria a superfície da terra, suas formas físicas e naturais e sua divisão política. A cartografia seria então, a representação pictórica dessas descrições, cujo resultado foram as cartas e os mapas. Já a corografia seria distinta por selecionar certas regiões e descrever detalhadamente elementos, fixando lugares como portos, vilas, cidades e cursos dos rios. É possível pensar então, que existia uma ordem hierárquica para a descrição e representação dos lugares. As corografias poderiam corresponder à menor parte dessa reflexão sobre a terra e seus objetos. O que, em contrapartida, confere às regiões um estatuto de importância e as define como objeto de preocupação desse estudo.

No livro 1 da *Geographia*, Ptolomeu estabelece algumas considerações “teóricas” sobre as narrativas relacionadas ao espaço. A Seção 1 apresenta as principais diferenças entre a cartografia e a corografia, explicitando inclusive quais são as formas e os critérios de estudo que definem cada um desses saberes. Determinada como um conhecimento do todo, a cartografia mostra uma circunscrição compreensiva do espaço, com contornos, traçados e limites, apontando as características mais importantes de um determinado conjunto. A corografia teria como função a descrição de uma parte desse conjunto, como se ela representasse apenas o olhar ou a visão⁹⁶. (Anexo 1). Na Seção 2, o autor aponta as considerações necessárias para o estudo da cartografia. Essa obra nos interessa, sobretudo, por

⁹⁴ BAKER, Alan H. *Geography and History: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.156

⁹⁵ Cf. a reprodução dos três primeiros livros da *Geographia*: www.reshistoriaeantiqua.co.uk/Ptol1.html

⁹⁶ Essas representações espaciais tinham, por vezes, correspondência com os sentidos e partes do corpo humano. A cartografia e a geografia estavam associadas à cabeça, ou seja, elas seriam uma forma de conhecimento mais completo ou ainda, matemático. Já a corografia era semelhante à visão e à audição seria uma forma de conhecimento mais sensível e imediato dos elementos e objetos pertencentes a um determinado lugar.

ser o primeiro estudo que estabelece as bases dos conhecimentos geográfico e corográfico. Dessa forma, podemos comparar os critérios de escrita corográfica tanto na Antigüidade como no século XIX no Brasil, nosso principal objeto de estudo.

No século XVII, Bernard Varenius discutiu que o conhecimento geográfico estava dividido em: geral (ou universal) e especial (particular). O primeiro consideraria propriedades e processos em relação ao todo da Terra sem observar países em particular. O segundo trataria de propriedades e processos operando em países individualmente. Dessa forma, Varenius identificou a distinção básica entre a geografia sistemática e a geografia regional. Kant utilizou as idéias de Varenius para discutir a geografia como "ciência sintética (que trabalhava com dados de todas as demais ciências), descritiva (que enumera os fenômenos abarcados e que visa abranger uma visão de conjunto do planeta)"⁹⁷. O filósofo afirmava que tanto a história como a geografia eram descritivas, a primeira relacionava os eventos no tempo e a última relacionava as circunstâncias no espaço⁹⁸.

Os geógrafos alemães Alexander von Humboldt, Carl Ritter e Alfred Hettner fundaram e promoveram o conceito de região, mas foi Paul Vidal de la Blache que advogou em torno da região como o cerne da geografia. Cada região era observada em sua paisagem e costumes distintos, sendo resultantes da interação entre pessoas e o meio-ambiente por um longo período de tempo⁹⁹. Richard Hartshorne¹⁰⁰ em seu livro *Nature of Geography* define que a geografia estuda o mundo procurando descrever e interpretar as diferentes partes em qualquer tempo, inclusive no presente e, que para compreender o caráter completo de cada área em comparação com as outras, é preciso examinar a totalidade das características mais importantes relacionadas e encontradas em diferentes unidades de áreas. A geografia teria,

⁹⁷ MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. SP: Hucitec, 1986, p.14

⁹⁸ BAKER, op. cit. p.156

⁹⁹ Idem. p.157

¹⁰⁰ HARTSHORNE, Richard. *Nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of past*. Westport: Greenwood Press, 1977.

assim, segundo o autor, uma preocupação em proporcionar uma descrição e interpretação exata e ordenada dos caracteres variáveis da superfície da terra.

Alan Baker¹⁰¹ procura discutir em sua obra, em que medida os discursos históricos e geográficos podem contribuir para uma reflexão sobre temas como paisagem, região e meio-ambiente, já que antes da separação de diversos campos disciplinares, como a história, a geografia, a etnografia, a arqueologia, um conjunto de questões semelhantes circulava entre esses saberes. A paisagem, por exemplo, teve seu discurso discutido pela geografia, pela história e por outras disciplinas. A discussão do conceito permitiu que o autor observasse tanto a mudança de significados a ela atribuídos quanto às práticas utilizadas por outros pesquisadores e autores, permitindo que parte dos vocabulários associados a diferentes disciplinas pudessem ser estudados teórica e metodologicamente. Denis Cosgrove¹⁰² utiliza para o estudo das visões da paisagem, referências distintas: a considera a partir de uma perspectiva cultural e outra marxista. Porém, em ambas, a paisagem está sempre relacionada com a disciplina geográfica. A paisagem mudaria conforme o trabalho humano, com a forma pela qual é utilizada a terra ou a região. O argumento principal do autor é perceber como a paisagem pode ser um modo de percepção da própria história, tornando-se objeto de investigação para o historiador.

A cultural concept like the landscape idea does not emerge unprompted from the minds of individuals or human groups. To be sure, individuals can and do find original ways of articulating and expressing the idea, and collectively human consciousness may appear to refine and extend that idea without obvious links to collective material practices. But historically and theoretically it is unsatisfactory to treat the landscape way of seeing in a vacuum, outside the context of a

¹⁰¹ BAKER, op. cit.

¹⁰² COSGROVE, Denis. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

real historical world of productive human relations, and those between people and the world inhabit to subsist¹⁰³.

Para o autor, esse registro do espaço é modificado a partir das perspectivas culturais ou pelas formas de se atribuir inteligibilidade a esse conhecimento. “To see something is both to observe it and to grasp it intellectually”¹⁰⁴. Uma das perspectivas que o autor enumera é como a idéia de paisagem pode denotar uma representação artística e literária do mundo visível, como o cenário (literalmente da maneira como ele é visto) é percebido pelo espectador. Essa sensibilidade estava relacionada à faculdade da vista, como meio pelo qual a verdade estava atrelada à idéia de “ver para acreditar”¹⁰⁵.

A paisagem é representada nas corografias como um cenário, pois ela é dada pelo arranjo dos elementos naturais em uma determinada dimensão do território. A investigação das províncias levava em conta a complexidade da percepção da paisagem pois além da natureza, existia em um mesmo espaço, um conjunto de lembranças, significados mitos e símbolos. Assim, a paisagem deve ser considerada como um produto da construção humana, já que ela não está livre da busca pela compreensão da experiência do homem.

De acordo com as sugestões de Stephen Bann sobre a relação entre a cartografia e o mundo real, podemos refletir sobre as corografias através de três aspectos: imagem, diagrama e metáfora¹⁰⁶. A imagem seria a percepção que o homem realiza do mundo, o diagrama a sua reprodução ou representação e a metáfora corresponderia à significação. A corografia tem por expressão a descrição, concebida como uma figura retórica que na cartografia, assume uma forma pictórica¹⁰⁷. Os mapas corográficos produzidos no século XIX, representam a relação entre a pintura e a descrição porque associam a imagem do território ou província, com a

¹⁰³ COSGROVE, op. cit., p.2

¹⁰⁴ Idem. p.8

¹⁰⁵ Ibidem. p.9

¹⁰⁶ BANN, Stephen. “A verdade em cartografia”. In: *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. SP: Ed. Unesp, 1994. p. 239.

¹⁰⁷ Idem. p.240

leitura e a disposição dos elementos naturais e políticos no espaço. As corografia podem envolver uma construção particular à serviço do registro pictórico,, como é um mapa ou uma carta. Para além de seu sentido descritivo, as corografias e os mapas são representação culturais que operam de acordo com os critérios de verdade ou falsidade por isso, a objetividade e a precisão tornam-se por excelência, a norma para a escrita e a confecção dessas obras.

Um dos principais pontos para Alan Baker é compreender como as questões relacionadas ao campo de saberes da geografia, levou em consideração a paisagem, a região ou o meio-ambiente como expressões da atividade humana e como esses conceitos foram pensados como possibilidade de entendimento de práticas e representações sociais. As produções decorrentes dos usos de conceitos como estes apontados acima, como mapas, cartas, pinturas e textos podem ser uma das formas de compreender como um novo olhar estava direcionado aos lugares, indicando também uma nova experiência e um novo modelo de julgamento. “‘Landscape’ thus became the visible world, to be described not only graphically in maps, prints and paintings, but also verbally in books published as topographies and geographies”¹⁰⁸.

Assim, podemos observar que a paisagem como expressão do conhecimento humano pelo mundo, seja como representação visual de um lugar como nas pinturas; ou como forma de identificação do território como nas cartas; e também como forma de conhecimento geográfico e topográfico como nas corografias. Ainda que parte da tradição geográfica ainda a considere como a fisionomia de um lugar, que traduz visualmente os elementos que aparecem na superfície da terra, o seu caráter estético e contemplativo presente em pinturas, sugere que esse conceito circule com objetivos diferentes, dado o interesse específico de cada autor, pintor ou matemático. Na história, mais especificamente, a paisagem foi inúmeras vezes considerada como cenário ou como produtora de acontecimentos históricos, sendo ela então

¹⁰⁸ BAKER, op. cit, p.111.

uma espécie de testemunho do passado. Podemos ilustrar essa idéia em uma passagem de Joaquim Manuel de Macedo em seu compêndio, *Noções de Corografia do Brasil*:

Na última guerra, a do Paraguai, coube a este grande rio testemunhar gloriosos feitos, que precederam aos que já lembraram o Paraguai, e o Paraná: o Uruguai viu em sua margem brasileira além de peleja e vitória da aliança brasílico-platina no território do Estado oriental, as que precedendo e completando este, realizaram-se em 1864 em S.Borja, onde um só batalhão de voluntários da pátria brasileiros ousou fazer frente a dez mil paraguaios¹⁰⁹.

Acima, podemos observar como a guerra entre Brasil e Paraguai estava representada em um determinado cenário de disputas políticas em favor da vitória brasileira. Nessa narrativa também é possível identificar o lugar das pelejas, com a presença dos seus rios e com a participação de seus atores. Além de uma paisagem que se configura, uma região em disputa é apresentada, estabelecendo através da ocorrência de fatos históricos, a relação entre história local e história da paisagem, pois os elementos políticos e naturais associam as lembranças a uma região.

Gonçalves Cunha publicou um artigo que discute o conceito de região e suas relações com a história, especialmente a história regional. Segundo um breve histórico desse termo, o autor afirma que ele teria surgido no período do Império Romano e era designado como área subordinada a esse domínio político. Outros conceitos de natureza espacial passaram a ser utilizados nessa mesma época, como espaço e província. “Naquele momento, o espaço visto como "contínuo", ou como "intervalo, no qual estão dispostos os corpos seguindo uma certa ordem neste vazio"¹¹⁰ e a província como "áreas atribuídas aos controles

¹⁰⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de Macedo. *Noções de Corografia do Brasil*. RJ: 1873.

¹¹⁰ CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. “Sobre o conceito de região”. In: *Revista Regional de História*. Paraná : Universidade Federal de Ponta Grossa, vol. 5, n.2, 2000.

daqueles que a haviam submetido à ordem hegemônica romana”¹¹¹. A questão que teria dado origem a esse conceito se refere à relação entre centralização política e administrativa e a diversidade espacial, cultural, física, econômica e política encontrada em cada um dos lugares que estivesse sob domínio de um poder centralizado.

Em linhas gerais, o termo região é discutido sob uma perspectiva histórica e teórica, pois Cunha acredita que esse conceito seria chave para a compreensão da geografia como forma de conhecimento. Existiriam três domínios nos quais a idéia de região estaria presente: em primeiro lugar, numa linguagem cotidiana, que atribui a ela, princípios como localização e extensão, posteriormente seria atribuído a ela um valor administrativo, ou seja, a divisão regional de um Estado seria a base para o exercício e controle políticos. Por último, a noção de região compreenderia uma certa área definida por uma regularidade de fenômenos, que a caracterizam¹¹². O autor considera como um dos apontamentos mais importantes a aproximação dos conceitos de região e território realizada por Jean-Paul Ferrier¹¹³, que considera “o território como desempenhando o papel de ‘acumulador da história’”¹¹⁴. Nesse sentido, essa porção do espaço geográfico estrutura a relação histórica do homem com seu território. Esse tipo de leitura da relação entre região e história permite que pensemos em um espaço ou lugar determinado como documento, ou seja como objeto de estudo tanto para a história quanto para a geografia. Mais do que uma reflexão sobre formas administrativas e políticas dos Estados, podemos questionar como os homens construíram um conhecimento que abarcasse suas relações com a natureza, como definiam seus costumes, como ocupavam lugares com objetos e instituições e como constituíam seus passados regionais em conjunto com a história dos seus Estados.

¹¹¹ GOMES, Paulo C. da C. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

¹¹² CUNHA, op. cit. p.3

¹¹³ FERRIER, Jean-Paul. *La géographie, ça sert d'abord à parler du Territoire ou le métier des géographes*. Aix-en-Provence : EDSUD, 1984.

¹¹⁴ CUNHA, idem. p.5.

Experiência e registro

No século XIX, a publicação da obra de Aires Casal, a *Corografia brasílica*, foi a primeira narrativa dedicada à descrição do Reino do Brasil que tomava como modelo uma idéia clássica de escrita do espaço. Durante a maior parte do século XIX, a obra teve grande importância, não apenas pela divulgação integral da carta de Caminha, mas por apresentar um quadro histórico, natural, político e administrativo das regiões que ainda estavam sob o domínio do Império português. O subtítulo do livro indica o propósito da obra, *Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, estabelecendo uma ligação entre a narrativa histórica e a descrição geográfica. A idéia de uma história que teria como origem a chegada dos portugueses ao Brasil, tornou-se recorrente após a publicação dessa obra, outras corografias e grande parte da historiografia do século XIX, adotou como marco inicial para a compreensão do passado brasileiro, a chegada dos portugueses e a conseqüente colonização.

Publicada em 1817, pela Imprensa Régia, a obra foi dedicada ao rei D. João VI, podendo ainda, segundo o autor, ser útil aos “seus vassalos”, pois:

Nela se acha a História do Descobrimento do Brasil em 1500, até o ano de 1532 em que este País foi repartido em Capitânicas: mostra-se a época, o método de colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e indústria de cada uma delas: indica-se o que há de mais notável em a Natureza; como são os rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais e vegetais (...)¹¹⁵.

No índice o autor apresenta um relato sobre a história do país e a seguir, cada província pormenorizadamente mencionando alguns dos mais importantes acidentes geográficos, alguns pontos de mineralogia, além de tratar de temas da História Natural.

¹¹⁵ CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p.15

Ao tratar particularmente de cada província o autor informa um pouco a respeito de tudo, mas sempre mantém esse curioso critério de estudar os indígenas, principalmente, mas às vezes também negros e brancos, dentro do capítulo da Zoologia, o que, aliás, no fundo, não está incorreto, pois todos somos animais¹¹⁶.

Todavia as informações de história e geografia são as mais recorrentes. Essa divisão política do território brasileiro ainda como possessão do Império português, pode indicar como foram estabelecidos os conhecimentos sobre as regiões e como cada uma delas, passa a ser pensada como parte integrante de um Império que queria afirmar seu domínio na América. As regiões adquirem, a partir da importância dessa obra, um estatuto de documento, porque nelas passam a ser coletadas informações e materiais que iriam constituir uma memória coletiva e uma história das províncias em particular

De fato, os autores que escreveram corografias no Oitocentos, operaram com um conjunto daquilo que existia no passado e com aquilo que ainda poderia ser verificado no presente, selecionando os acontecimentos ou os elementos mais notáveis que pudessem constituir uma imagem ou quadro das províncias, construindo a identidade do povo, do Império português e posteriormente do Império brasileiro. Pensar as regiões como documentos, é considerá-las também como registros e testemunhos históricos, pois elas possuem um caráter de prova e autenticidade, na medida em que foram legitimadas como possibilidade de conhecimento através da publicação de obras corográficas. Além disso, podemos afirmar que o texto aparece no final do século XVIII e durante o século XIX com um caráter de objetividade, que o coloca em primeiro plano nas discussões sobre a veracidade dos acontecimentos. A partir dessa questão podemos considerar que,

¹¹⁶ FERRI, Mario Guimarães. “Prefácio”. In: CASAL, op. cit. p.10

O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias.¹¹⁷

Nesse aspecto, as corografias podem ser consideradas como um conjunto de textos sobre as províncias, suas vilas, comarcas, já que parte da organização dessa escrita estava condicionada à verificação de documentos em bibliotecas e arquivos públicos, aonde o autor deveria levantar uma massa de relatórios, cartas, cadastros, estatísticas e realizar uma crítica, para que então pudesse organizá-los segundo critérios justificados por uma tradição tanto diplomática, quanto antiquária e iluminista¹¹⁸.

As descrições que encontramos nas corografias referentes ao nosso objeto de estudo, mencionam que a passagem dos autores por essas regiões, certificam as informações dos materiais e documentos anteriormente consultados. Ou seja, para escrever sobre o território e natureza do Brasil é preciso comparar os dados recolhidos em arquivos, já que a visão atestaria as informações registradas sobre as províncias. É partir de uma revisão bibliográfica

¹¹⁷ LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In : RUGGIERO, Romano. (dir). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v.1, p.103

¹¹⁸ Discutimos a relação entre essas tradições e a escrita corográfica do século XIX no primeiro capítulo. Para aprofundar essas questões, consultar: DUCHET, Michèle. *Anthropologie et Histoire au siècle des lumières*. Paris: François Maspero, 1971; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História". In: *Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, IFCH, p. 111-143, 2000; _____. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História. In: *Humanas, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, IFCH, p. 111-143, 2000; MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004; BARRET-KRIEGEL, Blandine. *La Defaite de L'erudition*. Paris: PUF, 1988; _____. *Les Académies de l'Histoire*. Paris: PUF, 1988; _____. *La République Incertaine*. Paris: PUF, 1988.

dos autores das corografias que podemos observar como no século XIX, grande parte da produção historiográfica apontava para uma inseparabilidade entre experiência e escrita.

Raimundo José da Cunha Matos chegou ao Brasil em 1817 para servir no cargo de Inspetor do Trem de Pernambuco. Porém, sua embarcação ficou presa no porto da Bahia, em decorrência de um levante realizado contra o então governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. "O levante se precipitara ante a hostilidade do governo contra os brasileiros, confundindo a todos sob a pecha de 'jacobinos'"¹¹⁹. Foi em meio a este clima, que Cunha Matos fora apresentado ao Conde dos Arcos, que o incumbiu de inspecionar os arsenais da cidade. Aqui, podemos compreender que a tarefa de Cunha Matos era, a princípio, a de um militar que teria que recolher informações e empreender levantamentos para avisar à Coroa sobre possíveis campanhas militares. Esses dados informariam aos governantes acerca das possibilidades de realização de novos levantamentos ou revoltas. Após a permanência na Bahia, Cunha Matos foi chamado por D. João VI ao Rio de Janeiro e tomou posse como Vice-Inspetor do Arsenal do Exército. "Estava no cenário, afinal, em que giravam os interesses do império que D. João viera criar e, conscientemente, soubera levar à condição irreversível de grande nação"¹²⁰. Tarquínio de Oliveira, que foi organizador e comentarista dessa edição de 1979, coloca o autor como parte integrante do conjunto de homens que queriam a manutenção do poder do Império português na América. Porém, entre o período que se estende dos anos de 1819 e 1822, Cunha Matos escreveu "apelos panfletários ao bom senso em sincronia com as aspirações de D. João VI, que deixou as glórias do novo império a D. Pedro, erigido em Príncipe Regente do Brasil (22/26-04-1821) para ir defrontar-se com o liberalismo português"¹²¹. Diante das hostilidades entre Portugal e Brasil, o autor optou pela nova pátria, auxiliando na expulsão das tropas portuguesas. Já em 1823 fora nomeado governador das

¹¹⁹ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. "Um soldado na tormenta". In: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. p.XIX.

¹²⁰ Idem. p. XX.

¹²¹ Ibidem. p. XXI

armas da província de Goiás. Quando do cargo exercido nessa província, escreveu: *Itinerário do Rio de Janeiro a Goiás e a Corografia Histórica da província de Goiás*, tendo esta sido terminada em 1826. De passagem por Minas Gerais, recolheu inúmeros mapas populacionais e percorreu todo o seu território, anotando posições geográficas e corrigindo-as e, ainda, estudando a história da região. Foi deputado na Assembléia Legislativa, representante da província de Goiás por dois mandatos, o primeiro de 1826 e o segundo em 1830. Em meio à Regência, foi um dos responsáveis pela missão de acompanhar José Bonifácio à prisão. Em 1835, tornou-se presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, publicando vários trabalhos. De 1831 a 1837, escreveu a obra *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*.

Em virtude de suas visitas à província, Cunha Matos apresentou a sua obra como um índice e a compreendia como história, já que coletou, coligiu e ordenou os materiais, concebendo a história como "ciência dos fatos. [já que] ela aprende-se por observações pessoais, ou pela leitura de outros escritores"¹²². Nessa consulta aos lugares e aos sábios naturais e estrangeiros, o autor buscava organizar as memórias sobre os fatos mais notáveis, mas criticava outros autores que copiassem

(...) ao pé da letra os autores antigos salvo nas partes relativas à mineralogia, botânica, zoologia, ornitologia e um pouco de ictiologia - sem se embarçarem comparativamente com a corografia civil e política dos países que penetraram durante as suas expedições científicas muito laboriosas¹²³.

A tarefa a que Cunha Matos parecia se propor era a de escrever trabalhos geográficos, esclarecendo informações e dados, sejam astronômicos, orográficos,

¹²² MATOS, op. cit. p.3

¹²³ Idem. p.4

hidrográficos, botânicos ou mineralógicos. Cabia a ele o papel de homem ilustrado, com olhar filosófico, animar a ciência e a história natural, atravessando, esquadrinhando e descrevendo "aquilo que não devêramos [sic] ignorar; e que assim nos lancem no rosto a nossa indiferença, ou a nossa barbaridade"¹²⁴.

O grau de indiferença ou de barbaridade de uma nação poderia ser traduzido pelo atraso de sua civilização e esse era exatamente o papel dos autores e de suas obras: divulgar a ciência e o progresso do país, encarregando-se de mostrar quais são os pontos que afirmam o Brasil como parte do conjunto das nações civilizadas e quais são aqueles que merecem atenção crítica para que o Império entre na marcha desse conjunto. Nessas obras, os principais pontos que deveriam ser observados diziam respeito ao estado da agricultura no Brasil. Era a partir dessa atividade que o país encontraria os seus meios para o desenvolvimento. Fosse através dos pressupostos de uma história natural que divulgava uma doutrina econômica fisiocrata, como foi o caso de naturalistas como Lineu e Buffon e a constituição de uma “economia da natureza”, ou através da crítica de cronistas e viajantes, realizadas por Raimundo José da Cunha Matos, Antonio Ladislau Monteiro Baena, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, Alexandre José de Mello Moraes e outros, onde existia uma discussão das práticas e técnicas utilizadas nas lavouras e o emprego da mão-de-obra escrava.

No exame das obras dos autores citados acima, observamos a intrínseca relação entre a historiografia do final do século XVIII e do XIX com as propostas iluministas já que, mais do que uma sensibilidade estética caracterizada pelo Romantismo, o valor político aliado a uma instrumentalização dos elementos naturais¹²⁵, definiram as formas de conhecimento da história e da natureza no Brasil marcando assim, a historiografia do Império.

As preocupações pertinentes ao campo da História Natural permitiram que os historiadores do século XIX ordenassem e classificassem objetos e seres dispersos no espaço

¹²⁴ Ibidem, p.5

¹²⁵ Cf. PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

e no tempo. As corografias organizaram como coleção diversos elementos, cuidando para que um sistema classificatório unívoco permitisse a leitura e a compreensão da natureza e do passado. No Oitocentos, os historiadores tinham o privilégio do conhecimento e suas práticas de investigação estavam voltadas tanto para o conhecimento da distribuição espacial de plantas, animais, instituições quanto para a compreensão da história em diferentes regiões do Império. Ao mesmo tempo, o naturalista e o historiador dedicavam-se aos estudos de áreas e objetos distribuídos pelo meio natural, buscando reconhecer a vida humana e suas atividades.

No *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*, os autores Alexandre José de Mello Moraes e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva abordaram a corografia do Império segundo um estudo sobre o desenvolvimento do país desde a chegada dos portugueses. Essa obra se destinava, segundo os autores, “ao uso da mocidade estudiosa”¹²⁶ com o objetivo de “tornarmos mais conhecidos o vastíssimo e importante império brasileiro”¹²⁷. Dessa forma, o Ensaio assumia o papel de um compêndio, pois organizava em tópicos os assuntos mais importantes relativos ao Império, apresentando além das características físicas e naturais, as transformações político-administrativas de todas as províncias do Brasil. O caráter pedagógico da obra é aqui sublinhado como uma das preocupações centrais dos membros do Instituto e da elite política imperial.

Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em Coimbra em 1808, vindo para o Brasil, ainda menino. Educou-se e estudou humanidades na Bahia. Seguiu a carreira militar e reformou-se no posto de coronel do exército. “Não foi, porém, pelas armas, e sim pelas letras que perpetuou o seu nome. Muito aplicado aos estudos históricos e geográficos, examinou arquivos oficiais e crônicas antigas, reuniu e comparou documentos, esclareceu-se com o próprio conhecimento pessoal das localidades, e escreveu trabalhos de alto valor”¹²⁸. Cerqueira e Silva recebeu vários títulos como: comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro das ordens do Cruzeiro e de Cristo. Foi sócio correspondente do IHGB, da Sociedade Filosófica, da Sociedade Literária, da Sociedade Polimática, da Sociedade de Agricultura, Comércio e

¹²⁶ MORAES, Alexandre José de Mello. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*. RJ: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1854. p.1.

¹²⁷ Idem

¹²⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. “Ano Biográfico”. In: RIHGB: T.28, p.52

Indústria, da Biblioteca clássica portuguesa da Bahia, da politécnica de Paris e da dos antiquários do Norte na Dinamarca¹²⁹. Foi autor de trabalhos sobre a história e a geografia do país, sobretudo de descrições que envolviam a província da Bahia. Sua obra *Informação ou descrição topográfica e política do rio S. Francisco* (1847) foi realizada por incumbência das ordens imperiais e apresentada ao governo da Bahia. A *Memória ou dissertação histórica, etnográfica e política sobre: Quais eram as tribos que habitavam a província da Bahia etc*; analisava a extensão ocupada pelos índios, suas emigrações e suas atuais habitações. O autor examinou ainda o desmatamento da província, os campos cobertos por vegetação ainda virgem, além da presença de madeiras e animais que a povoavam¹³⁰. O sócio publicou também algumas obras em conjunto com Alexandre José de Mello Moraes e ainda escreveu biografias que configuraram as páginas da Revista do IHGB.

Alexandre José de Mello Moraes nasceu em Alagoas em 1816. Aos 16 anos já lecionava em dois colégios e em 1840, doutorou-se em medicina. Exerceu a clínica como alopata na província da Bahia, mas acabou ocupando-se do exercício das letras, principalmente nos estudos de história pátria e publicações críticas em periódicos¹³¹. Foi eleito deputado pela província de Alagoas em 1868, sendo este o único cargo público que desempenhou. Além das obras médicas e históricas, Mello Moraes escreveu lições e compêndios para o uso da mocidade religiosa, extraídos da sagrada escritura. Precisamos ressaltar que o literato não era membro do IHGB, mas suas obras podem ser encontradas no arquivo da instituição, assim como alguns documentos sobre pedidos e circulação de suas obras no Império. Juntamente com Cerqueira e Silva publicou o *Ensaio corográfico do Império do Brasil* de 1854.

Essa obra foi apresentada como um pequeno compêndio, onde os autores direcionaram seu trabalho ao ensino da história, da geografia e das ciências naturais para tornar conhecido o império. Por isso, a primeira parte dessa obra destaca a chegada de Colombo à América e a de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, apontando em

¹²⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. 3ºV. pp.256-259

¹³⁰ Idem. pp.257-258

¹³¹ BLAKE, op.cit., 1883. 1º V. pp. 34-38

seguida a seqüência das ocupações de terra, as disputas de limites com a Espanha e a colonização empreendida na colônia portuguesa. Os autores definem a extensão do território a partir da organização administrativa do Brasil em províncias e da medida em léguas de cada uma delas. Após um esboço geral sobre o país, as províncias são descritas pormenorizadamente.

Nas províncias, os autores seguem um quadro geral de descrição: limites, dimensão, natureza, progresso, riquezas naturais, divisão administrativa, comarcas, cidades, freguesias, vilas, número de habitantes, indústrias, produções agrícolas, habitantes ilustres, edificações, importação e exportação de gêneros, nº de escolas e liceus, nº de membros nas assembléias legislativas, fitologia, hidrografia e orografia. Neste tipo de narrativa, podemos reconhecer a preocupação dos autores em compor uma apresentação geral sobre o Brasil, onde cada elemento teria seu lugar efetivo para a formação de um conhecimento sobre o passado e o presente da nação.

Em vários pontos da obra, os autores destacam a natureza a partir de uma perspectiva estética, pontuando seus elementos mais notáveis, como foi o caso da descrição da província do Pará:

A natureza enriqueceu esta província de quanto é grande, gigantesco e admirável; abunda em tudo em que concorre para a opulência de um estado, e apesar de sua quase função ao equador, as regulares variações nas tardes do tempo de verão, e a quantidade de rios que a banham, refrescam o seu clima, e torna agradável e interessante alongar a existência¹³².

Nesse lugar natural descrito pelos autores, a reunião dos rios, clima e natureza parece ser composto pela sensibilidade do observador, que delinea a paisagem em harmonia, apesar de variações e transformações percebidas em algumas fisionomias locais. Além dessa sensibilidade, os autores parecem constituir essa coesão de elementos distintos segundo uma racionalidade iluminista, pois cada ponto da corografia possui uma posição sistemática na ordem de informações que os autores pretendem apresentar.

Ainda sobre a província do Pará, os autores configuram a sua escrita como parte de uma tradição da história filosófica: “Seus habitantes gozam do melhor clima, e tornar-se-á sempre memorável no Brasil esta cidade, por ser nela que nasceram [sic] o respeitável bispo do Pará D. Romualdo Antônio de Seixas, atualmente arcebispo da Bahia, metropolitano do império, e o homem por certo mais notável que temos por sua variada ilustração, e nobres virtudes que o dignificam”¹³³. O habitante mais ilustre da província deveria

¹³² MORAES; SILVA, *op. cit.* p.14.

¹³³ Idem, p.17-18.

reconhecidamente fazer parte tanto da história da região e do país, quanto do quadro da natureza. As biografias de algumas personagens podem se confundir com a própria escrita das histórias nacional e regional, tendo a paisagem e a natureza como seu pano de fundo. Esses elementos inter-relacionados seriam comuns entre os sócios do IHGB e outros estudiosos do período, pois entre suas observações, era apresentada uma conformação física dos povos, seus hábitos, costumes e regiões onde viviam¹³⁴.

O trabalho realizado por Ignácio de Accioli Cerqueira e Silva e Alexandre José de Mello Moraes no *Ensaio Corográfico* não contou com a visita de seus autores às províncias descritas. Eles não presenciaram a natureza e os homens em ação no cenário, assim podemos pensá-los como historiadores ou mesmo naturalistas de gabinete, pois comparavam e examinavam as informações sobre as localidades, ressaltando apenas os dados que verificavam em documentos encontrados em crônicas de viajantes e arquivos públicos e particulares. O conhecimento que produziram para a elaboração de sua corografia era retirado exclusivamente da crítica e do distanciamento em relação à natureza. Isso não descaracterizava o valor de sua obra, pois o conhecimento acerca do passado e do presente não estava restrito à viagem, mas à crítica documental, à legitimação de seus pares e ao julgamento do futuro. A crítica era assim, instrumento fundamental para a verificação de informações que atestassem a relação entre lugares, acontecimentos e ações humanas.

As atitudes em relação à natureza e a mudança de sensibilidade foram temas do livro de Keith Thomas¹³⁵, que procurou demonstrar como os ingleses, dos séculos XVI ao XVIII, simbolizavam suas paisagens em contraposição ao desenvolvimento industrial e como o campo transformou-se em lugar virtuoso, idealizado pelos prazeres rurais e atrativos estéticos. O desconforto gerado pelo progresso da civilização humana que caracterizaria a vida moderna teria aumentado a sensibilidade dos homens em relação à natureza. No caso específico da

¹³⁴ KURY, Lorelai Brilhante. “Viajantes e Naturalistas do Século XIX” In: PEREIRA, Paulo Roberto. (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. pp.59-77.

¹³⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. SP: Companhia das Letras, 1996.

relação entre campo e lavoura, a mudança de sensibilidades estaria na reação contra o avanço das fronteiras agrícolas. A lavoura seria o exemplo dos imperativos desejáveis ao desenvolvimento enquanto o campo, “significava a permanência de um certo caos, de uma natureza degenerada”¹³⁶.

No caso das produções brasileiras do Oitocentos e principalmente das corografias, a lavoura era o lugar, por excelência, do desenvolvimento que tornaria viável o ideal de civilização. O cenário deveria ser fértil e cultivado de acordo com as técnicas adequadas para a exploração do solo.

Uma lavoura errática, que anualmente arroteia e abrasa monstruosas árvores, que são a aristocracia da vegetação, exige um proporcionado número de mão derrubadoras [sic]. (...), esta deficiência tão essencial permanece a lavoura com seu caráter de parasita da natureza, pois o agricultor não quer empregar diligência alguma, nem ligar a indústria humana com a natureza para argumentar e melhorar as plantas, adaptando os novos métodos, que não podem deixar de produzir exuberantes vantagens em terras como as do Pará refrigeradas e umedecidas por infindos rios¹³⁷.

Não é por uma preocupação com a paisagem caótica da natureza que Baena procurava promover a lavoura, mas como um apelo às melhorias e progressos da agricultura e o aproveitamento das plantas para servir ao homem e à civilização. Esse ponto também é levantado por Cunha Matos na sua *Corografia Histórica da província de Goiás*.

A agricultura, se é que tal nome se pode dar aos trabalhos rurais da província de Goiás, acha-se no maior desprezo e abatimento, que nunca teve em país algum civilizado. Esta ciência dos reis está entregue ao indiscreto cuidado de alguns escravos. Parece

¹³⁶ Idem, p.303

¹³⁷ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004. p.71

que muitos homens aborrecem aquilo mesmo que é a origem da sua existência, e principal base de sua sustentação¹³⁸.

No trecho acima, um dos elementos de atraso da civilização do país podia ser representado pela falta de investimentos técnicos e científicos na lavoura, mas o “cerne do atraso brasileiro, portanto, mesmo que indicado de forma moderada e cuidadosa, estava no domínio do escravismo”¹³⁹. Essa questão aparece em várias corografias, mesmo que a escravidão estivesse ligada muito mais a um problema da forma como ela era utilizada como mão-de-obra na agricultura. O negro não teria “habilidade” para o manejo do solo e sua força desgastava mais a plantação do que animaria seu desenvolvimento. É preciso, porém, ressaltar que a figura do escravo era representada como ferramenta, mas como ferramenta inútil sem a capacidade de lavrar a terra. A questão moral do negro no Brasil era deixada de lado, em decorrência de seu estado indesejável. Mais do que discutir o papel do escravo nessas obras pretendemos demonstrar, nesse capítulo, as funções que os autores designaram para suas produções e os objetivos e importância do modelo de escrita corográfico para o avanço e desenvolvimento do Império.

Como não foram encontradas as doze primeiras folhas originais da Corografia de Minas Gerais, utilizamos a corografia de Goiás para refletirmos sobre os propósitos do autor em escrever esse tipo de obra.

A província de Goiás, descoberta e povoada por aventureiros que só procuravam riquezas, tarde teve a fortuna de possuir no seio homens curiosos que meteram mão a um trabalho em grande, a uma descrição geral da sua pátria. (...). Nestes roteiros ou pequenas memórias não se excediam os limites dos desejos ambiciosos dos escritores: nenhum trabalhou a benefício da

¹³⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979. p.75

¹³⁹ PÁDUA, op. cit. p.43

agricultura, do comércio, dos meios de povoar e civilizar a província (...)¹⁴⁰.

Assim, o autor mostra o papel de sua obra, ou seja, escrever em proveito das melhorias da agricultura e do comércio, promovendo a civilização da província, evidenciando o seu papel de escritor. Podemos então, observar o que Cunha Matos entendia por corografia e qual o papel assumido por ela no Estado Imperial. Como ferramenta política, a corografia tinha por finalidade reconhecer e criar condições para que os representantes da elite imperial, espalhados pelas províncias, mas orientados pelo IHGB ou por outras agremiações, pudessem realizar a tarefa de constituir o país como nação civilizada, além de formular a relação entre a história do Império e a história do território. As trajetórias biográficas de Raimundo José da Cunha Matos e outros de sócios podem ser consideradas uma entrada para a compreensão do tipo de produção escrita e da concepção que entrelaçava a história e a geografia, presente ainda nos debates do Instituto Histórico em seus primeiros anos de funcionamento.

Antonio Ladislau Monteiro Baena nasceu em Lisboa, foi tenente de artilharia e ajudante de campo do Conde dos Arcos em 1803 na província do Pará. Participou do movimento de Independência e, a serviço do Império, reformou-se como tenente-coronel. Era membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também sócio de outras instituições. Assim como Cunha Matos, Baena percorreu a província que habitava, escrevendo memórias e respondendo aos pedidos de instituições sobre a situação política da região¹⁴¹. O papel de militar conferiu ao autor a missão de verificar as principais demarcações territoriais e de investigar possíveis conflitos sobre a posse das terras do Pará e das Guianas francesa e inglesa. Porém, em sua memória sobre a dita província, o autor procura apresentar os elementos naturais e a composição da região mais como um quadro geral do

¹⁴⁰ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. pp.17-18.

¹⁴¹ Entre essas obras podemos citar: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Memória sobre o intento que tem os Ingleses de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do Rio Repunuri, adjacentes à face austral da Cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia*. Pará, 22 de Junho de 1841. (IHGB:198.6.13 nº 19); _____. *Discurso ou Memória sobre a intrusão dos franceses de Caiena nas terras do Cabo do Norte escrita para ser apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Maranhão, 1846. (IHGB:119,4,14); *Ofício do secretário do IHGB, Manoel Ferreira Lagos, ao coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena, pedindo com urgência lhe mande do Pará as informações e documentos autênticos que possa obter sobre a estátua de pedra que o naturalista francês Conde de Castelnau teria mandado daquela Província para a França, dando-a como a remota antigüidade, quando parece tratar-se de simples deformação praticada em um dos blocos de pedra das últimas demarcações*. (IHGB: Lata 342 – Pasta 1).

lugar, do que exatamente um cenário de disputas políticas. Com a sua vegetação e produções naturais, além da enumeração de seus animais, da sua população e de suas instituições administrativas, é possível representar a extensão do território e a importância econômica dessa província para o país.

É importante também citar as correspondências trocadas por esse sócio com outros membros do IHGB. Nessas cartas enviadas ao Instituto, Monteiro Baena agradece, envia e recebe comprovantes de pagamentos de sua anuidade como sócio da instituição, assim como comunica trabalhos seus a serem publicados, sugestões de novos textos para serem avaliados pela Comissão de História e também respostas de pedidos do IHGB para verificação de várias informações sobre a província do Pará, onde reside. Através desta documentação podemos compreender como eram aceitos os membros nos quadros do Instituto, quais eram suas tarefas e responsabilidades e como eram recebidas as suas obras pelos membros que realizavam críticas e juízos acerca dos materiais publicados.

O juízo realizado por José Joaquim Machado de Oliveira¹⁴² por deliberação do IHGB a respeito das obras *Corografia Paraense* de José Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1833) e *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* de Antonio Ladislau Monteiro Baena (1839) foi impresso em 1843 e levantou uma certa querela entre Baena e o autor do Juízo. Além das considerações realizadas por Machado Oliveira, este pretendia apontar os erros cometidos por ambos os autores em suas respectivas obras. Esse juízo foi publicado com um total de 91 páginas e avaliava inclusive o estilo e a escrita realizada pelos outros dois sócios da agremiação. Monteiro Baena fez uma réplica ao juízo apresentado e dirigiu ao IHGB um discurso mostrando ponto por ponto os equívocos cometidos por Machado Oliveira tanto sobre o seu trabalho como aquele de Cerqueira e Silva. Além de defender sua obra e a do outro consócio, Baena reclama por não ter tido a oportunidade de publicar sua resposta sob os auspícios do Instituto, tendo ele mesmo que ter empreendido essa tarefa. Como se pode

¹⁴² OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Juízo sobre as obras intituladas – Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará: por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e, - Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, por Antônio Ladislau Monteiro Baena*. RJ: Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1843.

observar, as disputas por informações precisas e verdadeiras, também abriram espaço para discussões de concepções e métodos, além da defesa da integridade dos sócios do Instituto perante outros membros¹⁴³, pois cada um procurava defender a veracidade de seus trabalhos, principalmente a partir de seu prestígio social.

Os sócios que eram, ao mesmo tempo, representantes de uma política fundada em 1822 e que participaram das Regências, tinham o papel de fortalecer o regime monárquico de acordo com a vida social. Nas corografias, as preocupações com os levantes e as revoltas passam ao largo da importância da unificação do território, já que era necessário construir uma identidade nacional, a partir da centralização e para isso era necessário produzir obras que divulgassem os objetivos do Império. Assim, a imagem do Estado Monárquico deveria ser difundida para o interior, compondo uma fisionomia única para a nação. A herança do Império português deveria ser configurada como herança nacional através da construção de uma história que garantisse a passagem da colônia ao império, com o mínimo de rupturas possíveis¹⁴⁴. Assim, podemos pensar como os membros da elite política e intelectual conferiam uma unidade a elementos tão distintos que marcavam a composição das regiões e do território em geral.

As vozes do letrado e do soberano absolutista, assim como a do arauto do liberalismo, não deixavam de destacar o valor do Império do Brasil. Mas destacavam, sobretudo, que a Monarquia se definia por uma concepção dinástica, propiciadora e legitimadora a um só tempo de uma organização

¹⁴³ A respeito da resposta de Monteiro Baena ao Juízo de Machado de Oliveira, ver: *Discurso dirigido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio correspondente Antônio Ladislau Monteiro Baena sobre o juízo, que deu ao mesmo instituto o sócio efetivo José Joaquim Machado de Oliveira na sessão de 3 de Fevereiro de 1842 acerca da corografia paraense escrita por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, e do Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará pelo sobredito Baena*. Maranhão: Typographia Maranhense, 1844.

¹⁴⁴ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. In: *Almanack Braziliense*, n.1, maio 2005.

hegemônica que transcendia aos quadros étnicos ou políticos naturais, não necessariamente contínuos no espaço.¹⁴⁵

Assim, o destaque das corografias não ficava por obra da individualidade de cada elemento natural, de cada povo, tribo, costume ou produção agrícola, já que todos esses aspectos deveriam ser subordinados à idéia de um território coeso e da afirmação de um império. A questão da soberania estaria atrelada à preservação do vasto território, “colocando em primeiro plano a definição das relações entre as províncias e o Rio de Janeiro (...)”¹⁴⁶, permitindo a constituição de uma organização interna como parte de um todo.

Dessa forma, os autores puderam constituir através de suas experiências no seio da elite, uma tarefa civilizatória, organizando o conhecimento das regiões segundo um princípio centralizador. Cada uma das províncias mais do que se diferenciar pela sua história local e pelos seus elementos, estavam a serviço de um Estado que buscava definir seu território para conseguir empreender seu controle administrativo, político e, inclusive, cultural sobre a população.

Podemos perceber que estes inúmeros elementos deveriam estar organizados de forma inteligível, para que a experiência histórica pudesse ser dotada de significado, determinando inclusive a constituição do território brasileiro através da relação do homem com o espaço ao longo do tempo. A linearidade do tempo imprimia uma seqüência para os acontecimentos e as ações humanas, tornando possível aos historiadores do século XIX, operar a idéia de tempo (e também do espaço) como uma materialidade.

A instrumentalização dos objetos da natureza e dos eventos históricos permitia que historiadores e outros homens de ciências, pudessem circular por diversos campos de conhecimento, já que eles eram capazes de realizar escolhas, recortes, lembranças e esquecimentos, reunindo um amontoado de coisas sobre o Brasil, de forma organizada e sistemática, além de transitarem pelos mais diferentes saberes, o que permitiu “descrever a

¹⁴⁵ Idem, p.14.

¹⁴⁶ Ibidem, p.18

natureza e a cultura no Brasil em suas interações e transformações (...). História, filosofia, estética e antropologia concorrem para dar inteligibilidade à totalidade de fenômenos observados”¹⁴⁷.

Em um momento onde os campos de conhecimento ainda não estavam bem definidos e onde uma idéia de cultura histórica envolvia diversas representações do passado, os homens ilustrados podiam circular pelas mais variadas produções de gêneros e escritas. Podemos compreender os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como parte de uma comunidade de leitura, que através de seus interesses e expectativas formulavam códigos e normas tanto para a construção de uma história disciplinar quanto da formação de uma comunidade interpretativa. Assim podemos observar a multiplicidade de produções historiográficas no Oitocentos e também a capacidade dos autores em ocupar diferentes *profissões*. Ao mesmo tempo, os membros de uma elite dirigente podiam exercer as funções de historiador, cartógrafo, corógrafo, biógrafo, matemático, engenheiro, deputado, naturalista, médico, integrantes do exército, e escrever sobre os mais diversos assuntos, história, botânica, geologia, mineralogia, filosofia, literatura. Como as fronteiras entre os saberes ainda não estavam delimitadas, era a partir da escrita, da recepção e da interpretação de obras, que se formava uma elite intelectual, que reconhecia práticas e grupos sociais para definir seus objetos de estudos, seus modelos de interpretação e escrita e inclusive, sua própria identidade. É possível, a partir daí, compreender as regras e estratégias de autores para a construção da história no Oitocentos, segundo seus lugares de produção e de sua historicidade. A partir das experiências desses homens no mundo e no tempo, uma linguagem acerca do passado poderia ser compartilhada e seria também a partir dessa mesma linguagem, os homens dotariam de significado suas relações sociais, permitindo construir diferentes representações de sua existência tanto no presente, quanto no passado, projetando inclusive, seu futuro.

Essas relações entre experiência e escrita destacam as relações entre a produção dos autores e suas biografias. É, afinal, da face da experiência que retirou elementos para produzir sua escrita, e é também através do ato de *registrar* que o vivido ganhava a forma de um conhecimento que pudesse ser coletivizado.

Elementos temporais, elementos espaciais

¹⁴⁷ Idem. p. 65. Um trabalho detalhado sobre a relação entre campos de conhecimentos ainda pouco definidos encontra-se nas seguintes obras: DUCHET, Michèle. *Anthropologie et Histoire au siècle des lumières*. Paris: François Maspero, 1971. _____. *Le partage des savoirs: discours historique, discours ethnologique*. Paris: Éditions La Découverte, 1985.

A maior parte dessas corografias eram escritas por integrantes de diversas agremiações científicas, que em sua maioria, estavam também ligados aos quadros efetivos do IHGB. As narrativas corográficas produzidas por Raimundo José da Cunha Matos, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, Alexandre José de Mello Moraes e Antônio Ladislau Monteiro Baena, ilustravam a idéia de relacionar a História do Brasil com o seu território, seja através da configuração de fronteiras, da demarcação de limites, da construção de mapas ou do estabelecimento de paisagens naturais, personagens ilustres e acontecimentos notáveis, buscavam afirmar o passado glorioso e os objetivos de criação da nação, da memória e da identidade nacionais.

Elementos temporais e espaciais podem ser observados no estudo das corografias, onde usualmente existe uma parte dedicada à narrativa histórica de um país ou região e uma parte dedicada às descrições físicas e naturais. Tanto a história quanto o espaço físico de um determinado lugar, apresentados nas corografias, descreviam os aspectos gerais e particulares de sua civilização e natureza, assim como todos os ramos de sua administração, ou seja, a divisão em comarcas e vilas, a divisão eclesiástica, o número de escolas e liceus, o número de senadores ou deputados por províncias, etc.

Um modelo de escrita que combinava a narrativa temporal, estabelecida a partir de uma ordem cronológica que pudesse dar um sentido à construção da história e da civilização brasileira, a uma narrativa espacial, desempenhada pela geografia ou pelas descrições físicas e paisagísticas, caracterizava a população a partir dos elementos físicos e naturais do país, assim como verificava seu grau de civilização e desenvolvimento. Ambos os elementos temporais e espaciais podem ser observados no estudo das corografias, onde usualmente existe uma parte dedicada à narrativa histórica de um país ou região e uma parte dedicada às descrições físicas e naturais. Tanto a história quanto a geografia de uma determinada região, procuravam descrever os aspectos gerais e particulares de sua civilização e natureza, assim como todos os ramos de sua administração.

Na obra, *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, Raimundo José da Cunha Matos, um dos fundadores do IHGB, organizou em dois volumes um extenso material com pontos de história política e econômica, de geografia física, de etnografia, onde suas observações pessoais permitiram coligir e ordenar informações sobre a província de Minas Gerais. Dedicada ao povo mineiro, seria objetivo do autor trazer “à memória os gloriosos feitos de vossos antepassados”¹⁴⁸. Por essa combinação entre a exaltação da memória e a lembrança dos grandes acontecimentos da região, Cunha Matos desenvolve a relação entre os objetivos históricos e geográficos presentes mais detalhadamente nos estatutos do Instituto. Assim, tanto os habitantes de

¹⁴⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. BH: Imprensa Oficial, 1979. p.1.

Minas Gerais quanto os leitores em geral, poderiam conhecer “exatamente o que foram, o que são, e o muito que podem vir a ser”¹⁴⁹. Essa passagem ilustra a preocupação com a identificação de uma origem ou mesmo, de um sentido para a existência do homem. Esse homem mineiro poderia se reconhecer nas descrições e nas páginas dessa corografia, seja pela organização de seus rios e vegetações, pela presença de bandeirantes, índios e jesuítas, pela colonização empreendida na região, pelo histórico de seus acontecimentos e desenvolvimentos.

Na introdução da obra, em vista dos textos por ele consultados, o autor oferece “a presente Corografia Histórica mais depressa como um índice, do que como uma obra completa. O meu fim não é de perder para sempre os materiais que me custaram muitas fadigas e muitos desvelos em coligir e ordenar. A história é uma ciência dos fatos. Ela aprende-se por observações pessoais, ou pela leitura de outros escritores. Nesta Corografia mostro (...) os lugares e as notícias que adquiri, consultando os sábios – naturais e estrangeiros”¹⁵⁰. A partir desta introdução, Cunha Matos define sua concepção de história e os procedimentos para escrevê-la.

Dessa forma, a obra de Cunha Matos, assim como outras corografias produzidas no ao longo do século XIX, demonstrava o interesse e a preocupação, segundo um projeto historiográfico, em relacionar território e história nacional, seja pelo próprio caráter da obra corográfica que dedica uma parte de seu estudo à construção de uma certa trajetória para a história nacional, assim como dedica uma outra parte a escrever e identificar os dados e elementos físicos que compõem o quadro natural do Brasil.

Descrever regiões e lugares era tarefa de classificar inúmeros elementos, responsabilizando-se desde a pesquisa e a coleta até a organização de um conjunto de informações que identificassem a natureza e a história do Brasil. A preocupação com a pesquisa e coleta de partes relativas à história do Brasil e à natureza estaria presente na consulta a autores e naturalistas já canonizados, mas também às expedições científicas que deveriam ser incentivadas pelo governo, já que durante o período colonial, “o governo português (...) não quis que o Brasil fosse visitado por olhos filosóficos (...)”¹⁵¹. Podemos

¹⁴⁹ Idem, idem.

¹⁵⁰ Ibid. p.3

¹⁵¹ MATOS, *op. cit.*, p.5

perceber que tais empresas responsáveis pelas informações sobre a história natural do país deveriam ser animadas pelo governo, para que “no Brasil não censure o desleixo, quando vir tantos ilustres naturalistas atravessando, esquadrinhando e descrevendo aquilo que não devêramos ignorar; e que assim nos lancem no rosto a nossa indiferença, ou a nossa barbaridade”¹⁵². Assim, a tarefa do naturalista e do Estado imperial era promover tanto as luzes quanto impedir a propagação da barbárie na civilização brasileira.

Como parte de uma tradição iluminista, a Corografia de Raimundo José da Cunha Matos apresenta-se como um manual. A descrição dos elementos e informações que compõem o quadro geral da província de Minas Gerais é minuciosa e procura ser precisa. O número de habitantes, de comarcas e vilas, a distância entre diversos pontos da região, o número de rios e seus afluentes, os limites, a posição geográfica da província, o histórico das entradas e bandeiras empreendidas no local, os primeiros donos de terras e governadores, zoologia, fitologia, nada parecia escapar ao autor pela sua intensa pesquisa e viagem ao local. Testemunha das informações que coletou e da natureza que observou e estudou, a história como ciência dos fatos estaria mais preocupada com a precisão dos pontos levantados, com a consulta de autores nacionais ou estrangeiros, com a verificação daquilo que estes estudiosos escreveram, com a crítica aos documentos a que tinha acesso, combinando-os e organizando-os como objetos científicos e menos com a preocupação estilística ou formal de escrita.

É preciso, no entanto, refletir que essas práticas de coleta e pesquisa de informações e objetos não estavam exclusivamente relacionadas com uma tradição iluminista que organizava os elementos como um quadro sistemático ou como um conjunto de tudo aquilo que se relacionava a determinado tema ou assunto. O entusiasmo pelos objetos da natureza ou da civilização que compusessem um quadro da história do país ou de uma região, despertava interesse semelhante ao do antiquário. Nas viagens pelas províncias, os autores catalogavam, assim como colecionavam os objetos e os fatos mais interessantes para apresentá-los não em um gabinete, mas em um livro ou em manuscritos. Esses objetos, apesar do esforço de catalogação, eram estudados historicamente, pois eram identificados cronologicamente, eles “falavam” das épocas a que pertenciam. Assim, podemos perceber como as práticas e tradições antiquárias podiam ser resignificadas segundo um conceito de história e de acordo com um novo regime de historicidade. Nesse regime de historicidade moderno, o historiador, nesse caso, o autor de corografias, poderia realizar levantamentos gerais, descrições de lugares, personagens, acontecimentos e objetos e transformá-los em “reliquias”, não pelo seu valor histórico em si, mas

¹⁵² Idem, idem.

pelo sentido que a história imprimia ao passado, como origem e também ao futuro, como superação. O passado deveria assim ser preservado pela lembrança, pela memória e pela história. As corografias podem então ser pensadas como uma dessas formas de se representar, manifestar ou lembrar do passado e da trajetória dos homens ou da nação.

Hans-Georg Gadamer, em sua obra *Verdade e Método*, propõe pensar a tradição como parte de um círculo hermenêutico, ou seja, o homem seria marcado pela tradição e pela forma de estar no mundo, compreendendo o passado e desenvolvendo a linguagem num constante movimento de interpretação. A compreensão do ser e de sua experiência no mundo seria expressa pela linguagem. Assim, a tradição seria a forma pela qual os homens poderiam compreender o passado. Entre passado e presente (este preenchido pela tradição), o homem poderia dispor de uma linguagem que permitisse realizar uma “conversa” nesse espaço temporal. No caso das corografias, a linguagem desenvolvida na Antigüidade clássica teria formulado uma linguagem sobre o mundo, que permitiria aos homens do período medieval e renascentista, desenvolver uma reinterpretação dessas tradições segundo uma nova concepção de tempo e segundo sua própria historicidade. No século XIX, as corografias teriam sido significadas por essas tradições anteriores, mas agora em um novo registro de tempo marcado pelo regime de historicidade moderno, com uma concepção alargada do mesmo. As corografias no Oitocentos pretendiam dar conta de um espaço temporal maior, ou seja, pensadas historicamente, elas determinariam as origens de uma constituição geográfica, com todos os seus elementos naturais, em uma perspectiva processual. Nessa interpretação das corografias, os homens, seus objetos e seus acontecimentos históricos refletiriam os avanços de uma civilização. Nesse sentido, compreender o ser através da tradição, seria compreender o verdadeiro, aquilo que uma tradição possuiu revela algo de verdadeiro para o outro, além do próprio texto. É nesse sentido que podemos pensar os homens e mais especificamente os autores das corografias a partir da tradição com a qual eles se ligaram e como através dela eles formularam sua experiência no mundo, levando em consideração sua própria historicidade.

No IHGB a escrita da história era efetuada a partir de várias tradições e sobretudo, a partir de um sentido prévio de passado, que se desdobrava no presente e que incorporava a idéia de coletividade na vida dos homens. As heranças das tradições clássica, antiquária, iluminista e moderna estavam profundamente relacionadas à produção historiográfica do Instituto Histórico, o que permitiu o interesse e a criação do passado nacional através do conhecimento e da preservação da memória.

A escrita corográfica foi configurada pelo registro e pela experiência de que seus autores conseguiram efetuar e descrever. A ação política, determinada por suas funções burocráticas exercidas nas

diversas províncias do Império, permitiram que esses autores formassem a imagem de um passado glorioso e de uma natureza opulenta para o Brasil, legitimando o controle e a centralização monárquica pelas diversas regiões do país. Através do registro e da exaltação da colonização e dos personagens portugueses e brasileiros, as corografias cumpriram o papel de instrumento do exercício político, moral, jurídico e cultural sobre todos os habitantes dessa monarquia nos trópicos.

Capítulo 3: A produção corográfica e o Estado Imperial

A primeira e mais urgente das incumbências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro consiste (...) em coligir e preparar os materiais necessários para a história e geografia do Brasil. Esses materiais porém ou se encontravam já formados, ou cumpre ainda que sejam organizados. A estes vai dando o Instituto princípio e existência, à proporção que discute, e publica memórias, pareceres, e outros quaisquer trabalhos, ou elaborados no seu seio, ou oferecidos por pessoas, que posto não façam parte de nossa associação, tomam contudo a peito o progresso dos conhecimentos históricos e geográficos¹⁵³.

A legitimidade do Império através das corografias

Às vésperas da Independência, o reinado de D. João VI no Brasil estava pautado na tentativa de construção do governo brasileiro à semelhança do Estado português, “em sua arquitetura política e administrativa”¹⁵⁴. Inúmeros portugueses chegaram ao país buscando, ao mesmo tempo, escapar das perseguições napoleônicas e promover o desenvolvimento do solo brasileiro. Os estudos de história natural e filosofia trazidos pelos bacharéis e doutores das universidades européias, contribuíram para um aprimoramento das técnicas de cultivo, para a melhoria da indústria e também para um avanço nas descrições sobre o território da nova sede da monarquia. Pretendia-se contar uma história desse Império nos trópicos a partir de sua filiação portuguesa, principalmente nos anos que contemplavam a ação colonizadora.

A obra de Manoel Aires de Casal reflete a preocupação de se estabelecer a relação entre a história, a administração e os estudos da natureza e dos costumes no país, já com a

¹⁵³ PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. “Quais são os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil?”. In: RIHGB: 1841.

¹⁵⁴ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.198

presença da família real no Rio de Janeiro. Casal teve sua *Corografia Brasílica* publicada pela Imprensa Régia com “Licença e Privilégio Real” e dedicada à sua Majestade D. João IV. Como o ano de publicação de sua obra data de 1817, é possível deduzir que esta tenha sido escrita durante os primeiros anos da corte portuguesa no Brasil. A descrição que Aires de Casal realiza, procura cobrir os primeiros trinta anos de colonização, quando o país foi repartido em capitanias. O autor analisou o “método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da agricultura e indústria de cada uma delas; indica-se o que há de mais notável na Natureza (...)”¹⁵⁵. Podemos observar que tal obra tinha por caráter sua utilidade, prestando-se a enumerar rios, cabos, portos, ilhas, animais, vegetais e minerais e destinando-se, através dos esforços do autor, aos “amigos inteligentes e patriotas”¹⁵⁶.

Essas descrições eram parte de um conjunto de ações ilustradas do Estado português que no século XVIII criou o curso de História Nacional, depois integrado a Faculdade de Filosofia. Seus alunos deveriam conhecer a *História Natural* de Plínio e realizar a observação direta da natureza¹⁵⁷, até conseguirem o domínio, a exatidão e a destreza nas descrições e observações. Além dos alunos versados nos temas da filosofia e da história natural existiam os juristas e magistrados que também exerceram papéis importantes na política portuguesa, em primeiro lugar, e posteriormente na brasileira¹⁵⁸. Para José Murilo de Carvalho, em Portugal havia predominado na elite o elemento burocrático formado, principalmente, na Universidade de Coimbra. Para esse historiador, a tarefa de formação dos Estados era garantir a homogeneidade da elite para aumentar a sua capacidade de agir politicamente¹⁵⁹. No Brasil, essa homogeneidade era garantida pela socialização e pela carreira.

¹⁵⁵ CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica o Reino do Brasil (1817)*. BH: Itatiaia; SP: USP, 1976. p.15

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Ministério da Educação, 1987. p. 41

¹⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 31

¹⁵⁹ Idem. p.34

Podemos pensar que com a transferência da família real para o Brasil, um grande número de médicos, engenheiros, militares, juristas, magistrados, literatos ocuparam as mais diversas funções políticas e burocráticas durante quase todo o século XIX. No 2º capítulo, procuramos demonstrar como a experiência dos autores que trabalhamos estava relacionada com a possibilidade de registro dos elementos da natureza e com a escrita da história. Neste capítulo buscaremos discutir como as corografias se tornam instrumentos de exercício de controle e de governamentalidade.

Além da ocupação de cargos burocráticos no Brasil, as relações que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mantinha com as academias e universidades européias determinavam a perspectiva de história que o instituto adotaria e que se refletiria em suas produções historiográficas. No discurso de fundação do IHGB, Januário da Cunha Barbosa cita uma passagem do discurso da Academia Portuguesa de História, na qual os sócios desta agremiação teriam como tarefa, ressuscitar as memórias da pátria que ainda jaziam na obscuridade¹⁶⁰. A utilização desse discurso aponta para os objetivos que o secretário-geral do IHGB expõe para a escrita da história do Brasil: a fixação de uma memória concebida em seus aspectos físicos, a definição das marcas naturais e morais desta Nação em construção, além da emulação de fatos, personagens e vultos do passado. É esse trabalho de fixação da memória que aparece em inúmeros trabalhos do Instituto Histórico, principalmente nos seus primeiros anos de seu funcionamento.

Esses primeiros sócios do IHGB buscavam configurar um projeto biográfico do Império, pois dedicavam-se à tarefa de escrita da história a partir da gênese da Nação e da construção de uma fisionomia que reforçasse a “homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras”¹⁶¹. Esse sócios enfrentavam ainda a tarefa política de lançar as bases de uma coletividade social que amenizasse e também impedisse a ocorrência de novas

¹⁶⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. op. cit., p.10

¹⁶¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, p.5-27, 1988. p.6

revoltas e rebeliões regenciais. As novas regras de escrita do passado elaboradas por esses homens ilustrados criavam novas regras de sociabilidade já que, tentavam frear as paixões e impulsos da população em detrimento da racionalidade para a realização e progresso do país.

A relação entre política e história nas corografias era representada pelo esforço de síntese e controle do passado, como parte de um projeto de administração do Estado que pretendia forjar as bases sólidas da sociedade no presente. As corografias eram uma espécie de inventário dos costumes, produções e instituições do Brasil que caracterizavam um conhecimento enciclopédico, permitindo que a elite imperial utilizasse essas obras instrumento de sua ação civilizadora. O passado era narrado como possibilidade de compreensão do presente e este, através dos textos corográficos que reuniam os mais variados temas e publicavam diferentes documentos, procurava revelar o estado social de uma determinada época, definindo assim os objetivos e a tarefa de autores e obras. Assim, podemos também observar que a historiografia brasileira oitocentista concebia o tempo da história, como tempo da política, já que esses limites não estavam bem definidos, pois o lugar da história, como seus eventos e ações eram entendidos como um campo de conflitos e disputas que determinavam, inclusive, os objetivos políticos dos literatos e particularmente, dos sócios do IHGB.

A geração que fundou o Instituto Histórico queria garantir a construção de um governo monárquico que permitisse a instauração da liberdade e da razão em meio aos tumultos das Regências. A escrita da história do país foi ordenada a partir de personagens e eventos, tornados objetos de matéria ensinável e encenável, configurando assim a experiência da história como parte indissociável de uma nação triunfante¹⁶². Os objetos políticos dessa elite eram expressos nas corografias a partir da reunião de elementos em uma unidade estável,

¹⁶² Para uma comparação das relações entre história e política na França e no Brasil do século XIX, consultar: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. “Escrever a história, domesticar o passado”. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras: Casa de Rui Barbosa, 2006. pp. 45-57

que precisava apenas de alguns ajustes para garantir o desenvolvimento do Império. Nessas obras, estavam em jogo a construção adequada das lembranças do passado e a reunião das produções que caracterizavam a economia do país, indispensáveis, politicamente, para a construção de um projeto de identidade coletiva. O exercício desses homens públicos que eram, ao mesmo tempo, os autores da história do Brasil, buscavam confrontar as irregularidades e contradições que ocorreram no passado com a eficácia e a força de um regime monárquico no presente, em virtude da conquista da civilização no futuro. Precisamos ressaltar que cada província possui características particulares e que os autores descreveram as marcas naturais de forma diferente, porém os usos que eles faziam desses elementos estavam sempre relacionados a um aproveitamento econômico, o que também era uma forma de organização de uma província ou região, a partir de sua utilidade política.

O que parece constante nas corografias analisadas é o empenho de seus autores em compulsar arquivos e informações sobre os lugares visitados ou pesquisados, demonstrando as adversidades por que passaram para levantarem e concluírem suas obras.

Persuado-me que uma tal obra merecerá acolhimento que V.R. Majestade costuma prestar a tudo que pode ser útil a seus vassallos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores anos da minha vida, empreendendo esta obra original, e tão superior às minhas forças, e cabedais, que por vezes, descorçoado à vista de um tropel de dificuldades, determinei abrir mão da empresa (...) ¹⁶³.

A maior parte dos escritores introduzem as suas obras inculcando insuficiência como literatos, ou vaidade de ostentarem uma tal ou qual erudição. Eu não faço esta nem aquela coisa. Escrevo o que sei.

(...)

¹⁶³ CASAL, op. cit., p.15

O meu fim é não perder para sempre os materiais que me custaram muitas fadigas e muitos desvelos em corrigir e ordenar¹⁶⁴.

Depois de coligidos com laboriosa fadiga os monumentos e notícias vagas e incompletas, que pude achar dispersas nos arquivos públicos, lendo alguns que a tinta tem já em algumas partes danificado o papel e confundindo os caracteres, refleti que se apesar do fervor e constância, com que se dedicara efetivamente a tão prolixas indagações, eu não adquirira grande soma de noções importantes da aritmética política ou princípios da Estatística, estava ao menos em estado de poder delinear um breve quadro geográfico da Província¹⁶⁵.

As três passagens acima demonstram que a pesquisa e a elaboração das obras terminavam prejudicadas pelas condições e escassez dos materiais consultados. Normalmente os autores apontam que ao final, seus trabalhos representavam simples esboços ou quadros das descrições realizadas. Porém, esses quadros ilustram as condições e o passado de uma sociedade em busca de seus desenvolvimentos rumo à civilização.

Em Aires de Casal, as descrições físicas acompanham as históricas e estas, recebem maior atenção porque cobrem a trajetória da descoberta da América por Colombo à colonização do Brasil com a doação das capitanias, indicando a topografia de cada uma delas. Nessa narrativa, o autor trata minuciosamente das povoações do Novo Mundo com suas diferenças físicas e morais. O retrato desses habitantes é citado a partir do relato de um viajante não identificado:

Os americanos são glutões em extremo, quando têm com que se saciar; os sóbrios em a necessidade, até nem ainda enfurecer; inimigos do trabalho; indiferentes a qualquer motivo de honra,

¹⁶⁴ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. Vol. I. p.3.

¹⁶⁵ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará (1839)*. Brasília: Senado Federal, 2004. p.13-14

glória ou reconhecimento; unicamente ocupados do presente; sem cuidado do futuro; incapazes de reflexão; passam a vida, e envelhecem, sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos. É para admirar que com tais qualidades seja preciso tanto trabalho para fazê-los bons cristãos¹⁶⁶.

Essas atribuições na obra de Casal são pretexto para dar início à descrição da História do Brasil, que examina a trajetória das principais personagens no descobrimento da Terra de Santa Cruz. O texto se assemelha às crônicas dos séculos XVI, XVII e XVIII já que explora o cenário das viagens, a realização de feitos importantes e realiza uma leitura do passado, observando, classificando e refletindo sobre o espaço visitado, em comparação com as trajetórias de outros lugares, principalmente europeus. Na ótica de Francisco Iglesias, esse tipo de escrita não se preocupava em ter uma “estrutura explicativa do processo” por inteiro¹⁶⁷, já que muitas vezes o enredo é próximo de uma catalogação de dados. Destacamos o exaustivo trabalho de pesquisa de Casal pelo uso notas de explicativas ao final de cada página. Isso demonstra que ele percorreu arquivos como o da Real Marinha do Rio Janeiro, transcrevendo principalmente a Carta de Pero Vaz de Caminha. Sobre a narrativa de Casal, Caio Prado Júnior observa:

Os predecessores de Casal nesta matéria de descrição da natureza brasileira, um Gandavo, um Gabriel Soares, um Vicente Salvador, são-lhe bem superiores. A impressão geral que se colhe da leitura de sua obra é que o autor, depois de tomar por modelo e plano o esquema então corrente na matéria, isto é, uma revisão sistemática e geral das noções históricas, fatos da natureza e acidentes geográficos, encaixou neles, sem maior espírito cívico, as informações sobre o Brasil que foi reunindo ao longo e paciente trabalho de pesquisa em textos escritos. Aires foi, aliás sem dúvida alguma, um incansável rebuscador de bibliotecas e arquivos; e daquilo que estava ao seu alcance, pouco lhe teria escapado¹⁶⁸.

A valorização das ações da Armada portuguesa, a expulsão de intrusos, o estabelecimento de fortificações e residências e as decisões da Coroa na Europa buscavam

¹⁶⁶ CASAL, op. cit. p.19

¹⁶⁷ Cf. IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁶⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. “Introdução”. In: CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasileira ou Relação histórico-geográfica o Reino do Brasil (1817)*. RJ: Imprensa Nacional, 1945-1947.

tornar a aclamação de D. João VI e os feitos de seus herdeiros, indispensáveis para a história do Império brasileiro. Esses feitos dignificavam o Brasil como principado e revelavam nos pontos seguintes do texto, as grandiosas proporções naturais que compõem a história do país. Cada elemento é sinal das conquistas dos portugueses na América, pois eles dominavam a natureza, catequizavam os índios, tornavam úteis rios, bacias, florestas e construía uma possessão do que europeu no país.

A importância política e comercial duma nação depende necessariamente da bondade de suas instituições civis, das produções do seu solo e indústria, e primeiro que tudo de sua posição geográfica. Apliquemos ao Brasil a última destas proposições, que é duma evidência manifesta, e viremos a entender que poucos são os Estados, que considerados debaixo deste ponto de vista, ocupam um tão distinto lugar entre as demais nações.

Verdade é que a população do Império não corresponde com a vastidão de seu território; que com serem numerosos os povoados, ainda são poucos se comparam com os que seria mister que houvessem; porém a emigração Européia, a boa fé com que o Governo Brasileiro tem religiosamente cumprido com os ajustes que tem feito com os diversos colonizadores; o desvelo com que em todo o tempo tem favorecido e alentado quantos hão contribuído para o aumento de sua população e indústria fabril e rural; a bondade com que repetidas vezes tem generosamente acudido até aqueles que hão cavado a sua própria ruína, por se haverem embarcado em especulações temerárias, tudo nos afiança que convidados e atraídos da salubridade do clima, da fertilidade do solo, e da hospitalidade do governo e dos habitantes do Brasil, novos colonos se determinarão a ir povoar os sertões dum país tão favorecido da natureza (...)¹⁶⁹.

¹⁶⁹ MOURA, Caetano Lopes de. "Prólogo do tradutor". SAINT-ADOLPHE, J.C.R. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris, 1863, pp.VII-XII.

Esse prólogo relaciona o conhecimento, a descrição geral do Império à atuação de seus habitantes para consolidação política, comercial e cívica do país. Um tipo de convocação como essa estava presente na maioria das obras do Oitocentos. “Era preciso que os homens livres do Império tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade – o ‘mundo civilizado’, o qual era animado, então, pelo ideal de progresso”¹⁷⁰. As instituições civis do Império concorriam então para estar entre aquelas das nações mais civilizadas da Europa. No curso dessa transformação, as corografias elaboravam a idéia de uma unidade cultural e política e o afirmavam o caráter industrioso de suas produções naturais. O papel dessas obras era manifestar de forma literária, o lugar e o apreço da nação, demonstrando como o país passou por mudanças e como desenvolvia a construção da civilização.

A literatura assim como a história poderiam justificar as proclamações de passado triunfante e a consolidação do regime monárquico, pelos empreendimentos do progresso e pelas conquistas da civilização. As corografias poderiam divulgar os ideais das Luzes, como: progresso, razão, civilização e utilidade, pois seus autores se consideravam filhos da Ilustração, podendo ainda levantar as críticas que sustentavam os atrasos na cultura, agricultura e civilização, incluindo-se também o exame do tráfico negro e da escravidão.

Com aquele péssimo método, cópia do bruto costume, que tinham os silvícolas na sua acanhada agricultura, cultivaram os Europeus no princípio de seu assento no País, e com este mesmo método ainda hoje os seus descendentes fazem derramar suor no agricultamento [sic] das terras, sem que a bondade delas lhes possa fazer conhecer a precisão de um novo cultivo, e de uma nova agricultura¹⁷¹.

¹⁷⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. SP: Hucitec, 2004. p.23

¹⁷¹ BAENA, A. L. M..op. cit. p.70

Quase todos os homens reputam os escravos mais depressa uma máquina animada para servir, do que um companheiro que os ajudam nos trabalhos.

(...)

É mui provável que a pesada tutela ou a escravidão disfarçada (em que se conservam os inspetores ou diretores, e os capelões [sic] ou párocos missionários das aldeias) é o que os leva a aborrecer tanto a gente branca como aos nossos usos e costumes, que à força lhes querem fazer e adotar.

(...)

É por este modo que hão de continuar a perecer milhares de índios que poderiam ser utilíssimos à sua pátria, se um governo iluminado, reparando as injustiças que há três séculos se têm feito a inumeráveis tribos, (...), escolhesse homens probos para serem encarregados da sua civilização¹⁷².

As críticas se sustentavam principalmente em relação às invasões estrangeiras. Era preciso defender o território e proteger as produções naturais da América portuguesa. Antonio Ladislau Monteiro Baena em seu sucinto bosquejo histórico do corpo militar do Pará tece elogios às ações dos oficiais nos períodos das invasões e à manutenção da ordem na província, explicando que as extraordinárias defesas eram proporcionadas pelas condições naturais e que as operações militares utilizaram os “princípios gerais da Topografia” para terem êxito em suas empresas. Os regimentos e o espírito cívico das tropas contribuíram para a disciplina de seu corpo de oficiais e permitiram a consagração desses homens que realizaram o exercício das Armas.

Cidadãos, que por sua profissão particular protegem as propriedades, a honra e as próprias vidas dos seus concidadãos; isto é, que expõem a sua vida a defesa externa, e no apoio da ordem interna da sua nação, merecem distinções e honras, e não abatimento e desprezo; porquanto desses dois objetos, a que eles

¹⁷² MATOS, Raimundo José da Cunha. (1837), op. cit. pp. 81-83.

são dedicados pelo Governo, dependem a conservação, a prosperidade, e o aumento da sociedade civil¹⁷³.

As ações militares descritas nas corografias pelos sócios do IHGB, são sucintas em relação às revoltas regenciais. Suas menções limitam-se ao desempenho das operações militares e às justificativas de manutenção da ordem para garantir a integridade do Império. É necessário notar que as corografias das províncias de Minas Gerais e do Pará foram escritas em meio às turbulências e incertezas da Regência, o que pode indicar a importância dessas obras como um esforço de catalogação coerente dos termos nelas apresentados e da constante justificativa de primazia da civilização diante da barbárie. As funções militares representadas nessas obras assim como a obrigação deles para com o regimento, ilustram como o governo monárquico organizava seu corpo militar para as ações nas diversas províncias do país, criando uma das formas realização e implementação de sua governamentalidade

Através de um conjunto de objetos naturais e políticos sobre os quais exercia o poder, o governo monárquico legitimava sua permanência, pois tanto os objetos quanto o regime adotado eram constituídos pela reunião do território e de seus habitantes. Podemos dizer que o território era tanto elemento fundamental do Império quanto do poder do soberano, pois mesmo que houvesse variáveis em relação riqueza ou a fertilidade, este permanece como fundamento da autoridade do Estado Imperial. A definição que podemos supor mediante a leitura das corografias é que o regime monárquico traduzia-se pelo governo das coisas e dos homens, além da própria idéia de território. Estas coisas de que o governo se encarregava eram os homens,

mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território e suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos,

¹⁷³ BAENA, op. cit. p. 156

as formas de agir ou de pensar, etc; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc¹⁷⁴.

Nas corografias, observamos como as relações entre os homens e as coisas eram condições de possibilidade de escrita desses textos. A parte que se refere ao território é operada como evidência e lugar essencial para que o governo pudesse administrar, incentivar ou repreender a ação dos homens em suas relações com uma variedade de objetos. É principalmente pela iniciativa que o homem toma diante daquilo que está ao seu redor, que a difusão da civilização deveria ser planejada. Com a coleta de informações sobre os costumes e meios de subsistência dos indígenas, o autor poderia conceber um projeto que tornasse civis e brandos os costumes e maneiras desses habitantes. Quando esse mesmo literato percorre o espaço natural e verifica a potência de seus rios, os recursos e as riquezas, consegue estabelecer os critérios que justifiquem as ações em favor do progresso. Ele ainda, pode verificar os principais problemas e acidentes porque passam seus habitantes e indica ao governo imperial, os passos para a melhoria e aproveitamento da província.

A associação entre história e território fazia-se necessária tanto pela construção da imagem de uma nação e de uma tradição monárquica e ilustrada que se queria afirmar, quanto pelo desconhecimento de parte da natureza no país. Uma outra necessidade era o estabelecimento de limites e fronteiras já que o território brasileiro continuava sendo disputado por algumas repúblicas da América espanhola. Para a formação do Estado Imperial era preciso empreender sua legitimação com base no “ocultamento das suas origens históricas”¹⁷⁵, dotando-as de um caráter atemporal. Neste sentido, o território deixa de pertencer ao Estado e se torna o seu próprio corpo, legitimando uma operação de esvaziar o próprio território da condição de objeto, e criando a idéia de que este não pertence ao Estado, mas é parte integrante dele. Dessa forma, as fronteiras seriam naturalizadas, pois o território passa a ser elemento da personalidade física do Estado. As narrativas corográficas podem então, ser consideradas como obras que forjam a construção da nação, pois associam a idéia de história nacional, em

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: *Microfísica do poder*. RJ: Edições Graal, 2002. p.282

¹⁷⁵ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. SP: UNESP: Moderna, 1997. p. 26.

decorrência da história da civilização européia, à idéia de uma geografia, que com seus elementos físicos e naturais formulava a possibilidade de uma origem histórica.

Para que a história e a geografia, no século XIX, pudessem criar a idéia de uma nação pré-existente, fronteiras, natureza, paisagens precisavam ser consideradas tão antigas quanto a própria história. Dessa forma, as corografias cumpriam essa dupla tarefa de descrever e conhecer o espaço nacional, de ordenar e criar uma cronologia para a história. Para isso, os membros da elite imperial precisavam criar e organizar todo um conjunto de informações sobre o que se queria identificar como imagem física, política e administrativa do Império do Brasil, utilizando com isso, a história como narrativa legitimadora.

Ainda a respeito da relação entre território e história nacional, o livro dos geógrafos Antônio Carlos Robert de Moraes, *Território e História do Brasil* e Demétrio Magnoli, *O Corpo da Pátria* contribuem para uma explicação das questões que envolvem estes dois temas. Conhecer o território através de seus acidentes naturais, da extensão de seu espaço, de suas paisagens naturais permitia a “construção da visão do país como espaço a ser conquistado, isto é, como veiculador do discurso que assimilava civilização à ocupação do território”¹⁷⁶. Podemos identificar o tipo de descrição realizada, que procurava dar conta de todo um desenvolvimento dos sistemas administrativos desde a fundação da colônia até a época da independência estendendo-se até o governo monárquico de D. Pedro II, procurando inclusive demonstrar quantitativamente através de dados ou quadros estatísticos, o número de habitantes das províncias, o número de comarcas, vilas, cidades, dioceses, apresentando também os costumes dos indígenas e alguns costumes dos escravos, desenvolvimentos da agricultura, comércio e indústria. Nas descrições físicas de rios, montanhas e serras permanece a idéia de um território ainda por ser descoberto e conquistado, onde a tarefa do historiador parece ser localizar os mais distantes lugares do território brasileiro e inseri-los nos quadros da história da civilização nacional.

¹⁷⁶ MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território e História do Brasil*. SP: Hucitec, 2002.

No texto de Demétrio Magnoli, esta perspectiva da relação entre história e território também é evidenciada quando o autor explica que os discursos históricos e geográficos cumprem exatamente o mesmo papel. Para isso, “a definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação: assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço”¹⁷⁷. É possível perceber que para o autor, estes discursos produzidos durante a consolidação do Estado nacional, com a finalidade de representação do espaço e reconhecimento de uma identidade pela delimitação do território, não divergem em seus interesses civilizatórios, porque ambos estavam preocupados, sobretudo, em “fundar uma cultura nacional”¹⁷⁸, que identificasse história, natureza, paisagem, pintura e Império. O Estado nacional, no século XIX, produziu identidades coletivas a partir de vários elementos, que conformavam um discurso de articulação entre Império-Natureza-História, legitimando inclusive a política monárquica adotada principalmente durante o Segundo Reinado.

Para significar esse modelo de narrativa histórica adotado no Oitocentos, além de documentos, mapas, programas e relatórios realizados por engenheiros, matemáticos e cartógrafos, existia uma vasta literatura de época escrita por naturalistas, historiadores e viajantes que contribuía com a sua retórica para construir um discurso histórico e geográfico e alimentar um imaginário social sobre a formação e consolidação do Império. Para compreender esse universo de descrições paisagísticas, físicas e etnográficas presentes na maioria das corografias, podemos destacar o trabalho de Flora Sussekind¹⁷⁹, que através da figura do narrador-viajante, que dialoga com as formas literárias, com os relatos de viagens, com as pranchas de desenhistas naturalistas, mediando o conhecimento do território e das paisagens brasileiras, e que ora esse mesmo narrador se constitui como cartógrafo, historiador

¹⁷⁷ MAGNOLI, op. cit.

¹⁷⁸ PEIXOTO, Renato Amado. PEIXOTO, Renato Amado. “O Mapa antes do Território: O Rio Javari e a Construção do Espaço Nacional”. In: *Trajetos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da UFC – v.2, n.3, dez.2002. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002.

¹⁷⁹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. SP: Companhia das Letras, 1990.

e cronista, descrevendo e listando árvores, frutas, pássaros, rios, locais pitorescos, nomeando-os cuidadosamente. Esse descritivismo marca o olhar minucioso e dominante de naturalistas que através de inúmeros detalhes paisagísticos, tornam esses elementos “objetos de classificação e estudo nos tratados descritivos, diários e relatos de viajantes e expedições científicas”¹⁸⁰. É importante identificar então, a tarefa e o prestígio dos naturalistas entre aqueles que circulavam pelas ciências naturais como os historiadores, escritores, geógrafos, cartógrafos e outros estudiosos, sobretudo, em um período onde as fronteiras disciplinares não estavam bem constituídas e definidas, o que permitia além de um diálogo entre vários campos de conhecimento, uma certa utilização de práticas comuns a esses estudiosos. Técnicas, métodos de observação e escrita eram compartilhados por esses homens eruditos que constituíam as ciências, as letras e as artes. Assim, seus objetos pertenciam tanto ao domínio da história como da geografia, já que ambas formavam um conhecimento sobre o tempo e espaço. Os historiadores e sócios do IHGB organizaram sob um mesmo registro, o estatuto científico da história e da geografia, numa perspectiva em que abordaram tanto as ações humanas como os lugares em que elas aconteceram.

Nesse conjunto de práticas e atividades o corógrafo, pensado também como narrador, assume pela sua escrita e pela paisagem que vai observando, “uma espécie de álbum de vistas ou uma série de traços numa carta geográfica”¹⁸¹, buscando origens, costumes, fundações e também rios, serras, plantas que configuram o delineamento de um lugar e a história de uma região. Com o seu testemunho e de outros viajantes, assim como dos cronistas e dos documentos em arquivos, os autores legitimam o conhecimento das províncias, que acabam sendo resultado de uma operação histográfica¹⁸² que define os seus temas, seus estatutos e seus lugares. É a partir daí que podemos pensar na configuração das regiões segundo certos elementos, descrições e documentações. Entre a narrativa e a paisagem

¹⁸⁰ Idem. p. 60.

¹⁸¹ Ibidem, p.190.

¹⁸² Cf. CERTEAU, Michel de. op. cit.

enquadrada os autores operam ainda com o tempo, seja este o pretérito ou o atual. A distribuição dos objetos em seus lugares permite, ao mesmo tempo, indicar suas localizações no presente e suas fundações no passado. Semelhante à narrativa de ficção do Oitocentos, os autores historicizavam o cenário, incorporando a temporalidade aos personagens e aos materiais recolhidos da natureza. Os elementos coletados acabam se tornando símbolos de uma cultura nacional e as diferentes regiões representadas eram a imagem de um Império tido como tropical e também como unificado.

A leitura das corografias oitocentistas aponta para como o governo conduzia as coisas, não em favor do bem comum, mas a fim de criar um objetivo adequado para cada uma das coisas a governar. Isso implica que o governo monárquico lidava com uma pluralidade de fins específicos, como por exemplo estabelecer instituições de ensino e fornecer técnicas para o cultivo do solo e aumento da produção agrícola, estudar os costumes e hábitos dos indígenas e africanos e narrar os empreendimentos dos portugueses no país. Os instrumentos que o governo utiliza, em vez de se constituírem unicamente por leis, regras e outras formas de autoridade, são também forjados pelas táticas de seus representantes políticos nas diversas regiões do Império.

Uma das táticas ligadas à arte de governar e praticadas por membros da elite imperial, era o desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial, com a produção de um conjunto de análises e de saberes essencialmente, o conhecimento do Estado em seus diversos elementos, dimensões e fatores, estudados pela estatística, que nas palavras de Michel Foucault, significa “a ciência do Estado”¹⁸³. Monteiro Baena escreveu a sua corografia do Pará exatamente como parte da reorganização e composição da estatística dessa província. Ele juntou as informações recolhidas quando era membro da Comissão que formaria um cadastro desse lugar, com as informações colhidas nos arquivos. Essa obra estava a serviço de ambas as tarefas de descrição física, política, histórica e natural e ainda

¹⁸³ FOUCAULT, op. cit., p.285

matemática da região, podendo então ser considerada como um artigo para o exercício da administração imperial.

As táticas e técnicas utilizadas pelo governo que foram apresentadas nas corografias tratam claramente da realização da administração monárquica nas receitas, instituições, nos ramos e repartições públicas sustentada pelos ministérios. A receita e a despesa das províncias geram reflexões sobre as operações “do Dever e do Haver”, do aparelhamento com os gastos do patrimônio e os erários que eram pagos ao governo português e posteriormente ao Império brasileiro.

Foucault sugere que para a compreensão da constituição de uma saber de governo, é imprescindível considerar os processos referentes à população, chamada de “economia”. A intervenção do governo é dada justamente pelas relações contínuas e múltiplas entre a população, território, riqueza e etc. A idéia de uma governamentalidade requer a análise de um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma específica e complexa ordem de poder, tendo como alvo a população. O Estado Imperial brasileiro, nascido de uma territorialidade de tipo fronteiriço, ou seja, organizado administrativamente, com regulações e disciplinas que auxiliaria a determinar seu domínio e soberania sobre as populações e a natureza.

No Brasil, a construção de uma imagem centralizada do império seria tarefa das elites dirigentes que, em sua maioria, preenchiam funções administrativas e burocráticas nos quadros políticos e institucionais. Foram criados espaços acadêmicos, agremiações científicas, arquivos, bibliotecas e colégios, onde esta elite circulava e definia a escrita e os temas da história nacional. Um desses lugares foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que adquiriu respeitabilidade entre os membros da corte e difundiu os ideais iluministas pelas províncias, que contribuíram para a construção e definição da Nação brasileira.

Segundo modelos de instituições européias, como a Academia Real da História Portuguesa, o Instituto Histórico de Paris ou a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, o IHGB estabeleceu seus estatutos e divulgou o seu projeto de escrita da história. Essa filiação a outros espaços letrados foi formalizada nos discursos de inauguração e na formulação dos estatutos da agremiação. Utilizando-se de recursos retóricos, os fundadores tinham propostas semelhantes à historiografia dos membros da Academia Real da História Portuguesa, ou seja, a de promover uma ressurreição do passado através das memórias da pátria¹⁸⁴. Nas palavras de Januário da Cunha Barbosa,

Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. (...). Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostramos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados de erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros¹⁸⁵.

Uma ampla produção historiográfica dirigida aos estudos pátrios pôde ser observada durante quase todo o Oitocentos, quando os esforços de seus sócios em coletar, organizar e escrever o passado nacional, obteve a proteção do imperador, tornando-se assim, um lugar *por excelência* de conhecimentos oficiais. Nesse ambiente acadêmico, os sócios estabeleceram estatutos, escreveram suas memórias, organizaram solenidades, exaltavam personagens em

¹⁸⁴ Cf. o epílogo do discurso proferido pelo secretário-geral no ato de se estatuir o IHGB. BARBOSA, J. da C. op. cit. p.1

¹⁸⁵ Idem

seus necrológicos e por vezes contaram com a presença do Imperador D. Pedro II em suas reuniões e datas festivas. Assim, os valores da soberania régia com a exaltação da monarquia brasileira, delineavam as imagens e os modelos culturais e políticos que se queria imprimir à recente nação.

Esses estudos tinham em vista a glória nacional e a elevação de um edifício fundamentado pelo “amor da pátria e amor das letras”¹⁸⁶. Para inaugurar tal monumento os *hommes de lettres* deveriam observar o que

o Brasil guarda nas entranhas de suas terras, e assim também nos peitos de seus filhos e sinceros amigos, tesouros preciosos, que devem ser aproveitados por meio de constantes e honrosas fadigas. Sem trabalho, sem persistência nas grandes empresas, jamais se conseguirá a glória que abrilhanta os nomes dos bons servidores da pátria. A geografia é a luz da história, e a história, tirando da obscuridade as memórias da pátria, honra por isso mesmo aos que lhe consagram constante desvelos¹⁸⁷.

A unidade nacional seria empreendida tanto no tempo quanto no espaço, pois os acontecimentos e os fatos mais notáveis teriam nos seus cenários, a indicação do testemunho, da verdade. A afirmação do regime monárquico estaria vinculada às produções do Instituto, nos seus textos históricos, com a referência a inúmeros acontecimentos e personagens, sempre buscando relacioná-los à idéia de uma origem gloriosa, na qual a natureza também teria seu papel. A geografia, considerada nesse momento como referência para o conhecimento da história, era uma das principais preocupações do Instituto, pois servia como elucidação dos fatos nacionais e identificava a origem de um passado comum aos brasileiros e conferia a idéia de uma coletividade e identidade associada ao território.

¹⁸⁶ BARBOSA, J. da C. op.cit., p.6

¹⁸⁷ Idem.

O IHGB e a produção geográfica

Os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro eram responsáveis por produzir discursos, necrológios, cartas, correspondências, biografias, elogios históricos, críticas de textos, como juízos de caráter histórico, literário, artístico ou científico, crônicas, memórias, relatos de viagens e estudos de etimologia. Outras produções seriam os estudos de astronomia, cartografia, geografia e geologia. Contam-se ainda os estudos de emblemas e brasões, dos costumes e línguas indígenas e dos trabalhos arqueológicos, relações, dicionários topográficos e corográficos, catálogos, índices, inventários. Foram feitas ainda investigações de manuscritos em arquivos e bibliotecas, programas históricos, dissertações, transcrições de documentos e por fim, traduções de obras estrangeiras.

Esse vasto resultado das ações de seus membros nos informa a preocupação com inúmeros gêneros de escrita dos aspectos físicos e históricos do país. As contribuições dos estudos relacionados às atividades geográficas presentes na Revista, nos primeiros anos de funcionamento do grêmio estão espalhadas por diversas categorias. Não consideramos aqui como material geográfico, exclusivamente as obras que traziam como título Corografia. As biografias, comemorações e homenagens de sócios que escreveram obras e artigos de cunho geográfico eram produções que associavam a importância dessas personagens com as suas contribuições para a conformação do território nacional. As cartografias indicam as observações acerca da costa, da navegação dos rios, das ações militares e ilustram através de seus mapas, a configuração simbólica do país. Outras produções são as questões de limites e defesa das fronteiras, que versavam principalmente sobre os litígios e demarcações nas regiões da Amazônia, Guiana Francesa, Paraguai e Peru. As corografias e as notícias históricas das capitânicas e províncias cobrem grande parte do território. Encontramos ainda,

roteiros de viagens, itinerários, hidrografias e exploração de rios e navegação fluvial e por fim, as viagens em geral (Anexo 2).

Notamos que alguns historiadores, ao escreverem ou ainda quantificarem o número de produções geográficas do Instituto, consideraram apenas as principais indicações dos títulos das obras. Lilia Moritz Schwarcz ao analisar a formação dos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelas províncias do Império, traça o perfil de algumas dessas instituições, observando como seus sócios caracterizavam-se como membros de uma sociedade de corte, especializados na produção de um saber de cunho oficial. Interessa-nos aqui examinar como a autora agrupou as obras que tratavam das temáticas que envolviam a descrição geográfica e a concepção de uma história de caráter regional. Na análise desse material, Lilia Schwarcz considera principalmente os textos que versavam sobre limites geográficos e que atentavam para os problemas territoriais. A relação entre as produções da Revista do IHGB e os textos contemplados como geográficos são organizados da seguinte forma:

Os textos de geografia, que perfazem um total de 18%, cumprem um papel bastante específico; boa parte deles referem-se a questões territoriais e de demarcação de limites, ganhando assim uma função claramente pragmática dentro do contexto específico da época, em que vários litígios desse tipo estavam em andamento¹⁸⁸.

As questões levantadas referem-se às disputas de limites e às conformações de fronteiras ou ainda, aos textos que defendiam o "predomínio dos fatores geográficos sobre a história, e de suas conclusões acerca da deficiência do Brasil e de sua população (...)"¹⁸⁹. A

¹⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: "Guardiões da História Oficial". In: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.110

¹⁸⁹ Idem. p.116

produção geográfica do IHGB era realizada, em sua maioria, pelos sócios ligados a uma ocupação política. Por exemplo, Raimundo José da Cunha Matos estudou em uma escola militar e exerceu diversas ocupações políticas no Primeiro Reinado, assim como Januário da Cunha Barbosa que além dos cargos políticos, estudou em um seminário no Rio de Janeiro. Outros fundadores do instituto, como Conrado Jacob de Niemeyer, Pedro de Alcântara Belegarde eram também militares e foram responsáveis pelas publicações de inúmeros trabalhos geográficos. Na fundação da agremiação, Cunha Matos era o diretor responsável pela seção de Geografia, que contou com metade dos sócios efetivos ocupando essas vagas. Isso significa que havia uma distribuição equitativa entre os sócios destinados tanto à História quanto à Geografia. Esses homens, porém, estavam incumbidos de uma mesma tarefa: a de realizar de maneira figurada os relatos sobre o passado do Brasil, no que tangia tanto aos documentos por eles compilados acerca das descrições históricas, naturais e topográficas quanto aos levantamentos estatísticos das principais produções agrícolas, das espécies animais e vegetais e das instituições encontradas nas províncias.

O IHGB representava o papel de demarcar espaços e de construir uma memória para a Nação ganhando respeitabilidade nacional. A esse papel cabia “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”¹⁹⁰. Dessa forma, documentos, fatos e nomes comporiam uma história nacional para um país, carente não só de delimitações territoriais¹⁹¹. A Revista Trimestral do Instituto reunia os temas que deveriam ser pesquisados e tratados pelos sócios como a interpretação de eventos históricos, textos sobre as questões de delimitação, definição e fixação territoriais, artigos sobre etnografia, biografias e genealogias.

Para compreender o universo das elites dirigentes e como os sócios do IHGB ocupavam funções nos quadros administrativos do Império, precisamos em primeiro lugar

¹⁹⁰ SCHWARCZ, L. M. p.119

¹⁹¹ Idem.

refletir sobre a constituição dessa mesma elite formada, pelo que Ilmar Rohloff de Mattos chama de *dirigentes saquaremas* definidos como

um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, (...), além dos professores médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando sua difusão¹⁹².

Para este autor, o Estado imperial não operava exclusivamente como um aparelho de coerção ou dominação, mas tinha “como um dos elementos fundamentais o fato de ser o locus dos dirigentes saquaremas, isto é, daqueles que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral”¹⁹³. Segundo essa perspectiva, a elite letrada do IHGB assume tanto as funções burocráticas, já que a maioria dos seus sócios ocupava cargos administrativos no Império, quanto as funções intelectuais, já que estavam organizados em uma academia que era protegida pelo Imperador D. Pedro II e que escolhia seus sócios pelas relações sociais e pelas suas funções ocupadas nos quadros políticos do Estado Imperial. Dessa forma, o IHGB pretendia centralizar tanto a produção quanto a difusão do conhecimento histórico, pois limitava o ingresso de seus sócios tanto pelo que produziam, o que deveria estar relacionado com os objetivos de centralização monárquica, quanto por suas posições políticas, devendo estes homens, serem parte dos quadros administrativos do país.

Se o corpo do IHGB era fortemente centralizado, isso significava dizer que a produção do seu discurso seria homogênea e mais estável seria a formação do Estado Imperial. A homogeneidade desses dirigentes saquaremas garantiria com maior eficácia uma

¹⁹² MATTOS. I. R. op. cit. p.15

¹⁹³ Idem

superação “de conflitos intraclasses dominantes [que levassem] a regimes de compromisso ao estilo da modernização conservadora”¹⁹⁴. José Murilo de Carvalho discute a construção da ordem imperial e a formação dessa elite política centralizada, principalmente porque a formação de grande parte dessa elite era realizada em Portugal, concentrada em sua maioria na área jurídica, atuando como parte do funcionalismo público e especialmente na magistratura e no Exército. O autor afirma ainda que “essa elite iria reproduzir-se em condições muito semelhante após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros (...) ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias”¹⁹⁵. O que explica a visão da historiografia tradicional em afirmar que a passagem do Brasil à independência teria sido realizada sem mudanças violentas, sem conflitos políticos e com pouca mobilidade social.

O que nos interessa mais particularmente é analisar como o estudo dessas regiões permitiu que se construísse um conhecimento sobre as mesmas ou seja, de que forma os autores levantaram, sistematicamente, os elementos presentes nas corografias, contribuindo para constituir um saber sobre esses lugares, tornando-os mais conhecidos assim como definiram a própria idéia de região e província no século XIX. Apesar do conhecimento sobre as regiões ter se tornado parte de um domínio da geografia, a história, no Oitocentos, preocupou-se em estudá-las e legitimá-las em seu discurso, formulando-as como parte integrante de suas questões e da constituição de sua disciplina.

Temístocles Cezar, em um texto que procura analisar as relações entre a escrita da história, a formação do saber geográfico e a idéia de nação no Brasil do século XIX¹⁹⁶, aponta que a geografia e a história eram marcadas pela ambigüidade, mas que entre elas o que havia de comum era o seu uso político. Nesse texto, o autor preocupou-se, sobretudo, com as

¹⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. RJ: Campus, 1980. p.33

¹⁹⁵ Idem. p.36.

¹⁹⁶ CEZAR, Temístocles. *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista*. Agora: Santa Cruz do Sul –RS, v.11, n.1, p.79-99, 2005.

produções realizadas pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, levantando que o mesmo instituto era representante tanto do saber histórico quanto geográfico. Nas atas, discursos inaugurais e datas comemorativas, cabia aos sócios ressaltar os ideais da agremiação, pontuando seus principais objetivos. No pronunciamento comemorativo do primeiro ano da instituição, Visconde de São Leopoldo afirmava a capacidade da geografia em examinar a verdade no globo terrestre por possuir como esfera de seus estudos a maior parte dos conhecimentos científicos¹⁹⁷. Seguidamente, o presidente da instituição escalava quais eram os pontos que deveriam ser pesquisados para o conhecimento do território brasileiro.

“Neste solo virgem, onde tudo é maravilhoso, encontra-se aglomerada a povoação no marítimo, reconhecidos e assinalados com mais ou menos exatidão seus portos, abras, e ilhas adjacentes; calculadas as alturas e situações, reguladas as divisões políticas e civis, já em relação de umas para com as outras províncias, já com atenção ao sistema e ordem administrativa; porém à proporção que se avança para o interior, atravessam-se solidões fastidiosas, acanhadas povoações disseminadas de longe em longe, e bem que em pontos de vista geral o aspecto do país seja risonho, todavia uma vegetação em força, (...) guarida e parada de inumeráveis tribos selvagens, (...); matas tão antigas como o mundo, que ainda acobertam e nos escondem as origens, o curso e a confluência dos rios, pontos capitais, em que se baseiam nossos tratados de limites, porém que por mal explorados, ou imperfeitamente reconhecidos, tornam as demarcações duvidosas e interminavelmente disputadas. Se considerarmos a geografia física, ela permanece aqui em embrião”¹⁹⁸.

¹⁹⁷ PINHEIRO, J.C. Fernandes. “Discurso do presidente comemorativo ao primeiro ano do IHGB”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1839.

¹⁹⁸ Idem.

Nessa passagem, podemos perceber o universo de caracterizações da geografia no século XIX. A ela caberia descobrir, relatar, medir, desenhar e enquadrar as paisagens e a natureza do território, “desenvolvendo um imaginário da beleza, (...), que agrada aos olhos, na mesma perspectiva dos viajantes e cronistas desde o século XVI; (...), destaca-se o fato de a geografia física ser um estágio inicial de sua evolução disciplinar”¹⁹⁹. A obsessão pela origem que caracterizaria os trabalhos históricos do período, encontra na geografia sua possibilidade de compreensão do cenário histórico e natural.. É possível incluir as sugestões citadas por Visconde de São Leopoldo, como assuntos e temas que vão sendo estabelecidos e configurados nas produções oitocentistas que têm como cerne a discussão sobre a origem histórica, as produções naturais, as divisões e limites geográficos.

A história e a geografia tiveram questões semelhantes durante quase todo o Império e principalmente, no IHGB. Nesse espaço foram divulgadas as preocupações sobre a delimitação do território, com a definição de limites, latitudes, as disputas de fronteiras com os países vizinhos, a geologia e arqueologia das regiões, o conhecimento das populações autóctones e de suas línguas, a descrição das paisagens naturais, além das preocupações com as disputas políticas e formas de governo e principalmente pela definição de modelos de escrita da história e da geografia nacionais. Em 1838, quando da fundação da agremiação foram criadas as seções de História e Geografia, com seus respectivos membros de comissões e número de sócios, mas em 1851, com a revisão dos Estatutos , foi criada a Seção de Etnografia, antes subsidiária das áreas anteriores. Ali, deveriam ser estudados os assuntos sobre arqueologia, etnografia e línguas indígenas, que demonstravam a preocupação com a história do país antes mesmo da colonização portuguesa. Isso não significa que textos e livros anteriores à reformulação dos estatutos e da inauguração de mais uma seção, indicariam uma mudança abrupta nos temas das produções dos sócios²⁰⁰.

No decorrer do Segundo Reinado, os políticos, personalidades e membros do Estado continuavam preenchendo as vagas de sócios na instituição, o que marcaria a continuidade de certos assuntos na pauta de suas produções. As corografias permaneceram como uma das formas de reflexão sobre o passado e a natureza, mas podemos notar que a partir da metade do Oitocentos, essas obra se tornaram mais didáticas e menos recorrentes

¹⁹⁹ CEZAR, T. op. cit. p.2

²⁰⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, ano 156, n.388, jul./set., 1995. pp.486-487

nas páginas da Revista do IHGB. O Imperial Colégio de Pedro II teve como cadeira de ensino a disciplina “História e Corografia do Império do Brasil” que permaneceu sob a regência de Joaquim Manuel de Macedo por vários anos.

A criação de Cadeira Especial de Corografia e História do Brasil estabelece uma estreita relação entre a “história do Brasil” e a “história de Portugal”, através da sistematização cronológica e factual do passado colonial, ou seja, da origem e formação da “pátria brasileira”, comuns à história da “mãe-pátria portuguesa, até o momento da independência (...)”²⁰¹

Essa passagem demonstra que as corografias além de se tornarem uma forma de conhecimento ensinável, continuavam a narrar a história do Império do Brasil como continuidade da história portuguesa. As expedições e conhecimentos sobre as viagens e descobrimentos portugueses antecediam as descrições sobre os costumes indígenas, o sistema de colonização no Brasil, a formação das capitanias hereditárias, a religião, as invasões francesas e holandesas até a chegada de D. João VI e a independência do país. O programa da cadeira História e Corografia de 1858 terminava com “resumo cronológico dos fatos mais da História do Brasil da Independência até hoje”²⁰².

A geografia assim como as corografias produzidas pelos sócios e outros membros da elite, consideravam principalmente as atividades de mensuração, descrição e quantificação dos caracteres históricos e naturais. Associada a uma narrativa sobre o passado do Brasil, essas descrições ajudavam a desenvolver um imaginário sobre a paisagem e os costumes, já escritos pelos viajantes e cronistas desde o século XVI. A geografia era assim entendida pelo secretário da instituição:

A geografia é o estudo da terra; mas não mereceria o nome de ciência se se contentasse de estudar somente as formas materiais, e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo de sua ação, e com ele esta em uma relação eterna. As emigrações dos povos, as descobertas, (...), os elementos submetidos ao seus poder (...); as terras cobrindo-se de vilas (...); os rios dirigidos, represados (...) tudo isto pertence à História, mas pertence também à Geografia, porque estes fenômenos tem uma imediata

²⁰¹ ANDRADE, Vera Cabana. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. RJ: UFRJ, 1998. pp.123-124

²⁰² Programa de Ensino do Colégio Pedro II, 1858.

relação com o espaço, e sobre ele exercem um bem clara influência²⁰³.

Podemos perceber que os registros históricos e geográficos fazem parte de uma mesma rede de significações, assinalando uma troca recíproca de experiências entre o homem e a superfície da terra. A partir dessa sugestão de Cunha Barbosa, podemos compreender a natureza dos objetos de uma corografia, pois eles são dados pela reunião daquilo que é material e que cobre a terra, com a ação humana que estabelece com um lugar, uma relação duradoura.

Outro sócio, Rodrigo da Silva Pontes²⁰⁴ ao analisar os meios possíveis para coligir o maior número de documentos para escrita da história e da geografia propôs que o Instituto Histórico discutisse e publicasse memórias, pareceres e quaisquer outros trabalhos que favorecessem a constituição dos conhecimentos sobre o passado e a natureza do Império, mesmo que fosse necessário organizar viagens científicas para elucidar pontos ainda pouco esclarecidos por outros homens ilustrados. Quando se trata dessa verificação ou solução diante de uma questão, o autor afirma que ela apenas pode ser decidida quando estudadas “nos lugares onde os acontecimentos passaram, estudados estes mesmos lugares, determinada a sua extensão e a sua posição geográfica, ouvidas e averiguadas as tradições, e examinados documentos”²⁰⁵ seria possível, então, examinar, preparar e organizar os materiais que serviriam à história e à geografia da nação. O autor define, em seguida, os seguintes vocábulos:

Se o vocábulo *história* compreende não só os fatos e acontecimentos relativos ao estado político de uma nação, mas abrange também as variações e alternativas porque sucessivamente passa o espírito humano, o horizonte da história

²⁰³ BARBOSA, Januário da Cunha Barbosa. RIHGB, 1840, p.575. In: CEZAR, Temístocles. op. cit. p. 80

²⁰⁴ PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. op. cit.

²⁰⁵ Idem. p.125

é amplo e vasto como todo o horizonte das artes e das ciências. Se a Geografia, não contente com descrever a superfície do globo, nos fez conhecer as diversas raças que o habitam, e nos indica os lugares onde a natureza colocou as suas variadas e excelentes produções, nada há sobre a terra que possa fugir ao exame, que possa evitar as narrações do geógrafo²⁰⁶.

Segundo a própria definição realizada por Silva Pontes, esses termos foram tomados em uma “acepção amplíssima”, pois os estudos históricos e geográficos “datam de poucos séculos”. Assim, o historiador deveria ser um exímio crítico das obras que versavam sobre os elementos da natureza e aquelas que tratavam das produções do espírito. Sobre esses mesmos estudos, seria preciso considerar que:

A facilidade proveniente da pouca extensão do tempo fica certamente muito contrabalançada pela novidade dos estudos de história pátria, que vão talvez agora nascer, e desenvolver-se com a precisa regularidade: e cumpre além disso ponderar que largo campo se abre ao geógrafo num território de tal vastidão, ainda tão pouco ou quase nada conhecido em não pequena parte de seu solo, e de seus riquíssimos produtos²⁰⁷.

Esse reconhecimento dos elementos do solo brasileiro deveria estar relacionado aos estudos da história pátria, devendo ser investigados por aqueles que “cultivam a ciência a que essas mesmas sociedades [européias] consagram as suas vigílias. Tais indicações ou são geralmente aplicáveis, posto que versem sobre objetos especiais, ou se podem chamar especialíssimas por serem somente aplicáveis a um local, a um fato”²⁰⁸. Isso demonstra que existiria um conhecimento ou método que poderia ser aplicado distintamente para determinadas questões que envolviam todo um território ou apenas uma região.

É possível indicar que o estudo da geografia no Oitocentos congregava espaços e aspectos físicos dos lugares, incluindo análises geológicas, arqueológicas e etnográficas. Para Temístocles César, não havia uma especificidade no discurso geográfico naquele momento. “No plano epistemológico, os primeiros tempos do IHGB, indicam que a geografia, a despeito de sua evidente importância, era apenas uma *ciência auxiliar* da

²⁰⁶ Ibidem, idem.

²⁰⁷ PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. op. cit., p.125

²⁰⁸ Idem. p.126

história. Ela era contribuição, não um domínio autônomo²⁰⁹. Nessa perspectiva, a geografia seria principalmente uma ferramenta pragmática de expansão e delimitação do espaço brasileiro, o que estabeleceria as coordenadas para a sua ocupação. A disciplinarização da geografia seria efetuada entre o final do século XIX e início do XX, mas como Silva Pontes destacou em seu artigo na Revista do IHGB, a história ainda estava sendo definida pelos modelos de uma escrita da história pátria e a geografia era tão importante para a formulação de um conhecimento sobre o Império do Brasil, que ambas podiam ser pensadas a partir de suas relações recíprocas.

Os sócios do IHGB, como vimos, dedicavam o mesmo grau de importância para esses dois campos de estudos. A diferença era que a história estava sendo concebida como forma *por excelência* de conhecimento do passado e seus sócios preocupavam-se com construção de um modelo de escrita que afirmasse a necessidade de instauração do regime monárquico para garantir a vitória dos modelos civilizatórios diante da barbárie. Nos quadros do Instituto Histórico podemos perceber que a história e a geografia eram configuradas como possibilidades e estratégias políticas ante as dificuldades de inerentes à formação da nação.

O corpo político do Estado Imperial confundia-se com a unidade do território²¹⁰ Por exemplo, Ilmar Rohloff de Mattos cita uma passagem do texto do Marquês de São Vicente acerca da divisão do Brasil em províncias:

O território do império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político.

(...)

A divisão do império em províncias [...] não é nem devia ser de ordem constitucional; não são Estados distintos, ou federados, sim circunscções territoriais, unidades locais, ou parciais de uma só e mesma unidade geral²¹¹

Essa unidade geral determina que as províncias não sejam necessariamente divididas, mas apenas distribuídas pelos seus órgãos administrativos, que espalhados pelo país são centros adequados para o serviço de seus habitantes como por exemplo, termos, julgados e comarcas que servem à identificação dos lugares e também à divisão civil que determinará a construção de estradas, pontes, estabelecimentos fabris, literários e

²⁰⁹ CÉZAR, Temístocles. op. cit., p.82

²¹⁰ MATTOS, I. R. de. (2004). op. cit., p.95

²¹¹ *Direito Público e análise da Constituição do Império*. Brasília, 1978, p.20. In: MATTOS, I. R. de. (2004), op.cit., p.95

eclesiásticos assim como, auxiliará as organizações administrativas, judiciárias e militares. Por fim, a delimitação do país em províncias, definirá como cada região contribuirá para o pagamento de quintos, dízimos e tributos e quais serão os seus rendimentos, receitas e despesas.

A geografia e a história eram os saberes capazes de organizar o repertório de cada uma dessas divisões administrativas como objeto de conhecimento, que “sob a direção ilustrada, deve[ria] conter a Nação Brasileira (...)”²¹² em torno do projeto centralizador. Era o “dogma político” que ordenava a indivisibilidade e a integridade do território nas produções historiográficas do Oitocentos, assim como nas corografias. Por combinar os aspectos históricos e naturais, as corografias circunscreviam as paisagens do país em cada uma de suas regiões e fixava a ação política e administrativa dos dirigentes imperiais.

A construção da existência do território e da identidade nacional tinha na geografia e na história seus instrumentos intelectuais de ação. “Trata[va]-se de um movimento cognitivo de mão dupla, pois funciona[va] simultaneamente como prova dos argumentos utilizados pela política, e sedimento cultural à formação e à delimitação da história e da geografia enquanto domínios políticos”²¹³. O discurso presente então nas corografias que analisamos, levantava questões políticas dissimuladas pelos méritos da ciência e dessa forma, esse tipo de conhecimento encontrou nos espaços letrados, sua capacidade de realização. Esse gênero corográfico era parte da cultura histórica oitocentista que representava todos os aspectos da vida humana no Brasil, era forma particular de escrita que conferia legitimidade às ações do governo monárquico, tendo na relação entre os saberes históricos e geográficos um estudo sobre a experiência imperial nos trópicos.

²¹² MATTOS, I. R. de. op. cit. p.97

²¹³ CÉZAR, T. op. cit. p.84

Conclusão:

Ao término de nossa reflexão sobre a escrita corográfica e suas relações com a experiência temporal determinada pelo sentido de progresso, observamos que a descrição dos desenvolvimentos e da trajetória do Império brasileiro, nas obras que trabalhamos, foi uma tarefa realizada por um conjunto de homens que se destacaram nas diversas funções políticas e burocráticas criadas desde a chegada de D. João VI ao Brasil.

Procuramos compreender como os historiadores realizaram seu ofício, de acordo com práticas e tradições bastante diversas. Ao passo que Raimundo José da Cunha Matos, Antonio Ladislau Monteiro Baena, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Alexandre José de Mello Moraes escreveram suas obras a partir da coleta, observação, classificação e descrição, encontramos, ao mesmo tempo, a preocupação com as exigências de uma disciplina ainda em conformação, que resignificava tradições para garantir inteligibilidade ao seu discurso.

Nossos principais objetivos compreendiam o exame das condições de possibilidade dessa escrita, pensando o gênero corográfico como parte de uma cultura histórica que formulava um discurso sobre o passado, a partir das indagações do presente. Esse campo de representações aberto pela constituição da disciplina histórica, criou inúmeras produções e imagens de acordo com um desejo, com uma necessidade de se compreender a vida e as ações humanas no tempo.

Vimos que as corografias foram produzidas principalmente pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pois, era nesse espaço de letrados que circulavam e eram enviadas as informações sobre a natureza e o passado do país. O gênero corográfico foi analisado a partir da tópica da autópsia que, nos autores que trabalhamos, estava relacionada ao esquadramento da natureza e à elaboração de um discurso sobre o passado que afirmasse a necessidade da permanência da monarquia no Brasil. Discutimos como esse gênero poderia ser apresentado como um compêndio, ensaio, memória ou estudo e como,

cada um deles mobilizava um saber cumulativo sobre os objetos e elementos espalhados pelo território, procurando descrever o que havia de mais notável na natureza e na história.

O questionário elaborado sobre o passado e o presente, nas corografias oitocentistas, configurava, ao mesmo tempo, a definição e a organização das províncias, pois a listagem de seus portos, rios, bacias, vegetação, animais, minerais, produções agrícolas, serras, lagos, comércio, instituições civis e religiosas, além da descrição da origem de cada um desses lugares, conferia a idéia e a imagem de todas regiões que compunham o território brasileiro.

Para efetuar essas descrições, os autores das corografias percorreram as províncias para anotar e conferir os dados que não estavam presentes nos documentos e textos consultados. Raimundo José da Cunha Matos e Antonio Ladislau Monteiro Baena escreveram as suas obras a partir da experiência que tiveram nessas regiões, confrontando as informações de cronistas e viajantes com o cenário onde os eventos ocorreram. Já os autores Alexandre José de Mello Moraes e Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva redigiram sua corografia do Império coletando e criticando os documentos que tratavam da natureza e do passado em todas as províncias brasileiras.

As corografias foram pensadas como instrumentos de controle e governamentalidade, ou seja, elas eram parte das relações estabelecidas entre política e história, pois sua escrita era representada pela síntese e inventário dos costumes, produções e instituições do Brasil que caracterizavam um conhecimento enciclopédico, permitindo que a elite imperial utilizasse essas obras instrumento de sua ação civilizadora. O estado social do país era revelado pelo lugar da história, com seus eventos e ações, diante de um cenário natural que compreendia também as construções humanas. Identificamos para isso, as táticas e procedimentos que os representantes da elite imperial utilizaram para o desenvolvimento do aparelho administrativo, configurando uma espécie de ciência do Estado que por meio das descrições geográficas e históricas, conseguia o domínio sobre os aspectos da vida humana.

As produções geográficas do IHGB foram analisadas para que se refletisse sobre como os sócios operavam as formas discursivas do passado e da natureza para conceber a formação de um saber geográfico no interior do Instituto. Assim, analisamos como esses registros temporais e espaciais conformavam a historiografia brasileira oitocentista a partir da instauração e consolidação do regime monárquico.

A tradição do conhecimento corográfico circulou nos meios acadêmicos e de ensino. Analisamos a fundação da cadeira de história e corografia do Imperial Colégio de Pedro II e em que medida seus programas de ensino conformavam com as proposta dos sócios do IHGB desde a sua fundação. A memória desse saber está restrita a poucos trabalhos e artigos acadêmicos²¹⁴ que abrangem, principalmente, o estudo dessa forma de conhecimento nos séculos XVI, XVIII e XIX. Pouco ainda se sabe sobre a função dessas obras no Brasil após o fim da Monarquia.

Contamos em mais de duas dezenas, as obras corográficas que foram publicadas a partir do advento da República em 1889, verificadas apenas nos arquivos do IHGB e da Biblioteca Nacional. O Colégio Pedro II, a partir de 1890, passou a se chamar Ginásio Nacional e foi adotado como matriz curricular padrão pelos estabelecimentos estaduais e particulares espalhados pelo resto do país²¹⁵. O modelo do Ginásio Nacional passou por diversas reformas em seus estatutos e propostas pedagógicas. Na Reforma elaborada por Eptácio Pessoa, o regulamento do Ginásio mantinha ainda que para os estudos do Brasil, deveriam ser privilegiadas as disciplinas de História e Geografia²¹⁶. Em 1911, o Colégio Pedro II recupera o seu nome e passa por uma série de reformas políticas e pedagógicas que modificam seus regulamentos várias vezes. Citamos essas transformações do Colégio Pedro II

²¹⁴ Como por exemplo: PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. RJ: UFRJ/IFCS, 2005. (Tese de doutorado); NUTTI, Lucia. *Mapping Places: "Chorography and Vision in the Renaissance"*. In: COSGROVE, Denis (ed). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999.

²¹⁵ Cf. SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

²¹⁶ DECRETO n.3.194 – de 26 de janeiro de 1901. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/leis1901vIp965/pdf31.pdf>

para demonstrar que o ensino corográfico ainda estava presente no currículo da instituição, só que agora subordinado ao conhecimento geográfico. (Anexo 3). Os alunos deveriam ser capazes descrever os aspectos geográficos como as serras, rios, lagoas e localizar na carta do Brasil, essas respectivas descrições.

A relação entre o ensino e as produções corográficas nos primeiros anos da República até os dias de hoje, permanece como possibilidade de refletir sobre a memória de um conhecimento que, mesmo esporadicamente, ainda pode ser encontrado em publicações e bibliotecas²¹⁷ Caberia futuramente uma análise da escrita corográfica desde 1889 até os dias atuais, procurando relacioná-la com as formas e representações de seu conhecimento durante a administração do Império Brasileiro.

²¹⁷ LIMA, Luiz. *Entre cimos nublados, uma solidão selvagem: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros*. Brasília: Ed. Thesaurus, 2001.

Anexo 1) As relações da cartografia e da corografia com os sentidos humanos

Anexo 2) Revista do IHGB – levantamento a partir do Índice de Títulos

1) Biografias, comemorações, homenagens etc.

*Apontamentos para a biografia do major do Imperial Corpo de Eng., Luís D'Allincourt
Pedro Torquato Xavier de Brito – 37(49): 383-85, 1874*

*O Barão de Parima: demarcador de fronteiras, veterano do Paraguai
Alfredo Valadão – 233: 55-87, out-dez. 1956*

Beaurepaire-Rohan

Virgílio Corrêa Filho – 263: 147-156, abr-jun. 1964

Biografia do Visconde de Beaurepaire-Rohan

Francisco Inácio M. Homem de Melo – 62(100): 199-227, 1899

Centenário do falecimento... [de] Pedro de Alcântara Bellegarde

Adolfo M. de los Rios Filho – 265: 194-226, out-dez. 1964

Couto de Magalhães e a integração nacional

Silvio A. de Bastos Meira – 148(354): 1-18, jan-mar. 1987

Necrologia: Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde

1: 125-27, 1839; ...; ...

Sobre o almirante Boiteux

Carlos da Silveira Carneiro – 188: 138-41, jul-set. 1945

2) Cartografia (inclusive costeira e fluvial)

Cartografia acreana

José M. B. Castelo Branco – 223: 16-81, abr-jun. 1954

Cartografia histórica do Exército

Claudio Moreira Bento – 347: 135-171, abr-jun. 1985

Contribuições para a cartografia do Brasil
Orville Derby – 72(120): 36-48, 1909

Mapa da capitania de MG
15: 388-89, 1852

Observações sobre a carta geográfica da província de MT
Augusto Leverger – 25: 346-52, 1862

Parecer da Comissão de Cartografia sobre dois mapas oferecidos ao Instituto
José Silvestre Rebelo – 2: 113-117, 1840; ...

Carta de parte da costa do Brasil
Basílio Ferreira de Carvalho – 40(55): 276-77, 1877

Carta e roteiro de navegação do rio Cuiabá: desde... até a sua confluência com o Paraguai
Augusto Leverger – 25: 331-45, 1862

Carta geográfica da parte da costa do norte... [da foz do Amazonas até 4º lat. N]
3: 381, 1841; 2ª ed. 380-81

Carta acerca da navegação fluvial entre o Pará e o MT
Valentim A. de Oliveira e Silva – 5: 76-78, 1843

Mapa das Cachoeiras que passam indo para MT
67(109): 266-70, 1904

3) Questões de limites e defesa de fronteiras

Quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?
José Feliciano Fernandes Pinheiro – 65(105): 341-75, 1902

Breves anotações à memória ... “Quais são os limites naturais... Império do Brasil?”
Manuel J. M. da Costa e Sá – 65(105): 455-93, 1902

Limites do Brasil: 1493-1851
Antonio Pereira Pinto – 30(35): 193-240, 1867

Limites do Brasil com o Paraguai
Duarte da Ponte Ribeiro – 35(45): 485-499, 1872

Limites do Brasil com o Paraguai

53(81): 345-49, 1890

Limites e demarcações da Amazônia brasileira

Arthur C. F. Reis – 244: 3-103, jul-set. 1959

Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa...

Joaquim Caetano da Silva – 13: 421-512, 1850; ...

O Oiapoque: divisa do Brasil com a Guiana Francesa à luz dos documentos históricos

58(92): 215-23, 1895

Memória sobre os limites do Império do Brasil com a Rep. da Bolívia

José Carlos P. Pinto – 45 (65): 341-50, 1882

Notas sobre a “Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéu”

Pedro de Alcântara Bellegarde – 16: 545-46, 1853; ...

Rio Branco, Euclides da Cunha e o Tratado de Limites com o Peru

Scarabôto, Helio Antonio – 152(370): 82-93, jan-mar. 1991

Reflexões sobre o sistema de defesa que se deve adotar na fronteira com o Paraguai

Luís d’Alincourt – 20: 360-65, 1857

Extrato do ofício [14/10/1825] do presidente da província de MT José Saturnino da Costa Pereira sobre a defesa e fortificação da fronteira – 20: 382-90, 1857

4) Corografias e notícias de capitanias/províncias

Breve notícia relativa à corografia da província de MT

Augusto Leverger – 28(30): 129-155, 1865

Apontamentos para o Dicionário corográfico da província de MT

Augusto Leverger – 47(69): 307-504, 1884

Breves informações sobre a província do Paraná

Antônio Ribeiro de Macedo – 51(78): 229-43, 1888

Corografia da capitania de Santa Catarina

Dante de Layatano – 245: 3-187, out-dez. 1959

Corografia histórica da província de Goiás

Raimundo da Cunha Matos – 37(48): 213-398, 1874; 38(50): 5-150, 1875

Descrição corográfica do estado do Grão-Pará

João Vasco M. de Braun – 36(46): 269-322, 1873

Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará

Antônio J. da Silva Paulet – 60(95): 75-101, 1897

Descrição geográfica abreviada da capitania do CE pelo Cel. de Engenheiros A.J.S.

Paulet

Liberato de C. Carreira – 60(96): 109-133, 1897

Descrição geográfica da capitania de MT

20: 185-292, 1857

Descrição relativa ao Rio Branco e seu território

Manuel da Gama Almada – 24: 617-683, 1861

As matas das Alagoas

José M. de Matos Moreira – 22: 339-56, 1859

Notícias geográficas da capitania do Rio Negro no grande rio Amazonas

André Fernandes de Sousa – 10: 411-504, 1848; ...

Ofício do engenheiro Luís d'Alincourt [1824], contendo notícias interessantes sobre a parte meridional da província do MT – 20: 332-34, 1857

Panorama do sul de Minas

José Franklin de Massena da Silva – 45(65): 403-35, 1882

A Província do Rio Grande do Sul

Henrique Schutel Ambauer – 51(77): 25-72, 1888

5) Roteiros de viagem, itinerários etc.

Descrição dos sertões de Minas, despovoação, suas causas e meios de os fazer florescentes

25: 430-35, 1862

Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao Rio Paraná

Camilo de Lelis e Silva – 28(30): 5-31; 28(31): 5-167, 1865

Viagem feita por José Francisco Tomás do Nascimento pelos desconhecidos campos de Guarapuava [PR] e relações que teve com os índios Coroados... – 6: 378-80, 1844; ...

Diário... do reconhecimento dos campos de novo descobertos sobre a serra Geral...

José de Saldanha – 3: 64-75, 1841; 2ª ed. 64-75; 3ª ed. 51-59

Excursões geográficas

Francisco I. M. Homem de Melo – 51(78): 167-203, 1888

Exploração da província de MT

Rodolfo Waehneltdt – 27(30), 193-229, 1864

Itinerário da província do MA

Antônio Bernardino P. do Lago – 35(44): 385-422, 1872

Itinerário da viagem da corte à vila de Miranda

Luís Soares Viegas – 26(26-27): 455-535, 1863

Itinerário das viagens exploradoras ... via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai. [MT, 1844-47] – João Henrique Elliott – 10: 153-177, 1848

Itinerário de Joaquim F. Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação... [SP-MT] pelo baixo Paraguai – 13: 315-35, 1850; 2ª ed. 315-335

Itinerário do reconhecimento do estado da estrada da cidade de Antonina à colônia militar do Jataí... [PR] – Epifânio Cândido de S. Pitanga – 26(26-27): 537-88, 1863

Mato Grosso por Curitiba e Tibaji

Manuel Joaquim Pinto Pacca – 28(30): 32-37, 1865

Reflexões sobre a capitania do MT

Joaquim José S. Ferreira – 12: 377-99, 1849; ...

Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luís d'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuiabá – 20: 334-45, 1857

Resumo das observações estatísticas feitas pelo engenheiro Luís d'Alincourt desde a cidade de Cuiabá até a vila do Paraguai Diamantino – 20: 345-60, 1857

Roteiro corográfico da viagem que se costuma fazer do forte do Príncipe da Beira a Vila Bela, capital de MT – 23: 3437-73, 1860

Roteiro corográfico da viagem que se costuma fazer da cidade de Belém do Pará à Vila Bela de MT – 20: 390-96, 1857

Roteiro da viagem que fez o cap. Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do MA e a de GO no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima – 10: 5-80, 1848; ...

*Roteiro do MA a GO pela capitania do Piauí
62(99): 60-161, 1899*

Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 1846 – Henrique de Beaupaire Rohan – 9: 376-97, 1847; ...

Viagem de GO ao PA

Rufino T. Segurado – 10: 178-212, 1848; ...

Viagem de reconhecimento das comunicações do Brasil com a colônia holandesa Surinã
Antonio Pires da S. Pontes – 6: 84-90, 1844; ...

Viagem de regresso de MT à Corte
Alfredo d'Escragnolle Taunay – 32(39): 5-51, 1869

Viagem militar ao Rio Grande do Sul
Luís Felipe M. F. Gastão de Orleans, conde d'Eu – 85(139): 107-278, 1919

6) Hidrografia, exploração de rios e navegação fluvial

Hidrografia do Brasil sob o ponto de vista do intercâmbio comercial
Gastão Ruch – 83(137): 267-92, 1918

O Amazonas na RIHGB
Vicente Tapajós – 147(353): 88197, out.-dez 1986

O Amazonas em 1845
Arthur Cesar Ferreira Reis – 325: 140-42, out-dez. 1979

O Amazonas nos primeiros tempos do Império
Arthur Cesar Ferreira Reis – 316: 116-23, jul-set. 1977

Descrição do rio Paraná
Manuel de Campos Silva – 2: 304-11, 1840; 2ª ed. 306-13; 3ª ed. 315-22

Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até o rio Paraná
Augusto Leverger – 25: 177-210, 1862

Diário do rio Madeira: viagem do rio Negro até Vila Bela... [expedição demarcação limites]
Ricardo Franco de Almeida Serra – 20: 397-432, 1857

Distância dos lugares mais notáveis da navegação da cidade do Pará até Vila Bela... [MT]
4: 128, 1842; 2ª ed. 128

Exploração do rio Paraguai e as primeiras práticas com os índios Guaicuru
28(30): 70-88, 1865

Informação sobre o modo por que se efetua presentemente a navegação do PA para o MT...
Francisco de Sousa Coutinho – 2: 281-304, 1840; ...; 28(30): 38-69, 1865

Itinerário feito pelo Ten.-Cel. Vicente Aires da Silva... pelo rio do Sono acima, desde sua
confluência no Tocantins – 14: 438-43, 1851

Itinerário resumido da viagem que acaba de fazer... o Sr. Joaquim Antônio de Moraes Dutra
[em trecho do rio Uruguai] – João Pedro Gay – 21: 315-323, 1858; ...

Mato Grosso: navegação do rio Tapajós para o Pará
Ricardo Franco de Almeida Serra – 9: 1-16, 1847; ...

Memória a respeito dos rios Baures, Branco, da Conceição, de São Joaquim, Itonamas...
Francisco J. de Lacerda e Almeida – 12: 106-19, 1849; ...

Memória da nova navegação do rio Arinos até a vila de Santarém: Estado do Grão-Pará
19: 99-118, 1856; ...

Memória sobre o reconhecimento a foz e porto do rio Doce
Luís d'Alincourt – 29(32): 115-158, 1866

Memória sobre o trânsito do Igarapé-mirim e a necessidade de um canal a bem do comércio interno da província do PA – Antonio L. M. Baena – 23: 479-88, 1860

A navegação do Paraná e seus afluentes: o Paraíba e o Moji Guaçu
Antonio Joaquim Ribas – 25: 149-62, 1862

A navegação do Amazonas
Arthur C. F. Reis – 246: 343-47, jan-mar. 1960

Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e seus afluentes, pelo Paraná, Ivaí e sertões adjacentes... – 9: 17-42, 1847; ...

Roteiro da navegação do rio Paraguai
Augusto Leverger – 25: 211-330, 1862

Roteiro corográfico da viagem que... Martinho de Sousa e Albuquerque... determinou fazer ao rio Amazonas... [parte compreendida na capitania do Grão-Pará] – 12: 289-335, 1849; ...

Roteiro da viagem... [do PA às últimas povoações dos domínios portugueses no Amazonas e no rio Negro, com descrição geográfica e natural dos afluentes] – 67(109): 281-94, 1904

Sinopse de algumas notícias geográficas para o conhecimento dos rios, por cuja navegação se podem comunicar... [domínios de Port./Esp./Hol. na Amazônia] – 67(109): 322-31, 1904

Relatório da exposição dos rios Macuri e Todos os Santos
Victor Renault – 8: 356-75, 1846; ...

Viagem de Tomás de S. Vila Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação – 11: 401-44, 1848; ...

Viagem do presidente Dr. Alfredo d'Escagnolle Taunay ao rio Iguaçu... [1886]
50(75): 157-75, 1887

Viagem feita pelo cap.-ten. da Armada... José Maria Nogueira, comandante do vapor de guerra Guapiaçu, primeiro que subiu ao Amazonas – 6: 378-80, 1844; ...

Viagem que se faz para o MA em canoas e embarcações pequenas por dentro
67(109): 245-50, 1904

Dos rios que desaguam no rio Negro
67(109): 314-22, 1904

Fragmento da viagem das amazonas e Rio Negro
67(109): 272-81, 1904

7) Viagens (geral)

Viagens e viajantes
Affonso d'Escragnolle Taunay – 92(146): 211-396, 1922

Viagens no Brasil
67(109): 245-337, 1904

Minha viagem à região central do Araguaia
Fritz Krause – 73(121): 267-75, 1910

8) Outros

Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades
25: 465-478, 1862

A missão do Império
Berilo Neves – 98(152): 690-95, 1925

Ensaio de antropologia: região e raças selvagens
J. V. Couto de Magalhães – 36(47): 359-516, 1873

Anexo 3) Prova escrita de Geografia e Corografia. Ginásio Catarinense. 10 de dezembro de 1926.

Tabela 1: Corografias, Notícias, Juízos – Arquivo IHGB.

Ano	Autor	Título	Localização
1817	CASAL, Manoel Aires de	Corographia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil	(233.4.11-12)
1833	SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira.	Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica e Política, da Província do Gram-Pará:	(119,3,21)
1837	LOPES, João Baptista da Silva.	Corografia ou Memória Economica, Estadistica e Topografia do Reino de Algarve	(8,4,30) – Coleção Teresa Cristina.
1837	MATOS, Raimundo José da Cunha.	Corografia Histórica da Província de Minas Gerais	(184.7.28-29)
1839	Idem	Corografia Histórica da Província de Goiás	RIHGB: 37(48): 213-398, 1874; 38(50): 5-150, 1875.
1839	BAENA, Antonio Ladislau Monteiro.	Ensaio Corografico sobre a Província do Pará	(112,4,8)
1841		Exame de três artigos da <i>Corografia ou Memória Estatística e Topográfica do Algarve</i>	RIHGB: T.3, 1841; 2ª ed.:p.360-362.
1843	OLIVEIRA, Joaquim José Machado de.	Juízo sobre as obras intituladas: Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará por Inácio de Accioli de Cerqueira e Silva e Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará	(192,3,3 nº 7).
1844	BAENA, Antonio Ladislau Monteiro.	Discurso dirigido ao IHGB, pelo seu Sócio Correspondente Antonio Ladislau Monteiro Baena, sobre o Juízo, que deu ao mesmo Instituto o Sócio Effetivo José Joaquim Machado de Oliveira na sessão de 3 de fevereiro de 1842 á cerca da Corografia Paraense escripta por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, e do Ensaio	(110,3,34)

		Corografico sobre a Província do Pará pelo sobredito Baena.	
1846		Carta de Conrado Jacob de Niemeyer apresentando o trabalho “ <i>Carta Corográfica do Império do Brasil</i> ”	RIHGB: 8:552-556, 1846).
1847		Parecer acerca do melhor trabalho geográfico apresentado em 1846.	RIHGB: 9:275, 1847.
1854	PEREIRA, Manuel Antonio Martins.	Breve Notícia Corográfica do Império do Brasil	(46,3,37)
1854	MORAES, Alexandre José de Mello ; SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e.	Ensaio Corográfico do Império do Brasil	(44.5.32)
1855		Descrição Chorographica e Estadística em 1855 da Província de São Paulo.	(Lata 45-Doc.4)
1856	BELEGARDE, Pedro de Alcântara; NIEMEYER, Conrado Jacob de.	Carta Chorografica da Província do Rio de Janeiro mandada organizar por decreto provincial de 30 de Outubro de 1857 e pelo presidente da mesma província o Exm° Sr. Conselheiro A. Nicolao Tolentino e encarregada ao engenheiros Belegarde e Jacob de Niemeyer mandada organizar pelo general Marquês de Caxias	(200,8,3 n°6)
1861		Leitura da Memória intitulada <i>Corografia da Província da Paraíba do Norte</i> por Henrique de Beaurepaire – Rohan	RIHGB: 24:731,1861
1865	LEVERGER, Augusto.	Breve memória relativa à corografia da Província de Mato Grosso	RIHGB: 28(30): 129-155, 1865
1866	MORAES, Alexandre José de Mello	Corografia Histórica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Política do Império do Brasil	(34,4,16-20)

1868	GOUVEA, Domingos Gonçalves.	Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as notícias das fundações das cidades, villas, lugares, que contém, varões illustres, genealogias das famílias nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, Antigüidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações	(135,5,10-12); (99,5,7-9); (99,5,6)
1872	BRITO, Pedro Torquato Xavier de.	Breve Notícia acêrca da Carta Corografica do Império do Brasil	(Lata 3- Doc. 10)
1873	MACEDO, Joaquim Manoel de.	Noções de Chorographia do Brasil	(113,1,19)
1877	Idem	Lições de Corografia do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio D. Pedro II	(116,6,31)
1877	CUNHA, Raymundo Cyrialo Alves da	Pequena Chorographia da Província do Pará	(116,6,31) – Coleção Manuel Barata
1877	BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de.	<i>Estudos acerca da Organização da Carta Geográfica e da História Física e Política do Brasil.</i>	Cf. data
1878	Idem	Chorographia do Brasil	(7,2,48)
1885	BITTENCOURT, Feliciano Pinheiro.	Chorographia do Brazil (algumas reflexões sobre a)	(11,5,42)
1887	ARNOSO, João.	Elementos de Chorographia do Brasil compilados de accôrdo com o ultimo programa para exames geraes.	(192,3,4 n° 14)
1888	CAVALCANTI, José Pompeu de A.	Chorographia da Província do Ceará	(186.4.14)
1889	NOGUEIRA, M. T. Alves.	Compêndio de Geographia e Chorographia do Brasil. Acompanhado de três mapas e de um índice alfabético	(120,4,3)
1895	PINTO, Alfredo Moreira.	Bibliographia Chorographia do Brazil	(144.3.16 n°19)

1895	s/a	Regiões Amazônicas. Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas	(100,1,26)
1897	LISBOA, L.C.	Chorographia do Estado de Sergipe. Aprovada pelo Conselho Superior de Instrução	(102,,1,6)
1899	O'LEARY, Arthur H.	São Paulo em 1899. Corografia do Estado para servir com o mappa de São Paulo	(47.2.35)
1899	PARANÁ, Sebastião.	Chorographia do Paraná	(142.1.11)
1900	PINTO, Alfredo Moreira.	Atlas-texto. Chorographia do Brasil	(43,4,24)
1904	SILVA, Antônio José Caetano da.	Corografia Fluminense	RIHGB: 67(110): 263-396, 1904
1906	LEME, João Câmara.	Curso Methodico de Corografia do Brasil organizado segundo as exigências do programa de ensino dos cursos de preparatórios e ginásial	(90.5-28)
S/d	LEVERGER, Augusto João Manuel. (Barão de Melgaço)	Apontamentos chorographicos da Província de Mato Grosso	(Lata 113 – Doc.19)
s/d	s/a	Notas corográficas sobre o descobrimento de vários lugares na África, Ásia e América	(Lata 21 – doc. 32)
s/d	s/a	Corografia Histórica – Confrontação da obra do Padre José de Moraes, <i>História da Companhia de Jesus</i> , na extinta Província do Maranhão, Pará com a <i>Corografia Histórica, etc</i> , do Dr. Mello de Moraes.	(Lata 5 – Doc.10)

Tabela 2: Corografias/Teses – Arquivo Colégio Pedro II²¹⁸

1879	BERQUÓ, João Maria da Gama.	<i>Cosmographia: Systemas de Ptolomeu, Copérnico, Tycho-Brahe: leis de Kepler, atração e repulsão²¹⁹</i>	(DIV 3a)
1879	PIRES, Evaristo Nunes.	<i>História do Brasil: progressos do Brasil no século XVIII até a chegada da família real.</i>	(DIV 3d).
1879	COELHO, José Maria Vaz Pinto.	<i>O Brasil Colônia.</i>	(DIV 3c).
1883	BERQUÓ, João Maria da Gama.	O Descobrimento do Brasil: seu desenvolvimento no século XVI.	(DIV 5a).
1883	ABREU, João Capistrano.	O Descobrimento do Brasil: seu desenvolvimento no século XVI.	S/l.

Tabela 3: Corografias – Arquivo Biblioteca Nacional

1561	BARREIROS, Gaspar.	Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros o anno de MD.XXXXVI começando na cidade de Badajoz em Castella, te a Milam em Italia, com algumas outras	(OR - 22,2,20,n.1,ex.1).
------	--------------------	---	--------------------------

²¹⁸ Os concursos eram realizados para os colégios do Internato e do Externato, o que explica a ocorrência de seus concursos para a cátedra da cadeira de História e Corografia do Brasil. O 1º ocorrido em 1879 para o Internato com as defesas das teses de Rozendo Muniz Barreto, Evaristo Nunes Pires, José Maria Vaz Pinto Coelho e Luiz de Queirós Mattoso Maia. O 2º ocorrido em 1883 para o Externato concorreram as teses de Capistrano de Abreu, a qual foi vencedora, Feliciano Pinheiro Bittencourt, Evaristo Nunes Pires e João Maria da Gama Berquó. (Obs: O arquivo do Colégio Pedro II não possui todas as cópias das teses apresentadas para o concurso da cadeira).

²¹⁹ Essa tese consta na cadeira de História e Corografia porque o concurso era prestado para as cadeiras que compreendiam, História Universal, História e Corografia do Brasil, Geografia e Cosmografia do Imperial Colégio de Pedro II).

		obras ...	
1598	MELA, Pomponius.	[De chorographia]	(31,1,12,n.1. DRG).
1817	CASAL, Manoel Aires de.	Corografia Brazílica, ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil composta e dedicada a sua majestade fidelíssima por hum presbítero secular do gram priorado do Crato.	(38,0,7-8)
1892	PINTO, Alfredo Moreira.	Chorographia do Brasil : (para uso dos gymnasios e escolas normaes).	
1902	SANTOS, F. Agenor de Noronha	Chorographia do Districto Federal	
1922	GONÇALVES, Lopes.	Chorographia do Amazonas	
1922	AZEVEDO, Jose Affonso Mendonca	Ensino cartographico progressivo de chorographia : estado de Minas Geraes.	
1922	AZEVEDO, Esmeraldo Masson de.	Páginas de chorographia do Brazil.	
1925	BITTENCOURT, Agnelo.	Corografia do Estado do Amazonas	
1941	CABRAL, Mario da Veiga.	Compendio de chorographia do Brasil.	
2001	LIMA, Luiz.	Entre cimos nublados uma solidão selvagem: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros.	

Bibliografia:**Obras de referência:**

BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 1º V.

_____. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. 3ºV

_____. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ: Imprensa Nacional, 1902. 7º v.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros; sócios falecidos entre 1921-1961/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, preparado por Vicente Tapajós, com a colaboração de Pedro Tórtima. Rio de Janeiro: O Instituto, 1993. v.4

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros; sócios falecidos entre 1839 e 1860/ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, preparado por Vicente Tapajós, com a colaboração de Oliveira Belchior, Pedro Tórtima e Victorino Chermont de Miranda. Rio de Janeiro: O Instituto, 1998. v.6.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. “Ano Biográfico”. In: RIHGB: T.28

Fontes:

BAENA, Antonio Ladislau. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. *Discurso dirigido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio correspondente Antônio Ladislau Monteiro Baena sobre o juízo, que deu ao mesmo instituto o sócio efetivo José Joaquim Machado de Oliveira na sessão de 3 de Fevereiro de 1842 acerca da corografia paraense escrita por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, e do Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará pelo sobredito Baena*. Maranhão: Typographia Maranhense, 1844.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso no ato de estatuir-se o IHGB*. RIHGB: 1: 9-17, 1839.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Estudo acerca da Organização da História Física e Política do Brasil*. RJ: Typographia Nacional, 1877.

CASAL, Manoel Aires de. CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. BH: Itatiaia, 1976, p.15

CERQUEIRA, Thomaz José de Pinto. Exame de três artigos da “Corografia ou Memória Estatística e Topográfica do Algarve”. In. : Revista do IHGB, Rio de Janeiro, T.3, 1841

MACEDO, Joaquim Manoel de Macedo. *Noções de Corografia do Brasil*. RJ: 1873.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. BH: Imprensa Oficial, 1979. 787p. 2v.

_____. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

_____. *Corografia história das Ilhas S. Thomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando (1815)*. Pó Porto, 1842.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillipp von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. in: RIHGB, 6(24), pp.381-403, 1845.

MORAES, Alexandre José de Mello. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*. RJ: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1854.

NOGUEIRA, M.T. Alves. *Compêndio de Geografia e Corografia do Brasil* (acompanhado de três mapas e um índice alfabético). Leipzig: F.A. Brockhaus, 1889.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Juízo sobre as obras intituladas – Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará: por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva – e, - Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, por Antônio Ladislau Monteiro Baena*. RJ: Typographia Imparcial de F. de P. Brito, 1843.

PINHEIRO, J.C. Fernandes. “Discurso do presidente comemorativo ao primeiro ano do IHGB”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1839.

PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. “Quais são os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil?”. In: RIHGB: 1841.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris, 1863, pp.VII-XII

Bibliografia geral:

ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura I*. SP : Duas Cidades, Editora 34, 2003.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória*. RJ: Universidade Federal do Rio Janeiro, 1998. (Tese de Doutorado).

BAKER, Alan H. *Geography and History: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne, 1995.

_____. *The Clothing of Clio - A Study of the Representation of History in Nineteenth-century Britain and France*, Cambridge University Press, Cambridge and New York, 1984.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. *La Defaite de L'erudition*. Paris: PUF, 1988; _____. *Les Académies de l'Histoire*. Paris: PUF, 1988.

_____. *La Republique Incertaine*. Paris: PUF, 1988.

BIZOU, Michaël. "Essai". In: DELON, Michel. (dir). *Dictionnaire Européen des Lumières*. Paris: PUF, 1997

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. RJ: Campus, 1980.

CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Ministério da Educação, 1987

CATROGA, Fernando. "Ainda será a História Mestra da Vida?". In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n.2, p.7-34, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária, 2000.

_____. *L'invention du quotidien*. 1. Arts de faire. Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

CEZAR, Temístocles. *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista*. Agora: Santa Cruz do Sul –RS, v.11, n.1, p.79-99, 2005.

COSGROVE, Denis. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. "Sobre o conceito de região". In : *Revista Regional de História*. Paraná : Universidade Federal de Ponta Grossa, vol. 5, n.2, 2000.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T.278, jan./mar. p.105-170, 1968.

DIDEROT, Denis; ALEMBERT, Jean Lerond d'. *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des métiers*. NY : Pergamon, 1969. 5v. Tome I.

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et Histoire au siècle des lumières*. Paris: François Maspero, 1971. 563p.

DUCHET, Michèle. *Le partage des savoirs: discours historique, discours ethnologique*. Paris: Éditions La Découverte, 1985. 231p.

FERRIER, Jean-Paul. *La géographie, ça sa d'abord à parler du Territoire ou le métier des géographes*. Aix-en-Provence : EDSUD, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. RJ: Edições Graal, 2002

GOMES, Paulo C. da C. “O conceito de região e sua discussão”. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Seuil, 2002.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, ano 156, n.388, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p.5-27, 1988.

_____. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História. In: *Humanas, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, IFCH, p. 111-143, 2000.

_____. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. VII(2), jul./out., p.391-413, 2000.

_____. “A cultura histórica oitocentista: a constituição e uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 9-24.

_____. “Escrever a história, domesticar o passado”. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras: Casa de Rui Barbosa, 2006. pp. 45-57

HARTOG, François. *Regimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

_____. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Science Sociales, 2005.

HARTSHORNE, Richard. *Nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of past*. Westport: Greenwood Press, 1977.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KODAMA, Kaori. *Martius e o IHGB: um naturalista e os letrados na construção de uma História*. Dissertação (Mestrado). RJ: Pontifícia Universidade Católica, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: para uma semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *L'expérience de l'Histoire*. Paris, Seuil, Gallimard, 1997.

KURY, Lorelai Brilhante. "Viajantes e Naturalistas do Século XIX" In: PEREIRA, Paulo Roberto. (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional : guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. pp.59-77.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In : RUGGIERO, Romano. (dir). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v.1

_____. "História/Memória". In: ROMANO, Ruggiero (dir). Enciclopédia Einaudi. V.1 - Memória - História. Lisboa:Imprensa Nacional/Casada Moeda, 1984.

LIMA, Luiz Costa. *Limites da Voz: Montaigne , Schelegel*. RJ: Rocco, 1993.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. *(D)escrivendo o espaço nacional: as narrativas corográficas na construção do Estado Imperial*. RJ: UFRJ, 2005. (monografia de conclusão do bacharelado em História).

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. SP: UNESP: Moderna, 1997.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da Independência (1808-1821)*. SP: Companhia das Letras, 2000

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. RJ: Access, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política". In: *Almanack Braziliense*, n.1, maio 2005.

_____. *O tempo saquarema*. SP: Hucitec, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. SP: Hucitec, 1986.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Território e História do Brasil*. SP: Hucitec, 2002.

MOURA, Caetano Lopes de. "Prólogo do tradutor". SAINT-ADOLPHE, J.C.R. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris, 1863, pp.VII-XII.

NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

NORA, Pierre. «Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. » In : *Les lieux de mémoire. I. La République*. Paris : Gallimard, 1984.

NUTTI, Lucia. Mapping Places: “Chorography and Vision in the Renaissance”. In: COSGROVE, Denis (ed). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999.

NORONHA, Isabel. *A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, nov. 1999/fev. 2000, vol.6, no.3, p.682.

NUTTI, Lucia. Mapping Places: “Chorography and Vision in the Renaissance”. In: COSGROVE, Denis (ed). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. RJ: UFRJ/IFCS, 2005. (Tese de doutorado).

_____. “O Mapa antes do Território: O Rio Javari e a Construção do Espaço Nacional”. In: *Trajetos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da UFC – v.2, n.3, dez.2002. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

RICOEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris : Éditions du Seuil, 2000.

RICOTTA, Lúcia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander Von Humboldt*. SP: Mauad, 2003.

RONCAYOLO, “Região”. In: RUGGIERO, Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986. v.8.

ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. SP: Unesp, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Guardiões da História Oficial”. In: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Guardiões da História Oficial”. In: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. SP: Companhia das Letras, 1990.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. SP: Companhia das Letras, 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Apud. ODÁLIA, Nilo. Org. VARNHAGEN. São Paulo, Ática, 1979. p. 44-5. (Col. Grandes Cientista Sociais n. 9)

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1983.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)